



2019.2 . Ano XXXVI . Número 38

CALÍOPE

Presença Clássica

2019.2 . Ano xxxvi . Número 38

CALÍOPE

Presença Clássica

ISSN 2447-875X

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas
Departamento de Letras Clássicas da UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
REITORA Denise Pires de Carvalho

Centro de Letras e Artes
DECANA Cristina Grafanassi Tranjan

Faculdade de Letras
DIRETORA Sonia Cristina Reis

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas
COORDENADOR Ricardo de Souza Nogueira
VICE-COORDENADORA Arlete José Mota

Departamento de Letras Clássicas
CHEFE Fábio Frohwein de Salles Moniz
SUBCHEFE Eduardo Murtinho Braga Boechat

Organizadores
Fábio Frohwein de Salles Moniz
Rainer Guggenberger

Conselho Editorial
Alice da Silva Cunha
Ana Thereza Basílio Vieira
Anderson de Araujo Martins Esteves
Arlete José Mota Auto Lyra Teixeira
Ricardo de Souza Nogueira Tania Martins Santos

Conselho Consultivo
Alfred Dunshirn (Universitat Wien)
David Konstan (New York University)
Edith Hall (King's College London)
Frederico Lourenço (Universidade de Coimbra)
Gabriele Cornelli (UnB)
Gian Biagio Conte (Scuola Normale Superiore di Pisa)
Isabella Tardin (Unicamp)
Jacyntho Lins Brandão (UFMG)
Jean-Michel Carrie (EHESS)
Maria de Fátima Sousa e Silva (Universidade de Coimbra)
Martín Dinter (King's College London)
Victor Hugo Méndez Aguirre (Universidad Nacional Autonoma de México)
Violaine Sebillote-Cuchet (Université Paris 1)
Zélia de Almeida Cardoso (USP)

Capa
Fábio Frohwein de Salles Moniz

Editoraçao
Fábio Frohwein de Salles Moniz

Revisão de texto
Fábio Frohwein de Salles Moniz

Revisão técnica
Fábio Frohwein de Salles Moniz

Programa de Pós-Graduao em Letras Clássicas | Faculdade de Letras – UFRJ
Av. Horácio Macedo, 2151 – sala F-327 – Ilha do Fundão 21941-917 – Rio de Janeiro – RJ
www.lettras.ufrj.br/pgclassicas – pgclassicas@letras.ufrj.br

Sumário

Apresentação | Fábio Frohwein de Salles Moniz | Rainer Guggenberger (os editores) | 6

A ficcionalização da autoridade na Ciropédia de Xenofonte | Emerson Cerdas | 9

Encruzilhadas do editor: diferenças na tomada de decisão na edição crítica e na edição interpretativa | César Nardelli Cambraia | 37

Da língua dos clássicos aos clássicos na língua: uma leitura do poema “Vênus” de Carlos Drummond de Andrade | Mafalda Frade | 58

Comparando representações: o Agesilau de Xenofonte e o de Plutarco | Luis Filipe Bantim de Assumpção | 77

Levantamentos de dados para um estudo histórico e filológico da obra Sobre a poética, de Aristóteles: um percurso da Antiguidade à Idade Média | Pedro da Silva Barbosa | Ricardo de Souza Nogueira | 91

A justa medida em Olímpica 13 | Gloria Braga Onelley | 116

Os deuses estrangeiros e a ruptura da ordem natural: nota sobre o fragmento 581 de Aristófanes | Karen Amaral Sacconi | 134

Os autores | 142

Apresentação

Fábio Frohwein de Salles Moniz | Rainer Guggenberger (os editores)

APRESENTAMOS o volume 38 da revista *Calíope: Presença Clássica*, que conta, como de costume, sete artigos nacionais e internacionais inéditos.

O primeiro deles, da autoria de Emerson Cerdas, analisa o próêmio da *Ciropeia* de Xenofonte, que se apropria, por um lado, de um tipo de discurso historiográfico para afirmar a veracidade da narrativa da vida de Ciro, ocultando, de certa maneira, a sua dimensão ficcional. Esse tipo de abordagem de Xenofonte está em contraste com o foco moral-ético da obra, rompendo com convenções da historiografia e assumindo, dessa forma, o risco de revelar o caráter ficcional da narrativa. Trata-se, portanto, de um novo tipo de texto: a narrativa ficcional que tenta fingir ser verdadeira.

No segundo artigo, César Cambraia, a partir de uma análise de seis passagens da obra de Isaac de Nínive, argumenta que a distinção entre *edição crítica* e *edição interpretativa* é crucial para a crítica textual poder refletir fundamentais diferenças no âmbito conceitual. O autor demonstra que, na *edição crítica*, a primeira tomada de decisão, a da identificação da existência de uma lição não genuína, é mais objetiva em função da colação, e a segunda tomada de decisão, a da fixação da lição genuína, dá-se mais no âmbito das lições presentes nos testemunhos. Por outro lado, na

edição interpretativa, as duas tomadas de decisão são menos objetivas, porque se fundamentam essencialmente no conhecimento do editor, fator de grande variabilidade.

Em seguida, Mafalda Frade dedica-se a mostrar como a linguagem e os mitos clássicos são utilizados pelo poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade em seu poema *Vênus*, que une o tema do amor com a da cultura clássica, culminando na criação de neologismos e jogos de palavras para fins de abordagem das diversas faces do amor.

Com o quarto artigo, voltamos para Xenofonte. Luis Filipe Bantim busca comparar obras pouco estudadas: *Agesilau*, de Xenofonte, e a *Vida de Agesilau*, de Plutarco. São investigadas as motivações dos dois autores, que objetivam representar o rei espartano numa perspectiva idônea a seus respectivos interesses autorais e cívicos e em conformidade ao lugar social em que estavam inseridos.

Os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro Ricardo Nogueira e Pedro Barbosa investigam, na quinta contribuição deste volume, alguns fatores históricos e filológicos decisivos pela transmissão do *corpus aristotelicum*, com foco principal na *Poética*. Os autores do artigo percorrem a Antiguidade e a Idade Média para entender as estações e ações que permitiram a sobrevivência daquelas obras de Aristóteles que temos hoje em dia. No final, apresentam informações no tocante aos manuscritos primários de *Peri poietikes* e a questões da transmissão do seu texto.

No penúltimo artigo, Glória Onelley, discute o *tópos* da justa medida, como encontrado em *Olimpica 13*, ode de Píndaro, consagrada a Xenofonte de Corinto por sua dupla vitória (corrida a pé e pentatlo). Nesse poema, Píndaro estabelece uma relação de contraste entre o herói mítico e o herói vencedor. A autora do artigo ressalta o fato de o poeta operar com exemplos da mitologia, ora aplicado de modo positivo ora negativo.

O atual número encerra-se com o artigo de Karen Sacconi, que comenta o fragmento 581 de Aristófanes. Trata-se do trecho da comédia *Estações*, em que se verificam as temáticas da disrupção da ordem natural, do culto a divindades estrangeiras

em Atenas e das vantagens e desvantagens do ciclo de estações para a *pólis*.

Para informações acerca dos autores, remetemos o leitor à seção “Sobre os autores”, ao final deste volume. Desejamos uma estimulante e proveitosa leitura.

A ficcionalização da autoridade na *Ciropédia* de Xenofonte

Emerson Cerdas¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é a análise do próêmio da *Ciropédia* de Xenofonte, visando demonstrar a absorção de elementos do discurso historiográfico por parte do narrador a fim de garantir a veracidade da narrativa da vida de Ciro. Com isso, tais elementos parecem estabelecer um pacto de leitura em que o narrador nega a ficcionalidade do texto. Os próêmios dos historiadores eram textos em que estes afirmavam as suas temáticas, mas também buscavam justificar as suas escolhas e, sobretudo, estabelecer os critérios de pesquisa e análise para fortalecer a impressão de idoneidade e autoridade quanto aos fatos narrados. Uma vez que a vida de Ciro era um tema conhecido dos leitores de Xenofonte no séc. IV a.C., parece-nos que essa é uma estratégia que não tem a função de enganar o leitor quanto à veracidade dos fatos narrados – já que eles reconheceriam facilmente a ficcionalidade – e sim, granjear a autoridade quanto às reflexões morais e éticas de Xenofonte cuja vida de Ciro exemplifica. Isso ficará mais evidente na análise do próêmio onde o narrador, sob a aparência de historiador, deixa vestígios quanto à quebra de convenções da historiografia, indicando o caráter ficcional da narrativa. Trata-se, portanto, de um complexo próêmio que inaugura uma nova modalidade nos textos em prosa da Antiguidade, uma narrativa ficcional que finge ser verdadeira.

PALAVRAS-CHAVE

Ficção; historiografia; romance; Xenofonte; *Ciropédia*.

SUBMISSÃO 29.11.2019 | APROVAÇÃO 23.02.2020 | PUBLICAÇÃO 26.03.2020

DOI <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.30806>

1 POR QUE A *CIROPÉDIA*?

A

origem do romance na Grécia antiga é assunto repleto de dificuldades, tanto pela carência de textos representativos do gênero quanto pelos poucos comentários a seu respeito nos tratados de literatura antiga. No seu alvorecer, entre os séc. II e I a.C.,² o romance tinha atrás de si toda uma tradição literária estabelecida que, desde Homero e Hesíodo, fortaleceu-se cada vez mais como uma importante manifestação caracterizadora da cultura helênica. Poesia épica, lírica, teatro, filosofia, oratória e historiografia eram formas discursivas inquestionáveis como parte da alta cultura, cujo conhecimento fazia parte da formação dos homens doutos. Nesse universo cultural, o romance era apenas mais um gênero literário, tratado como forma artística inferior àquelas, e, por isso, à medida que dava seus primeiros passos, com essa tradição, o romance se rivalizava para ganhar seu espaço, buscando a sua afirmação.

Entende-se, todavia, que nenhum gênero literário surge do nada e sim em decorrência de processos dialógicos dinâmicos em que as manifestações discursivas populares e os gêneros literários já existentes passam a conviver, se mesclar, se destruir e se rejuvenescer. Nesse sentido, a ficção em prosa, ao surgir como texto artístico, dialoga necessariamente com a alta cultura grega e seus gêneros já estabelecidos e não podemos, sobretudo, esquecer que uma das características essenciais da prosa ficcional de qualquer época é a sua capacidade de se apropriar e absorver os discursos dos outros gêneros que circundam na vida social, seja na fala cotidiana, seja na prática literária, pois, como define Bakhtin,³ “o estilo do romance é uma combinação de estilos”. Portanto, parece-nos essencial, para compreender o nascimento da ficção em prosa na Antiguidade, entender a apropriação e a assimilação dos outros discursos efetuadas pelo gênero do romance que, ao fazê-los sua matéria, os *romanciza*, tendo em vista a criação de um universo ficcional próprio e reconhecível aos seus leitores, pois, na

realidade, são esses, de fato, os determinantes da ficcionalidade ou não do universo criado.⁴

Pensar a questão genérica do ponto de vista da recepção, especialmente ao se tratar de obras híbridas ou fronteiriças que estão nas primeiras manifestações de qualquer gênero, implica o entendimento do texto em seu contato vivo com os leitores, no jogo que se instaura entre autor-obra-leitor, pois é nesse domínio que os agentes-leitores participam na construção de sentido textual. O leitor, pela sua experiência cultural, dentro de seu horizonte de expectativas, reconhece se determinada narrativa pertence ou não a um gênero, na medida em que a filiação genérica de um texto implica a presença de conjuntos de regras e de estruturas que o identifiquem e orientem a leitura. Se não são reconhecíveis esses dispositivos linguísticos, corre-se o risco de o leitor tomar, por exemplo, como factual aquilo que é ficcional, ou vice-versa. Modernamente, a presença de elementos paratextuais como capa, orelha do livro, folha de rosto, a própria tipografia do texto, etc., ajudam o leitor a reconhecer facilmente a que gênero determinado livro pertence – para não falarmos das próprias estantes das livrarias que separam os livros de acordo com uma determinada categorização, não levando em conta muitas vezes livros que trafegam nos limites dos gêneros. Na literatura grega, em que tais elementos paratextuais não existiam, ou pelo menos não nos são conhecidos, dependemos exclusivamente do jogo literário textual, pois é nele que estão os códigos estruturais que o autor explicita, sub ou superficialmente nas camadas de seu texto, as delimitações do gênero.

Das formas literárias gregas, nenhuma manteve maior contato com o romance do que a historiografia. Conforme Brandão, justifica-se essa aproximação pelo fato de que

[...] a postura do narrador do romance não deixa de ter seu paralelo mais pronunciado na postura do historiador, ainda quando experimente soluções novas, contaminando seu estatuto com características de outros narradores. Ainda mais: os elementos de autoridade presentes nos proêmios e nas assinaturas são claramente imitados dos historiadores, bem

como o uso de entrecos históricos aponta para um diálogo especial com a historiografia.⁵(grifo nosso)

A apropriação do discurso historiográfico é utilizada a fim de garantir a impressão de verdade no discurso ficcional. É provável que, nos primeiros movimentos do gênero novo, houvesse uma certa necessidade dos romancistas em dar credibilidade às suas narrativas ficcionais, e a historiografia, por ser uma forma mais autorizada de narrativa mista em prosa, dava elementos que poderiam criar tal ilusão pela mescla de ficção e história. Tal movimento entre os gêneros não se restringiu ao romance antigo, já que processo semelhante ocorreu quando, nos séc. XVII e XVIII, houve a ascensão do romance na Inglaterra e na França. Segundo Vasconcelos,

[...] os leitores do final do séc. XVII e início do séc. XVIII não poderiam assumir, de modo rotineiro, que as obras que liam eram fictícias. Essa incerteza quanto ao caráter factual ou ficcional da narrativa fez, então, com que uma das maiores preocupações dos primeiros romancistas fosse desenvolver uma teoria do romance que lidasse de forma adequada com essa questão epistemológica. Nos seus estágios iniciais, o romance se apresentava como forma ambígua, ficção factual que negava sua ficcionalidade e produzia em seus leitores um sentimento de ambivalência quanto a seu possível conteúdo de verdade. [...] Cada um a seu modo, esses romancistas descobriram uma maneira de explorar os limites novelísticos dessa relação entre fato e ficção e encontraram formas de escrever sobre o mundo que são simultaneamente imaginativas e referenciais.⁶

É bem conhecida dos leitores de romance a estratégia narrativa do narrador em tentar atribuir a veracidade ao narrado, deslocando, assim, o terreno ficcional para o factual, negando, em consequência, a própria ficcionalidade do texto. Se essa relação entre ficcionalidade e factualidade é um elemento importante da gênese e afirmação do romance, na Antiguidade grega, isso é ainda mais sensível, uma vez que a historiografia não era uma ciência, como entendemos modernamente, mas um dos gêneros

narrativos, e as aproximações e distanciamentos não se dão apenas no uso de universos históricos para dar verossimilhança ao ficcional, mas também na apropriação de dispositivos linguísticos e estruturais da historiografia que são romancizados pela ficção.

A partir dessa primeira reflexão, o objetivo deste artigo é analisar o processo de assimilação do discurso historiográfico no próêmio da *Ciropédia* de Xenofonte, no que tange à ficcionalização da autoridade do historiador como estratégia para mascarar a ficção. Por que a *Ciropédia*? Porque ela é a primeira manifestação ficcional em prosa da Antiguidade clássica,⁷ e, por isso, nela podemos contemplar momentos de incertezas e indefinições que só as obras híbridas nos permitem visualizar; porque, pelo seu caráter híbrido, ela tem desafiado os críticos quanto a sua classificação genérica;⁸ porque, sobretudo, essa obra teve forte influência nos primeiros romancistas gregos do séc. II a.C., indicando que esses seus leitores tardios encontraram nela elementos que correspondiam àquilo que praticavam enquanto romancistas.

2 FICÇÃO, VERDADE E AUTORIDADE

Definir o que seja a *ficção* há muito se apresenta como tarefa espinhosa, especialmente porque, quando analisado do ponto de vista estrutural, não há, de fato, nada que separe um texto ficcional de um texto factual. Essa ausência de elementos textuais fez com que os estudiosos e críticos então voltassem seus olhos para as camadas semânticas do texto, tentando definir o caráter ontológico do mundo ficcional. Assim, segundo Schaeffer,⁹ do ponto de vista semântico, a narrativa factual é referencial, enquanto o mundo ontológico da ficção, não. Tal definição semântica, no entanto, esbarra numa série de limitações, justamente porque implica que a ficção trata de “coisas que não existem”¹⁰ em oposição aos textos factuais, como biografia, reportagens, historiografia, textos científicos. Porém, basta uma rápida olhada em qualquer romance para nos depararmos com ambientações, personagens, momentos históricos precisos,

referências às coisas do mundo etc. em que personagens reais ou inventados atuam para perceber que, mesmo nesse mundo *à parte*, elementos factuais estão presentes e nele se mesclam.

John Searle, em seu artigo “O estatuto lógico do discurso ficcional”,¹¹ apresenta uma reflexão que nos parece bastante produtiva e acertada. Segundo o linguista norte-americano, os atos de fala ficcionais são idênticos àqueles da comunicação comum, só que não obedecem às mesmas necessidades e funções da linguagem utilizadas no dia a dia, porque, no texto ficcional, o narrador e os personagens *fingem* realizar os atos de fala. É então a apropriação do gênero ficcional dos atos de fala que modifica esses atos, não os atos que modificam o gênero. Tomando, então, essa perspectiva, nota-se que, a despeito do mundo ao qual se refere, existe a percepção do leitor quanto ao caráter *fingido* do texto, pois é ele que reconhece esse *fingir* dos atos de fala, porque, justamente, reconhece a ficcionalidade do texto.

Desse modo, para se compreender o significado do que seja a ficção, devem-se, antes de tudo, compreender as convenções de produção e recepção das obras em seu tempo, pois é nos sinais paratextuais e textuais que a ficção se desnuda ao leitor e este, a partir dos códigos e parâmetros reconhecidos pela experiência literária, aceita ou não aquele texto como ficcional ou factual.

Quanto à ficção grega antiga, o problema se agrava ainda mais, à medida que a tradição da prosa, proveniente dos séc. V e IV a.C. atenienses, era utilizada majoritariamente para textos *factuais*, como a filosofia, a historiografia e os discursos retóricos, enquanto, à poesia, relegava-se a ficção.¹² Nesse caso, a própria aproximação da prosa ao ficcional por si só já é uma novidade renovadora, que modifica uma estrutura bem estabelecida culturalmente. A nossa carência de textos e a ausência de comentários dos estudiosos antigos a respeito do romance, dificulta ainda mais compreender como se dava a percepção dessa nova forma literária. Porém, se são poucos os comentários a respeito do romance, nem por isso deixam de ser relevantes, especialmente porque neles se revela uma preocupação constante no que tange à interação entre ficção e verdade, entre narrativa

inventada e narrativa historiográfica, uma vez que ambas são operações mentais *diegéticas*.

Macróbio, por exemplo, no cap. 2 do livro 1 de seu comentário para a obra de Cícero, *Somnium Scipionis*, diz que as narrativas de Petrônio e Apuleio, como as comédias de Menandro, são “argumentos recheados de falsos casos de amantes”¹³ (“*argumenta fictios casibus amatorum referta*”), cuja única utilidade é proporcionar prazeres aos ouvidos (“*solas aurium delicias profitetur*”). Em oposição a esse tipo de ficção, há narrativas que “incitam o intelecto do leitor a alguma espécie de virtude” (“*uirtutum speciem intellectum legentis hortantur*”), entre as quais ele inclui as fábulas de Esopo, onde o argumento é expresso pela ficção, e “as obras que têm uma base na verdade” (“*argumentum quidem fundatur ueri soliditate*”), como os poemas de Hesíodo, Orfeu e os pensamentos de Pitágoras. Influenciado pelos preceitos platônicos, Macróbio sugere que a ficção do primeiro tipo, representado pelas obras de Petrônio e Apuleio, deve ser excluído, enquanto do segundo grupo, devem ser aceitas apenas as obras que apresentem valores éticos e morais que aperfeiçoem o ser humano que as lê e essas são ficções que a filosofia aceita.

Nota-se, então, que a formulação de Macróbio parte da distinção entre a ficção pela ficção, ou seja, aquela cuja finalidade é o prazer e o divertimento, e a ficção “útil” cuja finalidade é transmitir algum tipo de sabedoria, no caso filosófica. Segundo Holzberg,¹⁴ embora se focando na relação entre ficção e filosofia, os comentários de Macróbio se alinham à teoria literária do final da Antiguidade que distingue três tipos de narrativas (διήγησις), distinção esta que se ampara na relação entre a mentira e ficção e a verdade do argumento:

a) narrativas que se desviam da verdade (μῦθος, μυθικόν, fábula) ou que são inteiramente falsas (ψεῦδος);

b) narrativas que trabalham com a verdade (ἀληθής, ιστορία, ιστορικόν);

c) narrativas que são inventadas, mas que parecem ser verdadeiras (ὡς ἀληθῆς, πλασματικόν, δραματικόν, *argumentum*).

No primeiro caso, temos uma ficção que se assume mentirosa (como a narrativa de Luciano *Das narrativas verdadeiras*), ou seja, não tenta se passar como algo que realmente aconteceu; no segundo, as narrativas historiográficas tratam de assuntos e personagens reais; enquanto o terceiro grupo se compõe dos romances antigos, em que as narrativas inventadas dão a impressão de ser verdadeiras. A diferença, portanto, entre o primeiro e o terceiro grupo se dá, justamente, que, nesse, a narrativa *finje ser verdadeira*, narrando mentiras que se assemelham à verdade, ou seja, pode-se dizer que há uma aparência “verossímil” ou realismo na narrativa, enquanto a outra é abertamente fantasiosa e não tem a pretensão de verossimilhança. Já as narrativas enquadradas no segundo grupo, as historiográficas, não apenas trabalham com a verdade, mas se assumem verdadeiras, o que torna, portanto, passíveis de críticas se não seguirem tal pacto factual.

Chamamos a atenção para esses comentários, pois deve ficar claro que a ilusão artística e a ilusão do real são convenções sociais e literárias cuja prática e organização definem aquilo que é aceito como literatura ficcional e literatura factual.¹⁵ Uma narrativa que, sendo falsa, se assemelha ao real, o é porque se estabelece dentro de certas condições sociais e estéticas que buscam criar tal ilusão de realidade. Ao analisar a passagem em que Odisseu, chegando em Ítaca, conta uma história fantasiosa ao porqueiro Eumeu para que possa manter a sua identidade em segredo, Christian Werner¹⁶ percebe que a narrativa inventada por Odisseu se ampara na realidade, utilizando elementos reconhecíveis do seu ouvinte, como locais históricos conhecidos, como Egito e Fenícia, em contraposição às narrativas que o próprio Odisseu conta aos Feácios, em que o maravilhoso assume o papel principal (Ciclope, Sereias etc.). Odisseu, ao que parece, reconhece a inverossimilhança de suas próprias aventuras e, ao inventar uma história, o faz com elementos do real para que a sua ficção seja verossímil e crível.

Por conta dessa relação entre verdade e ficção, nenhum gênero teve e manteve maior relação de aproximação e distanciamento com a prosa de ficção do que a historiografia. Afinal, em que tipo de narrativa ficcional teríamos maior impressão de verdade do que em uma cujo tema é histórico e faz uso de personagens históricos? Mais do que isso: qual a melhor forma de *fingir que é verdade uma narrativa ficcional* do que se utilizar de estratégias discursivas justamente daqueles que, em suas narrativas, se assumem como *narradores de fatos reais*? Epopeia, historiografia e romance são três gêneros de narrativa mistas – na terminologia platônica – em que tanto atua o narrador que conta a história, quanto os personagens que são mimetizados por esse narrador. Diferem da épica, pois essa trafega pelos mitos e lendas tradicionais, enquanto a historiografia e o romance, cada um ao seu modo, narram experiências do homem em um mundo histórico. Por fim, diferem entre si romance e historiografia, pois, enquanto a historiografia projeta e assume construir uma narrativa verdadeira – embora muitas vezes faça uso de expedientes romanescos –, o romance cria um universo fictício, ainda que tenha uma aparência de verdade.

3 PRÓLOGOS E PROÊMIOS: DA HISTÓRIA AO ROMANCE

Antes de tudo, o objetivo do historiador é fazer o seu leitor acreditar na verdade do que está sendo narrado.¹⁷ Diferentemente dos poetas épicos, que ancoram seus poemas na autoridade granjeada pelas musas, já que são as deusas que trazem ao poeta as narrativas de antanho, ao historiador cabe todo o processo de pesquisa, investigação e escrita dos eventos ocorridos no passado. Se a tradição é aceita como verdade justamente por ser tradição,¹⁸ o historiador tem que contar com a sua própria capacidade de escritor e analista para conseguir a crença de seus leitores, e só dentro da camada textual é que ele pode requisitar a verdade do narrado. Assim, segundo Marincola,¹⁹ para acreditar em um relato histórico, era necessário, primeiro, que se acreditasse no próprio historiador, que ele fosse digno de confiança. Esse vínculo está

presente na etimologia da palavra ἱστορία,²⁰ derivada do verbo ἱστορεῖν cujo sentido primeiro se vincula à prática de investigação, indagação, do procurar saber. Traz em seu radical o étimo ἴστωρ, árbitro ou juiz, mas também testemunha, cujo radical remete etimologicamente aos verbos ἰδεῖν, ver, e οἶδα, saber, aquele que sabe porque viu. Assim, implica-se que o ato de “historiar” é particular, individual. Na medida em que historiar para os gregos do séc. V se restringia a ser testemunha ocular dos eventos ou ser idôneo para selecionar das fontes inquiridas as narrativas mais verossímeis, o historiador se esforça em criar dispositivos que garantam a “autoridade” de sua investigação e, por conseguinte, da verdade do narrado. Nesse sentido, os proêmios de suas obras são fundamentais, pois neles os historiadores estabelecem e apresentam os parâmetros de suas investigações e finalidades da obra. Para os objetivos deste artigo, interessam-nos principalmente os dispositivos de construção de autoridade empregados por Heródoto e Tucídides em seus proêmios, a fim de compararmos com o proêmio da *Cirópédia*.

Assim, Heródoto inicia as suas *Histórias* da seguinte maneira:

Esta é a exposição da investigação de Heródoto de Halicarnasso, para que os feitos dos homens não se apaguem com o tempo, nem fiquem sem fama as grandes e extraordinárias obras, realizadas seja por gregos seja por bárbaros, e por que razão guerrearam uns contra os outros.²¹

O proêmio de Heródoto, uma abertura concisa, bem distante das complexas reflexões de Tucídides, inicia-se com a atribuição de que sua obra é a exposição da investigação, não de qualquer outra pessoa, mas da sua própria investigação, e isso é ainda mais forte ao pensarmos que o primeiro sintagma de sua monumental obra é seu próprio nome, seguido do adjetivo pátrio. No caso, o nome aparece no genitivo, pois ele é o ponto de partida, a origem da investigação da qual sairá o restante da narrativa, diferente do narrador homérico, que, representado no dativo, se assume como instrumento das musas na transmissão do

canto poético. Nesse sentido, Heródoto utiliza da sua autoridade como “historiador/investigador” a fim de obter a credibilidade quanto ao estatuto do que será narrado. Ele é ponto de partida e é também o ponto de chegada, na medida em que, a partir de seus critérios de verdade e verossimilhança, os fatos serão preservados pelo tempo. Ele não é apenas o transmissor da história, mas seu criador.

Tucídides dá um passo além e decisivo na formulação do gênero historiográfico. Seu proêmio não só é mais longo, mas também mais crítico e descritivo do processo que empregou na criação de sua obra. Conforme Grethlein,²² em um gênero que estava nascendo, Tucídides sentiu a necessidade de revisar as obras de seus antecessores e, assim, questionar os valores atribuídos pela sociedade ao que era a prática de um historiador-investigador do passado. Nesse caso, diferentemente de Heródoto, que recolhe os testemunhos do passado para impedir que eles sejam esquecidos, Tucídides coloca a impossibilidade de se conhecer o passado mais antigo com ἀκριβεια, rigor e precisão, e, por isso, prefere dedicar-se ao momento que ele mesmo presenciou, pois, a partir de seu testemunho, pode julgar com maior equidade as suas fontes. Com essa afirmação, entretanto, estabelece não apenas um método de trabalho, mas, acima de tudo, a autoridade para o narrado. Implicitamente, demonstra que a obra de Heródoto não possui a ἀκριβεια, pela própria impossibilidade que seu vasto tema impõe.

O próprio Heródoto dá margem a essa crítica, pois, em decorrência dessa impossibilidade, muitas vezes ele é levado a fazer comentários em primeira pessoa para justificar a sua escolha, inclusive apresentando duas versões sobre o mesmo fato ou quando diz abertamente que não acredita naquilo que está narrando, mas o faz apenas por ser a tradição transmitida. Tucídides, depois de seu proêmio, não faz mais nenhum comentário em primeira pessoa no decorrer de sua obra a respeito dos processos de sua investigação. Pelo contrário, sua narrativa cria a ilusão de se eximir de um narrador, já que os eventos parecem concatenados com clareza e transparência como se eles tivessem ocorridos daquele único modo, o modo com que ele

narra e nos apresenta. A verossimilhança e efeito de real se dão, nessa perspectiva, justamente pela aparente ausência de um narrador, estratégia comum à efetuada pelo maior romancista do Realismo francês, Gustave Flaubert.

Do ponto de vista linguístico, também repercute no proêmio de Tucídides que ele, tal qual Heródoto, começa o texto com seu nome, assinalando-se autor do material que está prestes a apresentar. No entanto, inova ao apresentar-se no nominativo e ao deixar claro que seu texto é uma narrativa escrita (ξυνεγράψε), composta para ser lida e sem a necessidade de agradar os ouvidos dos homens de sua época, pois é uma obra perene no tempo que não se restringe ao momento de sua enunciação.

Embora assinem suas obras, tanto Heródoto quanto Tucídides se registram em terceira pessoa. Isso fortalece ainda mais a busca pela objetividade. Esses dispositivos empregados preferencialmente nos proêmios, mas que se transportam também para o resto da narrativa, são dispositivos para garantir a autoridade e idoneidade do historiador e, com isso, a veracidade do narrado. Não surpreende, nesse sentido, que os primeiros romancistas tenham, justamente, imitado tais procedimentos, repetindo esses dispositivos, ao mesmo tempo em que ancoravam suas narrativas em um passado histórico. Conforme Brandão,²³

Assim como, na poesia arcaica, versos introdutórios têm uma função de enquadramento, esclarecendo a situação do texto, do narrador, do poeta e do ouvinte (no contexto de oralidade que cerca, pelo menos hipoteticamente, a performance do aedo), no romance e em outros gêneros escritos, sobretudo em prosa, títulos e epílogos [...], bem como, de modo mais elaborado, os proêmios têm função de fundamental importância para a recepção da obra.

Nos dois exemplares mais antigos de romance conservados, há a apropriação do esquema de assinatura dos historiadores. Cáriton de Afrodísias inicia seu romance *Quéreas e Calíroë* com seu nome no primeiro sintagma e diz que narrará (διηγέσομαι) a paixão amorosa (πάθος ερωτικόν) ocorrida em Siracusa; no caso das *Efesiácas* de Xenofonte de Éfeso, a assinatura

aparece na última frase do texto: “Fim das histórias de Antía e Habrócomes, de Xenofonte.”

No romance de Cáriton, há ainda o ancoramento da ficção em eventos históricos. Calíroe é filha de Hermógenes, general de Siracusa que derrotou os atenienses, quando esses fizeram a expedição à Sicília em 413 a.C. Tucídides o menciona em sua narrativa, ainda que não faça dele o principal herói contra a invasão ateniense. Da mesma forma, Quéreas é apresentado como filho de Áriston que, embora o narrador do romance não dê muitas especificações, é o nome de um dos almirantes que teve importante participação nas batalhas sicilianas.²⁴ Há, de fato, vários outros elementos de apropriação da história pelo romancista que, nas palavras de Reardon,²⁵ implicam numa apropriação superficial da história. Entretanto, interessa-nos que a ficção em Cáriton se insinua nas brechas deixadas pelos eventos históricos, afinal, ele não é um historiador a escrever sobre um fato passado em Siracusa, mas um romancista que faz uso dos eventos importantes de sua terra como forma de ancorar a narrativa principal e dar-lhe uma aparência de verdade e verossimilhança. O mesmo ancoramento se vê em outras narrativas, que conhecemos apenas fragmentariamente, como os romances *Nino*, *Sesoncôsis* e *Metíoco e Parténope*²⁶ que, segundo Stephens e Winkler,²⁷ são textos da primeira fase do gênero na Antiguidade, quando as narrativas ficcionais ainda se emolduram em mundos históricos.

Já em relação aos outros três romances gregos preservados, de uma época posterior aos acima citados, algumas observações são importantes: as *Etiópicas* de Heliodoro também apresentam um epílogo que se inicia com uma formulação semelhante à de Xenofonte de Éfeso: “Assim termina a história etiópica de Teágenes e Caricleia; o homem que a compôs (συνέταξεν) é o fenício de Émesa, da raça do Sol, filho de Teodósio, Heliodoro”.²⁸ Entretanto, diferentemente do que ocorre nas outras narrativas, Heliodoro assume-se o criador da sua história, por meio do verbo *συνέταξεν*, sem tentar mascarar-la como factual pelo uso de elementos da assinatura historiográfica, embora como os autores anteriores, a narrativa se passe em uma época distante. Parece que,

nesse momento, o dispositivo já se tornou parte do gênero romanesco e não é mais uma estratégia de ancoramento do fictício no factual. Isso parece comprovar-se, na medida em que os dois últimos exemplares conservados do romance grego, em um momento que o gênero já tem a sua localização definida dentro do espaço literário, *Leucipe e Clitofonte* de Aquiles Tácio e *Dáfnes e Cloé* de Longo, rompem completamente com essa filiação historiográfica. Logo, justamente nos exemplos mais antigos do romance, a relação com a historiografia se dá tanto pelo enquadramento da ficção dentro de um período histórico razoavelmente conhecido, quanto pelo uso aberto dos dispositivos de autoridade do narrador historiográfico, como se, na tentativa de legitimar o fictício, fosse ainda necessário mascará-lo com o factual.

O processo é semelhante ao que ocorre na *Ciropédia* de Xenofonte de Atenas, porém em um período em que não há ainda a ficção em prosa. A análise do prólogo dessa obra permite-nos, no entanto, observar como o discurso de Xenofonte é complexo na medida em que mescla elementos, ora tentando mascarar a ficção como narrativa historiográfica, ora deixando vestígios aos seus leitores do caráter ficcional da vida de Ciro.

4 O PRÓLOGO DA *CIROPÉDIA*

Xenofonte de Atenas, na Antiguidade, era conhecido tanto como historiador quanto como filósofo, pois, em sua vasta obra de polígrafo, apresentou textos de variados gêneros que tinham em comum o uso de eventos históricos, com mais ou menos rigor crítico de acordo com o gênero e uma constante preocupação moral, especialmente quanto à formação de um líder ideal para a sociedade grega. Representante de uma geração que assistira às constantes *στάσις* no mundo grego após o fim da Guerra do Peloponeso, onde a confusão política se tornou o habitual, foi natural que a preocupação quanto à liderança dos povos estivesse na pauta dos intelectuais da época. Não apenas Xenofonte, mas também Platão, Isócrates e Aristóteles discutiram essa questão

política, buscando compreender os mecanismos do funcionamento das comunidades para encontrar a melhor e mais justa constituição política e os meios de se alcançá-la. Porém, diferentemente desses outros autores, Xenofonte faz da própria história matéria para a sua reflexão, cujos resultados não se apresentam por teorizações filosóficas e sim nas *ações das personagens*. A temática histórica, portanto, se oferece como ponto de partida e de chegada para a representação de suas ideias quanto às questões de liderança e estabilidade política.

Das três longas narrativas de temática histórica de Xenofonte, as *Helênicas*, a *Anábase* e a *Ciropédia*, essa é a única em que há a presença de um próêmio na apresentação da narrativa. Isso significa que, justamente na obra cujo universo criado é híbrido entre o ficcional e o factual, o autor apresenta considerações que justifiquem o narrado, como se, diante do caráter encomiástico e ficcional da narrativa, o autor sentisse a necessidade de se explicar ao leitor. Tal processo, em alguns pontos, se assemelha ao que também ocorrera nas *Helênicas*. Nessa obra, a que melhor se enquadra no gênero historiográfico, a narrativa se inicia no ponto exato em que Tucídides deixou sua *Guerra do Peloponeso* inacabada e, com raríssimas exceções, a narrativa das *Helênicas* segue o padrão objetivo tucidideano, com quase nenhuma intromissão do narrador. Quando ocorre alguma intromissão, é justamente para o narrador xenofonteano justificar sua postura de narrar um fato que, segundo os critérios da historiografia de Tucídides, não seria um evento digno de menção (ἄξιόλογος), mas que ele, Xenofonte, julga digno de ser narrado pelo valor moral que se pode apreender dele.

A título de exemplo, observemos a passagem do livro v 1.3-4 das *Helênicas*. A passagem está dentro do contexto das operações marítimas em Egina e na Ásia Menor, em que o estrategista espartano Eteônico, governante em Egina, se aproveitou da luta dos atenienses e espartanos no mar para enviar piratas à Ática para saqueá-la. Sitiados, os atenienses enviaram hoplitas à Egina e sitiaram a cidade tanto por terra quanto por mar. O irmão do rei espartano Agesilau, Teleutias, por acaso chegou à ilha nesse

momento e com seu exército ajudou os eginetas a expulsar todos os atenienses.²⁹

[3] Pois quando, ancorado, [Teleutias] desceu ao mar em direção à casa, não houve entre os soldados quem não o cumprimentasse, enquanto um o coroava, outro o cingia com faixas, outros, todavia, tendo chegado atrasado, quando já navegava, jogavam coroas ao mar e desejavam a ele muitas coisas boas. [4] Reconheço sem dúvida que nesses eventos não descrevo nem despesas, nem perigos nem alguma estratégia digna de menção; mas, por Zeus, parece-me que isto é digno de considerar a respeito do homem, e o que outrora Teleutias arranhou para conquistar os comandantes. Pois evidentemente essa ação é mais digna de mencionar do que riquezas e perigos.³⁰ (grifo nosso).

Interessa-nos, aqui, a necessidade de justificativa do narrador aos seus leitores, especialmente porque indica a consciência do leitor quanto ao que esse esperava de uma narrativa historiográfica e que, essa passagem, infringe tal expectativa. Entendemos que é com essa chave de leitura que devemos ler e analisar o próêmio da *Ciropédia*, como um discurso que sinaliza a quebra de expectativa do leitor, indicando os códigos com que a narrativa deve ser de fato lida.

Todavia, embora o processo seja semelhante, o resultado é oposto. Nas interrupções ocorridas nas *Helênicas*, a justificativa altera o conceito de *aksiólogos*, apresentando uma nova proposta para interpretar o que deveria ser matéria historiográfica, sem, no entanto, mudar o estatuto do narrado do factual para o fictício, uma vez que os eventos diante dos quais o narrador se encontra constrangido a justificar a presença são eventos históricos, de um universo factual. São eventos, ao menos, assegurados pelo narrador com tal estatuto – é o conceito do gênero que é discutido, porém sem mudar o seu estatuto ontológico.

O processo na *Ciropédia* é oposto na medida em que o narrador toma ares de historiador-filósofo para justificar e apresentar uma narrativa híbrida em que o factual e o ficcional se mesclam e tornam transparentes as suas fronteiras. Faz isso,

porém, sem má intenção, pois deixa vestígios no texto para que seus leitores compreendam o objetivo da narrativa e tomem por factual o que é fictício. A vida de Ciro, o velho, não era nesse período completamente desconhecida na Grécia. Além da narrativa que Heródoto dedica a ele no livro I, é provável que ela também tenha sido tratada nas obras perdidas dos logógrafos Carão de Lâmpsaco, Dioniso de Mileto e Helânico, além da narrativa de Ctésias de Cnido e do diálogo filosófico de Antístenes chamado *Ciro*,³¹ ou seja, havia uma série de versões divulgadas na cultura grega sobre a personagem histórica, o que favorece a nossa hipótese de que os leitores de Xenofonte tivessem informações suficientes para perceber os desvios e exageros da narrativa em comparação com aquelas outras versões.

Assim, primeiramente, analisemos as estratégias utilizadas pelo narrador em busca de granjear a autoridade ao narrado.

A) O narrador da *Ciropédia* faz uma série de interrupções durante a narrativa, interrupções essas que são, em geral, de caráter didático, porém ele jamais se nomeia. No proêmio propriamente dito, ele não abre com a sua assinatura como os outros historiadores que escreveram proêmios:

Ocorreu a nós, certa vez, a reflexão de quantas democracias foram dissolvidas por aqueles que desejavam viver como cidadãos de qualquer outro regime do que no democrático e, por sua vez, de quantas monarquias, quantas oligarquias foram aniquiladas pelos povos. Dos que empreenderam a tirania, enquanto alguns deles foram derrubados rápido e totalmente, outros, tanto quanto fosse o tempo que governaram, são admirados por terem se tornado homens sábios e afortunados. Parecíamos ter observado, além disso, que muitos em suas próprias casas, tanto quem tem numerosos servos, como quem tem muito poucos, nem mesmo os senhores de pouquíssimos conseguiam que a obediência dos servos fosse observada³² (grifos nossos).

Nota-se que o narrador refere a si mesmo na primeira pessoa do plural e isso se manterá por toda a narrativa. Segundo Brown e Levinson,³³ a indeterminação criada pela primeira pessoa do plural nas línguas em geral ajuda o falante a proteger a sua

imagem de possíveis danos diante de seu ouvinte. É uma individualização generalizante, em que o “eu” se apaga em meio ao “nós”. Adrados³⁴ acrescenta que, na língua grega, o uso de “nós” por “eu” pode tanto ser usado como plural majestático, de modéstia ou de autoridade. Para o linguista espanhol, esse caso da *Cirópédia* enquadra-se no uso do plural de modéstia, pois, no final da obra (livro VIII.8), o narrador termina a narrativa se utilizando da primeira pessoa do singular. No entanto, no próprio proêmio, em nenhum momento aparece a primeira pessoa do singular. Pelo contexto da enunciação, entendemos de forma diferente de Adrados o uso da primeira pessoa do plural, não como forma de modéstia, e sim de assegurar a autoridade, um artifício para mimetizar um discurso objetivo.

Para assim compreendermos, devemos levar em conta que a base da matéria narrada na *Cirópédia*, a vida de Ciro, o velho, provém de um período distante temporal e espacialmente àquele em que Xenofonte está escrevendo, e esse dado era sabido e reconhecido de todos os seus leitores. Nesse caso, todas as suas fontes possíveis de informação a respeito do personagem histórico são orais, e, ainda que ele tivesse feito, como Heródoto, uma verdadeira inquirição dessas fontes, a narrativa haveria de estar envolta no lendário – como é a versão narrada para o nascimento e morte de Ciro no livro I das *Histórias* de Heródoto. Assim, é uma história que aparenta transcender o próprio “eu”, pois é dada como uma narrativa coletiva, popular e tradicional que o eu-narrador apenas apresenta ao leitor. Em nenhum momento, contudo, esse narrador contesta qualquer parte da narrativa, conduzindo, então, ainda que implicitamente, o leitor a acreditar não só na veracidade dos fatos, mas também na *akríbeia* do próprio narrador-historiador. Dessa forma, o narrador se apaga em um “nós coletivo” que autoriza o narrado, indeterminando o sujeito que diz ter feito a reflexão e a investigação.

B) Aliado à indeterminação do sujeito, também chama a atenção, para a análise da ficcionalização da autoridade, o emprego vocabular no proêmio. Nota-se que o conteúdo semântico dos verbos empregados trafega no domínio do discurso científico e

racional. Se dividirmos o proêmio em duas partes, uma pré e outra pós o nome de Ciro ser referido pela primeira vez, perceberemos que, na primeira, o narrador se utiliza de um vocabulário filosófico-reflexivo que conduz o seu leitor a encarar o texto como resultado dessas inquirições: "Εννοιά; ἔδοκοῦμεν καταμεμαθηκέναι (1.1); ἐνενοοῦμεν; νομίζοιντο; ἠσθήμεθα; ἔδοκοῦμεν ὄρᾶν (1.2); ἐνεθυμούμεθα; ἐγινώσκομεν (1.3). Esse vocabulário induz-nos a refletir sobre a universalidade das informações passadas, pois, aliadas à indeterminação do sujeito, implicam argumentação que parece não permitir oposição. Nesse mesmo sentido de generalização, para justificar as afirmações, o narrador se utiliza de exemplos genéricos que vão desde a observação histórica (as diversas *στάσις* e *μεταβολή* das cidades e constituições em 1.1) até a cotidiana (a organização da casa e a relação entre os animais e seus pastores em 1.1 e 1.2). Essas suas observações o conduzem a ter uma conclusão a respeito da natureza humana que o narrador sintetiza na máxima: "[C]oncluimos que é da natureza humana que seja mais fácil governar todos os outros animais do que os homens" (*ὡς ἀνθρώπῳ πεφυκότι πάντων τῶν ἄλλων ῥᾶον εἶη ζῶων ἢ ἀνθρώπων ἄρχειν*, 1.3).

Entretanto, logo em seguida, o narrador apresenta os limites dessa máxima, demonstrando que a reflexão, quando não alcançada pela análise de todas as circunstâncias, pode conduzir ao erro de avaliação. O conhecimento que passa a ter da vida de Ciro leva o narrador a mudar de opinião (*ἠναγκαζόμεθα μετανοεῖν*), ou seja, os dados empíricos trazidos pelo novo conhecimento histórico demonstraram a inviabilidade da reflexão teórica. Por isso, é preciso refletir novamente e reformular o conhecimento, que o narrador apresenta, também, por meio de uma máxima: "[A] partir de então fomos obrigados a mudar a opinião de que governar os homens não é uma tarefa nem impossível nem árdua, desde que alguém pratique isso com habilidade" (*μη οὔτε τῶν ἀδυνάτων οὔτε τῶν χαλεπῶν ἔργων ἢ τὸ ἀνθρώπων ἄρχειν, ἢν τις ἐπισταμένως τοῦτο πράττη*, 1.3).

Entre as duas máximas, há Ciro, que delimita também uma mudança de postura do narrador que passa do filosófico-reflexivo

para o historiográfico. Se na primeira parte a sua reflexão se baseia em eventos generalizantes, ele passa agora a listar resumidamente os grandes feitos passados por Ciro, dessa vez, particularizando, portanto, seu conteúdo.

1.4 Ciro, tendo encontrado os povos da Ásia do mesmo modo independentes, lançou-se com um pequeno exército de persas, e governou os medos, com o bom grado destes, e os hircanos, também com o bom grado destes, porém subjugou os sírios, assírios, árabes, capadócijs, as duas frígias, os lídios, os cários, fenícios e babilônios; dominou a Bactriânia, a Índia e a Cilícia, como também os sacas, os paflagônios e os magádidas, e outros numerosos povos, cujos nomes não saberia dizer. Sujeitou também os gregos da Ásia e, descendo por mar, os cipriotas e os egípcios.³⁵

Essa mudança se revela também no uso de um vocabulário mais próximo do historiográfico, especialmente no que tange aos proêmios historiográficos: ἄξιον ὄντα θαυμάζεσθαι; ἐπυθόμεθα καὶ ἡσθησθαι δοκοῦμεν; διηγῆσασθαι (1.6). Se ἄξιος remete tanto ao proêmio de Tucídides quanto ao próprio Xenofonte nas *Helênicas*, nas suas interrupções apologéticas, o verbo θαυμάζω de imediato recorda-nos o prólogo de Heródoto em que o historiador diz que narrará, além dos feitos, as grandes e maravilhosas empresas (θωμαστά) dos gregos e bárbaros. Do mesmo modo, os verbos ἐπυθόμεθα καὶ ἡσθησθαι remetem a ações típicas do investigador do passado, que, primeiro, busca se informar sobre os eventos e, depois, tenta compreendê-los para enfim os narrar (διηγῆσασθαι). O processo, então, sublinhado pelo prólogo é o da reflexão filosófica para o da pesquisa historiográfica e, enfim, a da escrita do passado. Nesse sentido, o proêmio todo se constrói como um discurso que visa garantir a credibilidade do narrador e, por conseguinte, a autoridade do narrado.

C) Até este ponto, demonstramos como o narrador da *Ciropédia* se esforça em tornar-se uma figura confiável aos seus leitores a fim de garantir a autoridade. Porém, Xenofonte não está narrando uma obra historiográfica no sentido pleno, e, nesse caso, ele mesmo assume aos seus leitores, ainda que implicitamente, o

caráter ficcional da sua narrativa. Isso se dá, justamente, no último período do proêmio onde, como observamos acima, o vocabulário é repleto de referências historiográficas (1.6):

Em vista desse homem (ἄνδρα) ser digno de nossa admiração, refletimos qual era a sua origem (γενεάν), qual a natureza (φύσιν) e em qual educação foi instruído (παιδευθεὶς παιδεία), que a tal ponto o conduziram a governar os homens. Portanto, quanto averiguamos e quanto julgamos ter compreendido sobre Ciro, tentaremos narrar detalhadamente.³⁶

Geneá, phúsis e paideía são tópicos não da historiografia, e sim do gênero epidítico. Nesse caso, o narrador aponta para seu interlocutor uma mistura de gêneros, que confunde e alerta, pois, embora o vocabulário seja historiográfico, o objeto assumido da pesquisa não o é. O discurso epidítico era um dos três tipos consagrados pela retórica, ao lado do discurso judiciário e o deliberativo. Diferentemente dos outros dois, o epidítico tem como função o elogio ou o vitupério de alguma personalidade histórica ou ilustre, e esse gênero, com o tempo, desenvolveu-se à forma da biografia antiga. Tanto no epidítico quanto na biografia, há, na escolha do personagem tratado no discurso, mais do que interesse no seu passado, um interesse no aspecto moral que se pode tirar de sua vida, seja para o bem, seja para o mal. A preocupação moral, portanto, tem maior relevo do que com a verdade histórica transmitida pelo discurso epidítico, e, segundo Momigliano,³⁷ os leitores antigos tinham consciência de que, desse tipo de discurso, não deveriam esperar informações precisas nem verdades factuais. O testemunho de Políbio, em 10.21 de sua *História programática*,³⁸ ajuda-nos consideravelmente a entender a distinção dos gêneros. Segundo o historiador, quando vai tratar do general grego Filopoimén, ele já havia escrito sobre o mesmo personagem uma narrativa em três livros que tratava da origem, natureza e educação desse homem, além de seus feitos mais dignos de menção. Porém, como essa era uma obra historiográfica, não ficava bem a narração sumária (κεφαλαιώδης) e exagerada dos fatos

(μετ' αὐξήσεως τῶν πράξεων), como ocorre na outra que era biográfica, epidítica. Na história, as censuras e os elogios são distribuídos imparcialmente, visando à verdade (ζητεῖ τὸν ἀληθῆ).

Além disso, a historiografia deveria tratar de eventos políticos e militares que envolviam toda a comunidade (ainda que representada por figuras particulares, os líderes), já o gênero epidítico e a biografia focavam-se no homem, na sua origem, natureza e educação, pois esses três pilares é que justificariam as ações vitoriosas (ou não) do futuro. Assim, Xenofonte e seu narrador deixaram claro ao leitor o que esse deve esperar da narrativa, uma história epidítica de Ciro que visa menos à factualidade do que a moral que se pode retirar do conjunto da vida do personagem histórico. Faz isso, deixando pequenos vestígios de como usará a ficcionalidade por meio de um discurso aparentemente historiográfico.

Esses elementos ajudam-nos a perceber a complexidade desse proêmio xenofonteano e multiplicidades de sentidos imbuídos em cada uma de suas partes. Como conclusão, podemos assinalar que Xenofonte, mesclando história e ficção na narrativa, sentiu a necessidade de criar um proêmio em que também nele se misturassem dispositivos e estratégias discursivas que assegurassem a veracidade do narrador, mas que, ao mesmo tempo, revelassem o traço de ficcionalidade do universo criado. Xenofonte, a fim de escrever sobre o tema da liderança, preferiu fazer isso por meio de uma narrativa ao invés do discurso filosófico como fizera Platão. Como testemunha da fragilidade das constituições políticas, afinal ele viveu no confuso séc. IV grego, Xenofonte encontrou resposta às suas reflexões apenas em um universo idealizado e ficcional. A grande inovação está em ele ter conseguido aliar uma temática epidítica a uma narrativa historiográfica, tirando o tema característico do gênero e ampliando a sua perspectiva narrativa, dando a ele uma feição de verdade que vai além do mero elogio programático. O elogio, por si só, não seria capaz de convencer sobre a validade das ideias do autor e, por isso, Xenofonte mascara a ficção não só dentro de um universo histórico, mas com dispositivos linguísticos característicos do gênero historiográfico.

ABSTRACT

This article aims to analyze Xenophon's proem to *Cyropaedia* and to demonstrate its narrator absorbing elements of the historiographic discourse since he had the intention of telling the life of Cyrus with verisimilitude. A number of elements seems to define a reading pattern in which the narrator denies the fictionality of the text. Broadly speaking, when historians wrote proems they claimed these texts to be thematic but they also sought to justify their choices and, above all, to establish research and analysis criteria so as to strengthen the suitability and authority over the narrated facts. Since Cyrus' life was a well-known topic for Xenophon's readers during the 4th century BC, it seems to us that this strategy does not intend to mislead the reader to the truth of the narrated facts, for they would easily recognize their fictionality, but to gain authority over Xenophon's moral and ethical reflections that are exemplified in Cyrus' life. It will become even more evident in the analysis of the preface in which the narrator, under the guise of the historian, leaves traces that point out to ruptures in the historiographical conventions, indicating then the fictional character of the narrative. It is, therefore, a complex proem that inaugurates a new modality among prose texts of Antiquity – a fictional narrative that pretends to be true.

KEYWORDS

Fiction; Historiography; Novel; Xenophon; *Cyropaedia*.

REFERÊNCIAS

- ADRADOS, F.R. **Nueva sintaxis del griego antiguo**. Madrid: Gredos, 1992.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Introdução, comentário e tradução de Eudoro de Souza. Porto Alegre: Globo, 1966.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. Trad. de Aurora Bernardini et 'al. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BIZOS, M. Notice. In: XÉNOPHON. **Cyropédie**. Texte Établi et Traduit par Marcel Bizos. Paris: Les Belles Lettres, tome I, 1972.
- BRANDÃO, J.L. **A invenção do romance**. Brasília: Editora UNB, 2005.
- BROWN, P.; LEVINSON, S.C. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CÁRITON. **Quéreas e Calíroo**. Tradução, introdução e notas de Maria de Fátima Sousa e Silva. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- CERDAS, E. **A história segundo Xenofonte: historiografia e usos do passado**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.
- DAVIS, L.J. **Factual Fictions: the Origins of the English Novel**. New York: Columbia University Press, 1983.
- GALLE, H.P.E. Pequena introdução à teoria da ficcionalidade seguida por uma bibliografia. In: GALLE, H. P. E.; PEREZ, J. P. ; PEREIRA, V.S. (Org.). **Ficcionalidade: uma prática cultural e seus contextos**. São Paulo: FFLCH/USP; Fapesp, 2018. p.17-45.
- GRETHLEIN, J. **The Greeks and their Past: Poetry, Oratory and History in the Fifth Century BCE**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- GUAL, C.G. **Las orígenes de la novela**. Madrid: Ediciones Istmo, 1988
- HÄGG, T. **The Novel in Antiquity**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1991.
- HARTOG, F. (Org.). **A história de Homero a Santo Agostinho**. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- HERÓDOTO. **Histórias**. Introdução geral de Maria Helena da Rocha Pereira. Introdução do Livro I, tradução e notas de José Ribeiro Ferreira e Maria de Fátima Silva. Lisboa: Edições 70, 2002. Vol. I.
- HOLZBERG, N. The Genre: Novels proper and the fringe. In: SCHMELING, G. (Ed). **The Novel in the Ancient World**. Boston: Brill Academic Publishers, 2003. p. 11-28.

- HELIODORO. **Les éthiopiens**: Théagène et Chariclée. Texte établi par R. M. Rattenbury; et traduit par J. Maillon. Paris: Les Belles Lettres, 1960. 3 vol.
- MACROBE. **Commentaire au songe de Scipion**. Trad. Mireille Armisen-Marchetti. Livre I. Paris: Belles Lettres, 2003. Tome I.
- MARINCOLA, J. **Authority and Tradition in Ancient Historiography**. New York: Cambridge University Press, 1999.
- MOMIGLIANO, A. **The Development of Greek Biography**. London: Expanded, 1993.
- POLIBIO. **História programática**. Livros I a V. Tradução, Introdução e Notas de Breno Battistin Sebastiani. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2016.
- RAHN, P. J. Xenophon's developing historiography. **Transactions and Proceedings of the American Philological Association**, 1971, vol. 102, p. 497-508.
- REARDON, B. **The Form of Greek Romances**. Princeton, Princeton University Press, 1991.
- REARDON, B. Chariton. In: SCHMELING, G. (Ed). **The Novel in the Ancient World**. Boston: Brill Academic Publishers, 2003. pp.309-335.
- SANSALVADOR, A.V. In: JENOFONTE. **Ciropédia**. Introducción, traducción y notas de Ana V. Sansalvador. Madrid: Gredos, 1987.
- SCHAEFFER, J.M. Fictional vs. factual narration. In: HÜHN, P. et al. (Org.). **Handbook of Narratology**. Berlin; München; Boston: De Gruyter, 2014. p. 179-196.
- SEARLE, J.R. O estatuto lógico do discurso ficcional. In: _____. **Expressão e significado**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 95-119.
- SILVA, M. de F. Sousa e. In: CÁRITON. **Quéreas e Calíroo**. Tradução, introdução e notas de Maria de Fátima Sousa e Silva. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- SLATER, N.W. **Spectator Politics: Metatheatre and Performance in Aristophanes**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.
- STEPHENS, S. A.; WINKLER, J.J. **Ancient Greek Novels**. The Fragments. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Trad. De Raul M. Rosado Fernandes e M. M. Gabriela P. Granwehr. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

VASCONCELOS, S.G.T. "True Lies." In: GALLE, H.P.E.; PEREZ, J.P.; PEREIRA, V.S. (Org.). **Ficcionalidade**: uma prática cultural e seus contextos. São Paulo: FFLCH/USP; Fapesp, 2018. p. 111-124.

VEYNE, P. **Os gregos acreditavam em seus mitos?**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

WERNER, C. Carpintaria de narrativas na Odisseia de Homero: Eumeu e o mendigo cretense. In: GALLE, H.P.E.; PEREZ, J. P.; PEREIRA, V.S. (Org.). **Ficcionalidade**: uma prática cultural e seus contextos. São Paulo: FFLCH/USP; Fapesp, 2018. p. 63-82.

XENOFONTE DE ÉFESO. **As Efésíacas**: Ântia e Habrócomes. Tradução, introdução e notas de Vitor Ruas. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

XÉNOPHON. **Cyropédie**. Texte Établi et Traduit par Marcel Bizos. Paris: Les Belles Lettres, tome I, 1972.

_____. **Helléniques**. Tome I (livres IV-VII). Texte établi et traduit par J. Hatzfeld. Paris: Les Belles Lettres, 1965

¹ Bolsista Fapesp de Pós-doutorado. Número do processo: 2018/07096-7

² Por causa de fragmentos descobertos recentemente, há críticos que alargam esse período para o séc. III a.C. Cf. Stephen e Winker (1995). Na visão de Häag (1991), as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais decorrentes das conquistas do macedônio Alexandre, que alargou o mundo grego ao transportar a sua cultura a outros povos, geraram um novo tipo de homem que não se reconhecia mais na grande literatura do passado e, enquanto esta ficava cada vez mais enclausurada nas bibliotecas dos eruditos, “O romance é, portanto, a epopeia da época helenística, cumprindo as funções de épica da nova era, e assumindo algumas de suas técnicas” (HÄAG, 1991, p. 111).

³ BAKHTIN, 2002, p. 74.

⁴ DAVIS, 1983.

⁵ BRANDÃO, 2005, p. 163-164.

⁶ VASCONCELOS, 2018, p. 115.

⁷ A obra tem recebido as mais diversas classificações, como biografia, história romanceada, biografia romanceada, romance filosófico, romance didático, tratado de educação, obra socrática. Cf. Bizos (1972)

⁸ Embora hoje haja uma maior aceitação da parte da crítica quanto ao estatuto romanesco da *Ciropedia*, durante muito tempo a narrativa recebeu as mais diversas classificações e, ainda hoje, há autores (p.e., BRANDÃO, 2005; GUAL, 1988), que, embora reconheçam elementos romanescos na obra, não a aceitam como um romance propriamente dito.

⁹ SCHAEFFER, 2014, p. 179.

¹⁰ GALLE, 2018, p. 19-20.

¹¹ SEARLE, 1995.

¹² Na *Poética* (1147b), diz Aristóteles que ainda não havia uma palavra que designava o que hoje entendemos por literatura, e que abrangesse tanto os poetas quanto “[...] os mimos de Sófron e de Xenarco e os diálogos socráticos e quaisquer outras composições imitativas, executadas mediante trímetros jâmbicos ou versos elegíacos ou outros versos que tais.”

¹³ Os trechos traduzidos de Macróbrio são de nossa autoria, a partir do texto estabelecido por Mireille Armisen-Marchetti (MACROBE, 2003).

¹⁴ HOLZBERG, 2003, p. 15.

¹⁵ SLATER, 2002, p. 3.

¹⁶ WERNER, 2018.

¹⁷ HARTOG, 2001, p. 235.

¹⁸ VEYNE, 2014.

¹⁹ MARINCOLA, 1999, p. 6.

²⁰ A palavra é empregada por autores, como Demócrito de Abdera e Hipócrates, em seu sentido primeiro. Segundo Hartog (2001, p. 50), nesse primeiro momento, a palavra nesse período designa mais um estado de espírito e apenas a partir de Heródoto, o primeiro a vincular a *historia* aos fatos passados, que o termo passou a designar o gênero.

²¹ HERÓTODO, 2002.

²² GRETHLEIN, 2010, p. 205.

²³ BRANDÃO, 2005, p. 111.

²⁴ SILVA, 1996, p. xxv.

²⁵ REARDON, 2003, p. 325-326.

²⁶ Há uma análise mais detalhada do ancoramento histórico dessas narrativas em Cerdas (2017).

²⁷ STEPHENS; WINKLER, 1995, p. 80.

²⁸ Tradução nossa, a partir do texto estabelecido por R. M. Rattenbury (HELIODORO, 1960, livro 10.41). No original: ἔσχε τὸ σύνταγμα τῶν περὶ Θεαγένην καὶ Χαρίκλειαν Αἰθιοπικῶν· ὁ συνέταξεν ἀνὴρ Φοῖνιξ Ἐμισσηνός, τῶν ἀφ' Ἡλίου γένος, Θεοδοσίου παῖς Ἡλιόδωρος

²⁹ Para uma análise mais detalhada a respeito dessa passagem, cf. Cerdas (2017), e Rahn (1971).

³⁰ Tradução de nossa autoria a partir do texto de J. Hatzfeld (XENOPHON, 1965). No original: κάκεινος μὲν παραλαμβάνει τὸ ναυικόν, ὁ δὲ Τελευτίας μακαριώτατα δὴ ἀπέπλευσεν οἴκαδε. ἤνικα γὰρ ἐπὶ θάλατταν κατέβαιναν ἐπ' οἴκου ὀρμώμενος, οὐδεὶς ἐκείνων τῶν στρατιωτῶν ὃς οὐκ ἔδεξιώσατο, καὶ ὁ μὲν ἔστεφάνωσεν, ὁ δὲ ἐταινίωσεν, οἱ δ' ὑστερήσαντες ὁμῶς καὶ ἀναγομένου ἔρριπτον εἰς τὴν θάλατταν στεφάνους καὶ

ἤρχοντο αὐτῷ [4] πολλὰ καὶ ἀγαθὰ. γινώσκω μὲν οὖν ὅτι ἐν τούτοις οὔτε δαπάνημα οὔτε κίνδυνον οὔτε μηχανήματα ἀξιόλογον οὐδὲν διηγοῦμαι· ἀλλὰ ναὶ μὰ Δία τόδε ἄξιόν μοι δοκεῖ εἶναι ἀνδρὶ ἐννοεῖν, τί ποτε ποιῶν ὁ Τελευτίας οὕτω διέθηκε τοὺς ἀρχομένους. τοῦτο γὰρ ἦδη πολλῶν καὶ χρημάτων καὶ κινδύνων ἀξιολογώτατον ἀνδρὸς ἔργον ἐστίν.

³¹ Cf. SANSALVADOR, 1987, p. 22.

³² Todas as traduções da *Ciropedia* são de nossa autoria, a partir do texto estabelecido por Marcel Bizos (XENOPHON, 1972). No original: "Ἐννοιά ποθ' ἡμῖν ἐγένετο ὅσαι δημοκρατίαι κατελύθησαν ὑπὸ τῶν ἄλλως πως βουλομένων πολιτεύεσθαι μᾶλλον ἢ ἐν δημοκρατία, ὅσαι τ' αὖ μοναρχίαι, ὅσαι τε ὀλιγαρχίαι ἀνήρηνται ἤδη ὑπὸ δῆμων, καὶ ὅσοι τυραννεῖν ἐπιχειρήσαντες οἱ μὲν αὐτῶν καὶ ταχὺ πάμπαν κατελύθησαν, οἱ δὲ κἄν ὅποσονοῦν χρόνον ἀρχοντες διαγένηνται, θαυμάζονται ὡς σοφοὶ τε καὶ εὐτυχεῖς ἄνδρες γεγεννημένοι. πολλοὺς δ' ἐδοκοῦμεν καταμεμαθηκέναι καὶ ἐν ἰδίοις οἴκοις τοὺς μὲν ἔχοντας καὶ πλείονας οἰκέτας, τοὺς δὲ καὶ πάνυ ὀλίγους, καὶ ὁμῶς οὐδὲ τοῖς ὀλίγοις τούτοις πάνυ τι δυναμένους χρῆσθαι πειθομένοις τοὺς δεσπότης.

³³ BROWN; LEVINSON, 1987, p. 61.

³⁴ ADRADOS, 1992, p. 278.

³⁵ No original: Κύρος δὲ παραλαβὼν ὡσαύτως οὕτω καὶ τὰ ἐν τῇ Ἀσίᾳ ἔθνη αὐτόνομα ὄντα ὀρμηθεὶς σὺν ὀλίγῃ Περσῶν στρατιᾷ ἐκόντων μὲν ἠγήσατο Μήδων, ἐκόντων δὲ Ὑρκανίων, κατεστρέψατο δὲ Σύρους, Ἀσσυρίους, Ἀραβίους, Καππαδόκας, Φρύγας ἀμφοτέρους, Λυδοὺς, Κῆρας, Φοίνικας, Βαβυλωνίους, ἦρξε δὲ Βακτρίων καὶ Ἰνδῶν καὶ Κιλικίων, ὡσαύτως δὲ Σακῶν καὶ Παφλαγόνων καὶ Μαγαδιδῶν, καὶ ἄλλων δὲ παμπόλλων ἐθνῶν, ὧν οὐδ' ἂν τὰ ὀνόματα ἔχοι τις εἰπεῖν, ἐπήρξε δὲ καὶ Ἑλλήνων τῶν ἐν τῇ Ἀσίᾳ, καταβάς δ' ἐπὶ θάλατταν καὶ Κυπρίων καὶ Αἰγυπτίων.

³⁶ No original: ἡμεῖς μὲν δὴ ὡς ἄξιον ὄντα θαυμάζεσθαι τοῦτον τὸν ἄνδρα ἐσκεψάμεθα τίς ποτ' ὦν γενεὰν καὶ ποῖαν τινὰ φύσιν ἔχων καὶ ποῖα τινὶ παιδευθεὶς παιδείᾳ τοσοῦτον διήνεγκεν εἰς τὸ ἀρχειν ἀνθρώπων. ὅσα οὖν καὶ ἐπυθόμεθα καὶ ἡσθήσθαι δοκοῦμεν περὶ αὐτοῦ, ταῦτα πειρασόμεθα διηγήσασθαι.

³⁷ MOMIGLIANO, 1993, p. 55.

³⁸ POLIBIO, 2016.

Encruzilhadas do editor: diferenças na tomada de decisão na edição crítica e na edição interpretativa

César Nardelli Cambraia

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo defender a tese de que a diferença terminológica entre edição *crítica*, realizada a partir da comparação de diferentes testemunhos, e edição *interpretativa*, executada a partir de um único testemunho, é fundamental para a crítica textual, pois reflete importantes diferenças conceituais. Analisaram-se seis passagens extraídas da tradição textual da tradução portuguesa e da francesa da obra de Isaac de Nínive, tendo em conta as duas principais tomadas de decisão com que um editor tem de lidar em seu percurso editorial: identificação da existência de uma lição não genuína em uma dada tradição textual e fixação da lição genuína. Demonstrou-se que, em relação a esses dois tipos de tomada de decisão, há diferenças entre as edições consideradas: na edição crítica, a primeira tomada de decisão é mais objetiva em função da colação e a segunda tomada de decisão também o é mas em função da baliza das lições presentes nos testemunhos; na edição interpretativa, as duas referidas tomadas de decisão são menos objetivas porque se fundamentam essencialmente no conhecimento do editor, fator de grande variabilidade.

PALAVRAS-CHAVE

Crítica textual; edição crítica; edição interpretativa; variante; conjectura.

SUBMISSÃO 18.09.2019 | APROVAÇÃO 28.10.2019 | PUBLICAÇÃO 20.03.2020

DOI <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.28853>

1 INTRODUÇÃO¹



Um dos aspectos fundamentais no desenvolvimento de um campo do conhecimento é delimitação de conceitos que lhe sejam centrais. No campo da crítica textual, uma questão que é certamente central são os tipos de edição passíveis de serem produzidos com a aplicação do instrumental teórico-metodológico da área. É importante salientar que o tema dos tipos de edição não constitui apenas uma questão terminológica: trata-se de um aspecto conceitual mais profundo, uma vez que está diretamente relacionado aos tipos de tomada de decisão que um editor realiza para a elaboração do seu produto final, a edição de

um texto.

No presente trabalho pretende-se demonstrar que a diferença conceitual entre uma edição *crítica*, entendida como aquela realizada a partir da comparação de diferentes testemunhos de uma mesma tradição textual, e uma edição *interpretativa*, entendida como aquela executada a partir de um único testemunho, é relevante uma vez que envolve diferentes tipos de tomada de decisão e, conseqüentemente, impacta no árduo trabalho de restituição da forma genuína de um texto, objetivo fundamental da crítica textual. Esta discussão será feita com base na análise de dados relativos à edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive, recentemente publicada,² e relativos à edição interpretativa da tradução medieval francesa da mesma obra, atualmente em preparação.³

2 ISAAC DE NÍNIVE: AUTOR E OBRA

Isaac de Nínive nasceu em Bet Qatraye (no atual Qatar) e foi ordenado bispo de Nínive no monastério de Bet 'Abe (no norte de atual Iraque) por Jorge, o Católico, em 676 d.C. Cinco meses depois, renunciou ao cargo e foi viver como anacoreta na montanha de Matut, na região de Bet Huzaye (na atual província do Cuzistão no Irã). Posteriormente, transferiu-se para o

monastério de Rabban Shabur (também no atual Irã, talvez próximo a Shushtar), onde aprofundou seus conhecimentos das Sagradas Escrituras. Morreu cego e com idade avançada aproximadamente em 700 d.C. e foi sepultado no próprio monastério de Rabban Shabur.⁴ Suas obras dividem em cinco conjuntos, tradicionalmente chamados de *partes*. A *Primeira Parte*, composta de 82 capítulos, foi traduzida do original em síriaco, para o grego em fins do séc. VIII ou princípios do séc. IX por dois monges — Patrikios e Abramios — do mosteiro de Mar Sabbas, situado próximo a Jerusalém, e do grego para o latim por volta de fins do séc. XIII, sendo considerada a data de 1270 como *terminus ante quem* para a tradução latina, pois citações dessa tradução aparecem no *Tractatus Pauperis* (concluído em 1270) de John Pecham (1230-1292).⁵ Ainda que 68 dos 82 capítulos da *Primeira Parte* tenham sido traduzidos para o grego, apenas 26 desses 68 foram traduzidos para o latim. Já na tradição grega se agregaram ao texto de Isaac quatro capítulos de João de Dalyata (ca. 690-ca. 780) e uma carta de Filoxeno (ca. 450-523) a Patrício. Desses cinco textos, apenas dois de Dalyata passaram para a tradição latina (caps. 17 e 18 na tradição grega antiga). A esses 28 capítulos (26 de Isaac mais 2 de Dalyata) se agregou à tradição latina um apêndice de origem variada. Esse conjunto de 29 capítulos em latim foi traduzido, direta ou indiretamente, para diferentes línguas românicas na Idade Média: italiano, francês, catalão, espanhol e português.

A tradução portuguesa, preservada em quatro testemunhos (cód. 50-2-15, da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro [= PR]; o cód. alc. 461 da Bibl. Nac. de Portugal⁶ [= PL]; o cód. alc. 281 da Bibl. Nac. de Portugal e o cód. CXII/1-40 da Bibl. Públ. de Évora), terá sido traduzida de uma versão em espanhol compatível com a da edição impressa de 1497 (Sevilha, 1497, ff. 127v-162v)⁷ [= ES], embora não tenha sido esta em função de erros separativos. Há evidências de sucessivas contaminações com testemunhos latinos no processo de transmissão da tradução portuguesa.

A tradução francesa, preservada em testemunho único, o cód. lat. 14891 (Paris, Bibl. Nac. da França, séc. XV, ff. 308r-365v)⁸

[= *FP*], terá sido realizada diretamente do texto latino, sendo a versão textualmente mais compatível com ela a presente no cód. 659 (Paris, Bibl. Maz., séc. xv, ff. 2r-103r) [= *LPm*]. Durante a edição em andamento da tradução francesa, que será acompanhada de edição do texto latino, foi possível verificar a existência de erros separativos entre esses dois testemunhos, indicando assim que a tradução francesa terá sido feita partir de um testemunho diferente do cód. 659. Dos testemunhos latinos conhecidos⁹ que já se analisaram, nenhum se enquadra no caso, embora haja grande afinidade entre o já referido cód. 659 e o cód. 135 (Tarragona, Bibl. Públ., séc. xv, ff. 1-98)¹⁰ [= *LT*].

3 OS TIPOS EDIÇÃO E OS TIPOS DE TOMADA DE DECISÃO

Como já mencionado, entende-se aqui por edição *crítica* aquela realizada a partir da comparação de diferentes testemunhos de uma mesma tradição textual e por edição *interpretativa* aquela executada a partir de um único testemunho.¹¹ Naturalmente uma questão que poderia ser colocada é se essa distinção é conceitualmente relevante, uma vez que em qualquer um dos casos haverá sempre um crítico textual realizando um trabalho intelectual profundamente reflexivo com o objetivo de restituir a forma genuína de um texto, ou seja, a forma que registra a vontade última de seu autor intelectual. A tese que se pretende defender aqui é que *os caminhos que um editor segue no processo de fixação de um texto em cada caso não são exatamente os mesmos e isso tem consequências em relação à natureza do trabalho final, a edição do texto*. Justamente por isso, a distinção terminológica, porque conceitual, entre *edição crítica* e *edição interpretativa* é fundamental para a crítica textual.

3.1 A DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS

Há duas principais tomadas de decisão com que um editor tem de lidar em seu percurso editorial: (a) *identificação da existência de uma lição não genuína em uma dada tradição textual* e (b) *fixação de sua lição genuína*.

Em uma tradição textual politemunhal, costuma ser mais evidente para um editor a existência de uma ou mais lições não genuínas: a sua constatação emerge no processo de colação, em que, sendo comparados diferentes testemunhos, identificam-se lugares críticos com lições diferentes, ou seja, variantes. Assumindo o pressuposto de que a vontade última só possa ser uma, ou seja, de que a vontade última esteja manifesta em apenas uma das configurações que o texto possa ter apresentado ao longo do processo criativo, seja porque o autor não quis mais modificar o texto, seja porque não tenha mais sido possível fazê-lo (como no caso de sua morte), deve-se então reconhecer que apenas uma das variantes pode ser a genuína,¹² ou seja, a que corresponde à da configuração final do texto.

Para exemplificar, tomem-se os seguintes dados da tradução portuguesa da obra de Isaac de Nínive:¹³

(1a) Esto seja a ti por sinal das cousas que queiras *a ti meesmo sojugar* (PR, f. 9r17-18)

(1b) Esto seja a ti sinal daquelas cousas que queras *sojugar a ti meesmo* (PL, f. 15v23-24)

Como a configuração final do texto que se pretende reconstituir seria uma só, apenas uma destas lições em itálico é a genuína. Vê-se, então, que essa primeira tomada de decisão, a da identificação da existência de uma lição não genuína em uma dada tradição textual, depende apenas de constatação de lições diferentes em testemunhos diferentes no mesmo lugar crítico. Pode-se chamar esse caso de *variantes intertestemunhais*.

A segunda tomada de decisão, a da fixação da lição genuína, pode ser realizada com base em diferentes princípios, como o da lição mais difícil, o da mais antiga, etc. No caso em questão, há a especificidade de o texto a ser fixado ser tradução (para o português) de outra tradução (a em espanhol), por isso é legítimo considerar que a lição do texto-alvo (em português) mais próxima do padrão do texto-fonte (em espanhol) seria a genuína. Isso se deve à baixa probabilidade de o tradutor mudar um padrão

no processo tradutório do espanhol para o português e, no processo de cópia, o copista restituir no português o padrão original presente no texto-fonte em espanhol sem tê-lo consultado. No trecho em análise, a lição presente no texto-fonte é:

(1c) Esto sea a ti por señal de las cosas que querras *tu mesmo sojuzgar* (ES, f. 129rb32-34)

Vê-se, pela lição em (1c), que é a variante presente em (1a) a mais compatível com o texto espanhol, no sentido se apresentar a mesma ordenação de conteúdo (pronome + verbo), por isso deve ser ela a genuína.

Nem sempre, no entanto, a identificação da existência de uma lição não genuína emerge do processo de colação em uma tradição politemunhal. Eventualmente todos os testemunhos considerados tem a mesma lição, mas, ainda assim, por certas razões, pode-se considerar que não seja a genuína, como no seguinte trecho:

(2a) Quando te quiseres chegar com o teu coração a Deus, primeiramente demonstra o teu trabalho em as cousas corporaes, ca por austinência delas é começo da *sua* conversaçom. (PR, 105v17-20)

(2b) Quando te quiseres chegar com o teu coração a Deus, primeramente demonstra o teu trabalho em as cousas temporaes, porque abstinência delas é começo da *sua* conversaçom. (PL, 93v9-12)

O possessivo *sua*, presente em ambos os testemunhos, contraria o sentido do texto, pois a *conversaçom* (“conversão”) em questão é a do destinatário da mensagem (tratado pela 2ª pessoa do singular), logo não se trata de *sua* mas sim de *tua*, o que é confirmado pelo texto espanhol:

(2c) Quando te quisieres llegar con el tu corazón a Dios, primeramente demuestra el tu trabajo en las cosas temporales, ca por abstinencia de aquellas es començamiento de *tu* conversacion. (ES, f. 161ra31-35)

Nesse caso, a segunda tomada de decisão, a da fixação da forma genuína, depende do conhecimento da língua do testemunho para que se proponha uma conjectura, ou seja, uma lição que não está atestada em nenhum dos testemunhos da tradição em questão, no caso, a portuguesa.

O ponto-chave que se quer ressaltar, entretanto, é que a primeira tomada de decisão, a da identificação da existência de uma lição não genuína, em uma tradição politestemunhal tem como idiosincrasia emergir normalmente da colação e não depender propriamente de um julgamento do editor sobre sua existência: o editor terá de exercer seu juízo na seleção da variante genuína, mas *a identificação da existência de uma lição não genuína em uma tradição politestemunhal é objetiva*, não depende de juízo, ou seja, basta constatar a existência de lições diferentes entre os testemunhos. Essa objetividade da identificação confere à edição crítica um certo grau de segurança em relação à necessidade de o editor intervir (no caso, através da seleção de uma variantes).

Já em uma tradição textual monotestemunhal, é menos evidente para um editor a existência de uma ou mais lições não genuínas, uma vez que essa constatação depende da sua interpretação de que uma dada lição não reflete, de alguma maneira, o que seria a vontade última do autor. Nesse caso, o editor não pode contar com o que a colação entre testemunhos revela.

Veja-se o dado abaixo relativo à tradução francesa da obra em questão:

(3a) Dont li un des *regiens* et des viellars escriveurs, veant un homme nient barbu ressemblant a fames, reputa ce estre nuisible a sa penssee et damajable en sa bataille. (FP, f. 330v5-9)

Nesse caso, a tomada de decisão sobre a da existência de uma lição não genuína não pode basear-se no confronto com outro testemunho em francês porque simplesmente não há. A primeira tomada de decisão nesse caso baseia-se em outro tipo de informação. No trecho em questão, a forma *regiens*, no sentido de

“religiosos” segundo indica o contexto, chama a atenção, pois: (a) sua ocorrência é única no texto, aparecendo *religiens* (ff. 332r, 329r, 339v, 340r) nas quatro demais referências ao conteúdo em questão; (b) não se encontra atestada em obras lexicográficas que registram o léxico do francês médio;¹⁴ e (c) a supressão do segmento *li* (*religiens* > *regiens*) não faz parte de processos fonológicos registrados na formação histórica da língua francesa.¹⁵ Tais fatos apoiam a interpretação de que *regiens* seja uma lição não genuína, sendo provavelmente um erro de copista: um caso de haplografia, isto é, de supressão de uma sílaba na escrita. Essa interpretação fica abalada, no entanto, ao se constatar, no mesmo testemunho, a existência da forma *region* (f. 329v) no sentido de “religião” segundo indica o contexto, sendo as quatro demais referências ao conteúdo em questão com a forma *relegion* (ff. 330r, 353v, 354r, 365r). Teria ocorrido um mesmo tipo de erro (haplografia) em duas palavras cognatas por mera coincidência ou haveria aí um processo fonológico idiossincrático que teria escapado a registro lexicográfico até o presente? No caso de *relegion*, entende-se que a haplografia teria sido favorecida pela existência de dois *e*'s próximos, como se fosse um caso de salto-bordão nos limites de uma palavra, mas, no caso de *regiens*, a existência de dois *i*'s próximos favoreceria a haplografia da sílaba *gi* e não *li*, exceto se o que estivesse no modelo fosse *relegiens*, diferentemente do que aparece nas quatro demais ocorrências no texto, caso em que a haplografia do *le* não seria uma surpresa.

Veja-se que, nesse caso, aceitando-se a interpretação de que *regiens* seja uma lição não genuína, a natureza do processo de tomada de decisão quanto à existência de uma lição não genuína é diferente do caso anterior: naquele a identificação decorre da constatação de diferenças entre testemunhos; e neste, decorre da constatação de diferenças no mesmo testemunho, ou seja, trata-se de *variantes intratestemunhais*. O grau de certeza sobre a natureza não genuína de lições neste segundo caso, no entanto, é seguramente bem menor do que no primeiro caso: sendo a língua constitutivamente heterogênea e variável, como já mais do que demonstrou a sociolinguística moderna, a existência de variantes

intratestemunhais não significa necessariamente que haja alguma lição não genuína entre elas – pode ser simplesmente um caso de variação linguística. Deve-se, a propósito, ter em mente que, no caso de textos inéditos, o contato com fatos linguísticos não registrados pela tradição gramatical e lexicográfica é mais do que natural em face justamente do ineditismo, por isso o contato com variantes linguísticas desconhecidas até então é mais do que natural.

No que se refere à segunda tomada de decisão, nesse caso também há diferença em relação ao anterior, pois, mesmo sabendo que a tradução francesa (texto-alvo) se origina da latina (texto-fonte), esta em nada auxilia para esse caso específico:

(3b) Unde vir quidam de *religiosis* et certatoribus senibus, videns quemdam imberbem similem mulieribus, reputavit hoc nocivum [menti]¹⁶ atque dampnosum in pugna sua. (*LPm*, f. 34v12-15)

A forma latina (*religiosis*), além de não permitir a tomada de decisão sobre *regiens* ser ou não uma lição não genuína, também não permite reconstituir qual seria a genuína (*religiens*, como as demais ocorrências, ou *relegiens*, cuja forma seria a que favoreceria a haplografia): trata-se de uma questão interna à morfofonologia do francês. No caso em questão, a segunda tomada de decisão pode ser apoiada no princípio de seleção de variantes referente ao estilo (ou *usus scribendi*): se, nas demais ocorrências no testemunho, aparece apenas *religiens*, então essa é a lição a ser restituída.

Saliente-se, então, que a primeira tomada de decisão no caso de uma tradição politestemunhal é de natureza bastante diversa em relação ao caso de uma tradição monotestemunhal, pois naquele o editor é objetivamente obrigado a reconhecer a existência de uma lição não genuína em face do resultado da colação, enquanto neste o editor depende de um conjunto de conhecimentos dominados de forma variável entre os editores em geral (nenhum editor tem exatamente a mesma formação que o outro), o que torna o reconhecimento da existência de uma lição não genuína algo menos objetivo e seguro. Justamente por isso,

uma edição crítica é bastante diferente de uma edição interpretativa, pois esta está muito mais sujeita às idiosincrasias do editor (como no reconhecimento da existência de uma lição não genuína) do que aquela.

3.2 O EMBAÇAMENTO DAS FRONTEIRAS

Há que se reconhecer que, em certas circunstâncias, os processos decisórios na edição de textos de tradição politemunhal e monitemunhal apresentam pontos de contato.

Eventualmente, em uma tradição politemunhal, pode-se ter que tomar a decisão sobre a existência de uma lição não genuína sem o auxílio da colação dos diferentes testemunhos, já que há casos em que apenas um testemunho preservou uma dada passagem, como no caso de mutilação nos demais testemunhos. Na tradição da tradução portuguesa da obra de Isaac de Nínive, há testemunhos mutilados, com repercussão em certas passagens, como no título do primeiro capítulo dessa tradução, presente apenas em um dos quatro testemunhos dessa tradição: *PR*. Nesse testemunho, o título aparece três vezes:

(4a) Daquel que se quer *skaçar e deleitar* nas cousas de Deus, *de todo em todo se quer* com Ele *atar* (*PR*, f. 1r3-4, tavoada)

(4b) Daquel que se quer *delectar e skaçar* nas cousas de Deus e *se quer legar de todo em todo* com Deus. (*PR*, f. 3v21-22, prólogo [“falamento sobre o Livro de Isaac em breve”])

(4c) Daquel que se quer *skaçar e deleitar* nas cousas de Deus e *de todo em todo se quer* com Ele *atar* (*PR*, f. 4r, texto propriamente dito)

Há fundamentalmente três diferenças:¹⁷

(i) *skaçar e deleitar* [a/c] × *delectar e skaçar* [b]

(ii) *de todo em todo se quer* [a/c] × *se quer (...)* *de todo em todo* [b]

(iii) *atar* [a/c] × *legar* [b]

A primeira tomada de decisão diz respeito à identificação de lição não genuína: como há diferentes formas para o título do primeiro capítulo, seria alguma delas diferentes por erro de copista e, portanto, não genuína? Considerando que *PR* é uma cópia, então se poderia pensar que a forma em (4b) seria um erro de copista, composto de duas alterações de ordem – cf. (i) e (ii) – e de uma substituição – cf. (iii).

Nesse caso específico, o recurso ao texto-fonte (em espanhol) não é resolutivo: no texto espanhol aparece no índice como título para o primeiro segmento textual em questão “El prologo” (*ES*, f. 4v29, tabla) e não há título logo antes do texto propriamente dito (*ES*, f. 127vb25-26). Esses dados, portanto, em nada contribuem para a tomada de decisão no caso.

Como já se apurou em relação à tradição textual da tradução portuguesa da obra de Isaac de Nínive, sua constituição não é fruto de subordinação única à tradução espanhola (caso de uma recensão fechada com transmissão vertical), mas sim decorrente também de contaminação com a tradição latina (caso de recensão aberta com transmissão horizontal). A forma dissonante do título, a de (4b), ocorre em uma seção (o prólogo) que não aparece no texto espanhol, mas apresenta versão compatível com o prólogo presente na tradução latina preservada no cód. alc. 387 (Lisboa, Bibl. Nac. de Portugal, 1409, ff. 94v-115v)¹⁸ [=LL]. Sendo assim, considera-se que o texto português do prólogo tenha sido traduzido do texto latino, e não do texto espanhol. No referido cód. 387, o título aparece também três vezes, mas com forma estável:

(4d) De eo qui vult in divinis *dilatari seu delectari* et Deo *totaliter colligari* (LL, f. 94v40-42, prohemium; 95r2, tabuada; 95v15-16, texto propriamente dito)

É curioso que justamente a forma do título em português que terá sido traduzida do latim apresenta mais inovação em relação a esta: enquanto (4a) e (4c) apresentam ordem mantida dos

verbos (*spaçar e deleitar = dilatari seu delectari*), já (4b) a apresenta invertida (*delectar e spaçar*); além disso, (4a) e (4c) mantêm a ordem complemento verbal + verbo ([...] *com Ele atar = Deo [...] colligari*), mas (3b) a inverte (*legar [...] com Deus*). Essa segunda inovação de (4b) é interessante, pois apresenta um padrão românico de ordenação (SVO) e (4a) e (4c) um padrão latino (SOV), ou seja, justamente a versão que foi traduzida do latim apresenta forma românica, diferentemente do que se esperaria se se considerasse interferência da língua-fonte da tradução.

Diante dessas informações, a segunda tomada de decisão, a da fixação da lição genuína, resulta necessariamente na manutenção das duas formas do título, (4a/c) e (4b), no texto editado, pois ambas são genuínas: a de (4a/c) tem sua forma específica em função de sua origem no texto espanhol e a de (4b) em função de sua origem no texto latino.

Na tradição francesa da obra de Isaac de Nínive ocorre também caso de variantes intratestemunhais com percurso decisório semelhante ao anterior (reconhecimento de duas lições como genuínas e sua manutenção no texto fixado). Observem-se os seguintes dados:

(5a) Par quel loien est li cuers *retenus*, qu'il ne queure as maus
(FP, f. 328r6-7, corpo do texto)

(5b) Par quel loian le cuer est *detenu*, qu'il ne dequeure au mal
(FP, f. 365r15-16, tabuada)

Sendo FP uma cópia, é pertinente questionar inicialmente (primeira tomada de decisão) se as formas verbais diferentes em itálico são genuínas ou se uma delas consiste em erro de cópia. Do ponto de vista de sentido, parecem ter valor muito próximo, pois o *Dictionnaire du Moyen Français*¹⁹ apresenta *retenir* como sinônimo de *détenir* quando se refere a coisa, que é o caso nos dados (5a/b). O texto latino pouco contribui para essa discussão, já que apresenta uma mesma forma (*retinetur*) para as duas ocorrências (no corpo do texto e na tabuada):

(5c) Quo vinculo *retinetur* cor, ne discurrat ad mala (*LPm*, f. 30v, corpo do texto; 102v28-29 tabuada)²⁰

Se, no caso da tradução portuguesa em relação aos dados em (4), a reconstituição da história da transmissão do texto ofereceu informações relevantes para a tomada de decisão sobre a existência de lição não genuína, já no caso da tradução francesa a impossibilidade de uma reconstituição mais detalhada dessa história, em função do haver apenas testemunho único, impede que se decida com informações dessa natureza. Uma vez que, nos dados (5a/b), se constata várias diferenças, como *est li cuers* × *le cuer est*, *retenus* × *detenu*, *queure* × *dequeure*, *as maus* × *au mal*, a hipótese mais provável é a de que o tradutor não tenha se lembrado de como traduziu o período em questão em latim na primeira vez que apareceu no meio texto e acabou traduzindo o mesmo período de forma diferente quando reapareceu no final do texto: a decisão neste caso não decorre da reconstituição da transmissão do texto, mas sim do reconhecimento de idiossincrasias no processo tradutório. Admitindo essa interpretação, tem-se que as duas lições diferentes são igualmente genuínas, porque são fruto da forma eleita pelo tradutor, e não um caso de diferenciação em função de erro de copista.

Sendo ambas as lições genuínas, a segunda tomada de decisão é mais simples: devem ser mantidas no texto fixado.

Nem sempre, no entanto, a existência de variantes intratestemunhais tem percurso decisório semelhante aos constatados para (4) e (5).

Antes de apresentar os próximos dados, é necessário salientar novamente que o testemunho latino mais próximo da tradução francesa não foi o modelo para esta, pois há erros separativos entre ambos. Justamente por isso, a edição do texto latino que acompanhará o texto da tradução francesa é uma edição crítica, pois envolve comparação com diferentes testemunhos latinos²¹ e escolha de variantes – no caso, o objetivo dessa edição crítica da tradução latina é reconstituir a forma do texto latino que

foi modelo para a tradição francesa. Vejam-se então os seguintes dados:

(6a) Il n'est nule bonne *intencion* qui ne soit de la divine grace cheant au cuer (FP, f. 361r10-11)²²

(6b) De la bonne *tencion* qui est faite de la grace divine (FP, f. 365v7-8)

(6c) [Non] est aliqua *intentio* bona que non [sit] a gratia divina incidente in corde (LPM, f. 94v12-14)²³

(6d) De [*intentione*] bona que fit a gratia divina (LPM, f. 103v16-17)²⁴

A discussão aqui começa com a primeira tomada de decisão: as variantes intratestemunhais *intencion* e *tencion* são um caso em que há uma lição que não é genuína? A forma *tencion* deve ser interpretada como uma forma não genuína, sendo fruto de erro do copista, com a omissão de prefixo, ou como uma forma genuína, no sentido de ter sido a eleita pelo tradutor, assim como em (4) e (5)? Neste caso parece apontar-se para interpretação diferente da apresentada para (4) e (5) por três razões: (a) na tradição lexicográfica não há registro de *tension* como variante de *intencion* (DMF, 2015); (b) embora já houvesse corrosão da distinção entre sibilante (representada por *s*) e africada (representada por *t* ou *ç*) no francês médio, a presença de *c*, e não de *s*, na forma *tencion* sugere ainda assim que não se trata do lexema *tension* (< lat. TENSIONE-), pois os casos de confusão gráfica são pouco comuns no testemunho em questão; e (c) do ponto de vista semântico, a forma *tension*, no sentido de “qualidade de tenso”, é incompatível com contexto, em que se trata de conduta esperada de um religioso (por isso a ideia de “boa intenção”). Sendo assim, a forma *tencion* deve ser interpretada como erro de copista e, portanto, lição não genuína.

Sendo apenas uma das lições a genuína, a segunda tomada de decisão é retificar a lição não genuína tomando como modelo o estilo do texto, o que não deixa de ser uma decisão complexa, pois

há três variantes para o lexema em questão: *entencion* (9 ocs.), *entempcion* (1 oc.), *intencion* (5 ocs.). Embora a escolha da variante mais frequente – no caso, *entencion* – esteja em consonância com a noção de estilo (ou seja, conjunto de escolhas particulares de cada usuário de uma língua, no caso, do tradutor), há que se ponderar que a forma em questão ocorre em uma estrutura específica, com o adjetivo *bonne*, e, quando há essa combinação no testemunho (que ocorre apenas uma vez), a forma que aparece é *intencion*, razão pela qual deve ser eleita no processo de fixação do texto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo defender a tese de que a diferença terminológica entre edição *crítica* e edição *interpretativa* é fundamental para a crítica textual, pois reflete importantes diferenças conceituais. Para isso, analisaram-se seis passagens extraídas da tradição textual da tradução portuguesa e da francesa da obra de Isaac de Nínive, tendo em conta as duas principais tomadas de decisão com que um editor tem de lidar em seu percurso editorial: (a) identificação da existência de uma lição não genuína em uma dada tradição textual e (b) fixação de sua lição genuína.

A questão central da diferença entre uma edição crítica e uma edição interpretativa é a consequência de haver mais de um testemunho para o exercício da crítica textual no primeiro caso: como resultado da colação, realiza-se de forma objetiva uma tomada de decisão fundamental, a identificação da existência de lição não genuína. Na verdade, é como se a necessidade dessa tomada de decisão fosse praticamente extinta do processo editorial, pois o crítico textual não precisa julgar se existe uma lição não genuína: isso fica evidente com a constatação de diferentes lições (aceitando o pressuposto de que a vontade última é uma só). Diz-se “praticamente” porque há casos em que lições diferentes de testemunhos diferentes constatadas na colação podem ser ambas genuínas, como no caso de difração, que é caso bastante raro. No caso da edição interpretativa, porque se trabalha apenas com um

testemunho (seja porque não há outro, seja porque não há interesse com comparar diferentes testemunhos), a de identificação da existência de lição não genuína é menos objetiva, porque está sujeita ao conhecimento que cada editor tem disponível para exercício da sua atividade.

Isso não significa, no entanto, que, no trabalho com uma tradição politemunhal, sempre se possa contar com essa identificação objetiva da existência de lição não genuína. Há casos em que o editor de um texto com tradição politemunhal se vê no mesmo terreno movediço em que trabalha o editor que lida com tradição monitemunhal: “movediço”, porque ambos não podem contar com a segurança da colação para a identificação objetiva da existência de lição não genuína. Não há variantes intertemunhais. Como visto, a simples existência de variantes intritemunhais não é prova de que haja alguma lição não genuína, porque as especificidades da constituição do texto podem resultar na existência de lições diferentes em um mesmo testemunho, mas igualmente genuínas. Quando se têm informações abundantes sobre a história de um texto (sua constituição, sua transmissão, etc.), o terreno pode parecer menos movediço, mas, em caso contrário, o terreno se torna ainda mais instável, ou seja, as decisões ficam suscetíveis a fatores mais subjetivos.

Podem-se ainda diferenciar edição crítica e edição interpretativa em relação à segunda tomada de decisão comentada, ou seja, a da fixação da lição genuína. No caso de uma tradição politemunhal, a fixação da lição genuína na edição crítica é realizada, via de regra, dentro de uma baliza: o editor escolhe uma das lições presentes nos próprios testemunhos, o que limita o grau de subjetividade (esta sempre há!) que imprimirá à sua edição. No caso de uma tradição monitemunhal, não há a baliza das lições necessariamente excludentes em função de serem diferentes e estarem no mesmo ponto do texto em diferentes testemunhos: a principal baliza com que geralmente conta o editor é seu conhecimento sobre o autor, sobre o texto, sobre a língua, etc., o que abre maior espaço para expressão de subjetividade.

Em síntese, as tomadas de decisão no processo de elaboração de uma edição crítica e de uma edição interpretativa apresentam diferenças suficientemente significativas para que sejam reconhecidas com dois tipos diferenciados de edição no campo da crítica textual.

ABSTRACT

This paper aims to defend the thesis that the terminological difference between critical edition, made from the comparison of different testimonies, and interpretative edition, made from a single testimony, is fundamental for textual criticism, since it reflects important conceptual differences. Six passages taken from the textual tradition of the Portuguese and French translations of Isaac de Nínive's work were analyzed, taking into account the two main decisions that an editor has to deal with in his editorial route: identification of the existence of a non genuine lesson in a given textual tradition and fixation of the genuine lesson. It has been shown that, in relation to these two types of decision making, there are differences between the considered editions: in the critical edition, the first decision making is more objective because of the collation and the second decision making is also but because of the lessons of the testimonies; in the interpretative edition, the two referred decisions are less objective because they are essentially based on the editor's knowledge, a factor of great variability.

KEYWORDS

Textual Criticism; Critical Edition; Interpretative Edition; Variant; Conjecture.

REFERÊNCIAS

- ALLIÈRES, J. **La formation de la langue française**. Paris: PUF, 1996.
- BROCK, S. From Qatar to Tokyo, by way of Mar Saba: the translations of Isaac of Beth Qatraye (Isaac the Syrian). **Aram**, Oxford, n. 11-12, p. 475-484, 1999-2000.
- CAMBRAIA, C.N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. Livro de Isaac (cód. 50-2-15 da BN): caminhos percorridos. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 133-34, p. 15-35, 2013-2014.
- _____. **Livro de Isaac**: edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.
- CHIALÀ, S. **Dall'ascesi eremitica alla misericordia infinita**: ricerche su Isaaco di Nínive e la sua fortuna. Firenze: Leo S. Olschki, 2002.
- CONTINI, G. **Breviario di ecdotica**. Torino: Einaudi, 1986. [2. rist., 1992].
- DMF: Dictionnaire du Moyen Français, version 2015 (DMF 2015). ATILF - CNRS & Université de Lorraine. Disponível em: <<http://www.atilf.fr/dmf>>. Acesso em: 13 set. 2019.
- MELO, T.C.A. de. **Livre d'Isaac Abbé de Syrie (cód. lat. 14891 da BNF)**: edição e glossário. 2010. 371 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- ZINCK, G. **L'ancien français**. Paris: PUF, 1987.
- _____. **Le moyen français**. Paris: PUF, 1990.

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada como palestra de abertura do V Seminário de Crítica Textual: Autoras, Autores e Livros: Gênese e Transmissão Textuais, realizado entre 17 e 20 de setembro de 2019, na Universidade Federal Fluminense.

² CAMBRAIA, 2017.

³ A primeira edição da tradução francesa, do tipo paleográfico, foi preparada por Melo (2010). A atual edição interpretativa em preparação está sendo realizada em colaboração com a mesma autora, Teresa Cristina Melo.

⁴ BROCK, 1999-2000.

⁵ CHIALÀ, 2002.

⁶ Fac-símile digital: <<http://purl.pt/26234>>.

⁷ Fac-símile digital: <<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000137334>>.

⁸ Fac-símile digital: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b90670375?rk=21459;2>>.

⁹ CAMBRAIA, 2013-2014

¹⁰ Fac-símile digital: <<https://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.do?id=397172>>.

¹¹ CAMBRAIA, 2015, p. 96-98 e 104

¹² Um caso especial em que duas variantes seriam genuínas é o da difração (CONTINI, 1992), em que uma lição genuína se fragmenta em duas diferentes, cada uma com uma parte da genuína. Esse caso, embora possível, é muito raro e não representa as principais questões com que lida o crítico textual.

¹³ As transcrições apresentadas neste trabalho foram feitas com uniformização gráfica.

¹⁴ DMF, 2015.

¹⁵ ALLIÈRES, 1996; ZINCK, 1987, 1990

¹⁶ Variantes: *LPm*: om.; *LMi*, *LT*: menti.

¹⁷ A ausência do *e* em (4a) não será comentada em detalhe aqui porque não diz respeito ao padrão que está sendo discutido nesta seção. A ausência do *e* é uma lição não genuína principalmente por representar uma falha coesiva (falta de conjunção ligando duas orações adjetivas coordenadas). Na fixação do texto, essa conjunção deve ser restituída no trecho de (4a).

¹⁸ Fac-símile digital: <<http://purl.pt/26847>>.

¹⁹ DMF, 2015.

²⁰ Na primeira ocorrência desse excerto falta o *Q* inicial (uma capitular que não foi executada) e na segunda ocorrência falta o *n* em *retinetur* (aparentemente um lapso no registro de um *titulus* como sinal abreviativo).

²¹ A edição baseia-se no confronto de 3 testemunhos latinos: *LMi*: cód. A 49 sup., Milão, Bibl. Pinac. Accademia Ambrosiana, séc. XIII, ff. 1r-75v; *LPm*: cód. 659, Paris, Bibl. Maz., séc. XV, ff. 2r-103r; e *LT*: cód. 135, Tarragona, Bibl. Públ., s. XV, ff. 1-98.

²² Este primeiro trecho é o período inicial do capítulo: na Idade Média era comum escolher como título para uma seção textual o primeiro período ou parte dele. O segundo trecho é o título para a respectiva seção textual que aparece ao final da obra, na tabuada da matéria ou sumário.

²³ Variantes: *LPm*: on; *LMi*, *LT*: Non / *LPm*: fit; *LMi*, *LT*: sit.

²⁴ Variantes: *LPm*, *LT*: temptatione, *LMi*: [não possui a tabuada].

Da língua dos clássicos aos clássicos na língua: uma leitura do poema “Vênus” de Carlos Drummond de Andrade¹

Mafalda Frade

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a forma como a linguagem e o mito clássico são utilizados no poema “Vênus” de Carlos Drummond de Andrade para explorar diversas facetas do amor. De facto, na obra de Drummond de Andrade, dois dos eixos semânticos utilizados são o do amor e o da Cultura Clássica, que são apresentados de diversas formas. Nessa composição poética, os dois unem-se e, através do uso das línguas clássicas na criação de neologismos, elabora-se um jogo de palavras que permite ao sujeito poético revelar o que pensa e sente a propósito das diversas faces do amor.

PALAVRAS-CHAVE

Drummond de Andrade; Vênus; poesia lírica; amor.

SUBMISSÃO 31.12.2019 | APROVAÇÃO 04.01.2020 | PUBLICAÇÃO 20.03.2020

DOI <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.31353>

INTRODUÇÃO

Carlos Drummond de Andrade é um poeta multifacetado, em cuja obra



encontramos poemas de diversas temáticas, tais como a observação do quotidiano, a preocupação com o homem enquanto ser humano e ser-no-mundo, realçando-se o olhar sobre questões sociais e políticas, a reflexão sobre a poesia e a linguagem e ainda o amor.²

É patente, assim, que, entre outros temas, a poesia de Drummond de Andrade surge, variadas vezes, evocada de sentimentos amorosos³ que podem assumir inúmeras formas. De facto, o amor é não apenas olhado como emoção que denota afeto e paixão, mas também como sentimento de afeição fraternal para com alguém que não é objeto de desejo.⁴

Nesse âmbito, o amor evocado tanto pode ser platónico como mostrar uma face profundamente erótica que se revela absolutamente natural. De facto, o sujeito lírico constrói, em variados poemas, uma “explosiva e sublime conversão de amor e sexo, de almas e corpos, sentimentos e suores em Amor maiúsculo, enigmaticamente terreno e transcendente, concreto e místico”.⁵

Segundo Maria de Santa-Cruz,⁶ “a ‘boa’ poesia, como toda a espécie de amor, tem sempre uma componente erótica”, bem patente em Drummond de Andrade, para quem o Amor de apresenta

como uma das vias naturais do conhecimento e da própria experiência terrena do divino [...] e da eternidade; e a Mulher que se dá (em oposição às “mulheres gulosas” e recalçadas ou às prostitutas reformadas), |é| uma das maiores forças da Natureza, o retiro onde o homem, enfim, encontra a paz, a metade indispensável e gozosa do Uno.⁷

Esses dois eixos da poesia amorosa – o platónico e o erótico – estão bem patentes num campo que perpassa diversas vezes pelas suas obras: o da Cultura Clássica.

De facto, há variadíssimas referências à Antiguidade Clássica na poesia de Carlos Drummond de Andrade, e também aqui o poeta revela uma face multifacetada, na medida em que, ao longo da sua poesia, não se limita ao uso de personagens mitológicas – como as evocadas, por exemplo, na composição poética “Balada do amor através das idades”,⁸ “O poeta escolhe o seu túmulo”,⁹ “Relógio do Rosário”,¹⁰ “Canto órfico”,¹¹ “Isso é aquilo”¹² –, mas também refere autores greco-latinos como Platão, Ovídio, Virgílio, Horácio ou Aristóteles – vejam-se os poemas “Amor – pois que é palavra essencial”,¹³ “Quando desejos outros é que falam”¹⁴ e “A língua francesa”,¹⁵ “Canção para ninar você”,¹⁶ “A bruxa”¹⁷ ou “Isso é aquilo”.¹⁸ Para além disso, refere ainda realidades inusitadas, como a métrica da poesia clássica – caso dos poemas “Estâncias”,¹⁹ “Arte poética”²⁰ ou “A paixão medida”²¹ – ou características gramaticais – como acontece em composições em que rememora, por exemplo, as declinações, como é o caso de “Rosa rosae”.²²

A língua dos clássicos também surge bem marcada, pela citação de pequenos trechos e palavras ou expressões latinas em algumas das suas composições – como sucede nos poemas “Noite na repartição”,²³ “O banco que serve a meu pai”²⁴ ou “Em louvor da miniblusa”.²⁵

O POEMA “VÊNUS”

Interessa-nos, contudo, a este nível, um poema específico – “Vênus” – em que à personagem mitológica de Vênus – Afrodite, na versão grega – se junta todo um jogo linguístico baseado em neologismos que permite ao sujeito poético rememorar inúmeros mitos clássicos e, ao mesmo tempo, transportar para o presente o mito da deusa do amor, reinventando-o e dando-lhe profundidade, na medida em que Vênus é associada não apenas ao amor sexual, mas também a outros tipos de amor.

A figura de Vênus encaixa perfeitamente na temática amorosa de Drummond de Andrade. A antiga divindade latina²⁶ foi, desde muito cedo, assimilada à deusa grega Afrodite, cujo riquíssimo mito envolve inúmeros episódios em que o amor ocupa um lugar central. De facto, “Afrodite é considerada a deusa do amor e do apelo carnal tanto dos homens como dos bichos, bem como encantadora de toda a fauna, metonímia de natureza, e por extensão, de cosmos”.²⁷

Na obra de Drummond de Andrade, é o nome Vênus que é utilizado, por norma, para evocar a deusa do amor, e o poeta itabirano referencia-a inúmeras vezes na sua obra, utilizando-a para expressar ideias variadas. No poema “No pequeno museu sentimental”,²⁸ por exemplo, essa personagem evoca, pela expressão usada – “montes de Vênus” –, o amor sexual, bem perceptível na segunda estrofe, em que o sujeito lírico se atribui o epíteto metafórico de “pastor felante”.

No pequeno museu sentimental
os fios de cabelos religados
por laços mínimos de fita
são tudo que dos montes hoje resta,
visitados por mim, montes de Vênus.

Apalpo, acaricio a flora negra,
e negra continua, nesse branco
total do tempo extinto
em que eu, pastor felante, apascentava
caracóis perfumados, anéis negros,
cobrinhas passionais, junto do espelho
que com elas rimava, num clarão.

O mesmo sucede na composição “Adeus, camisa de Xanto”,²⁹ em que a expressão “camisa de Vênus” é diretamente relacionada com o ato sexual:

Adeus, camisa de Xanto!
Adeus, camisa de Vênus!
O sêmen fugiu. Nem pranto
nem riso. Estamos serenos.

Baixou a noite seu manto
sobre a cansada virilha.
(Sexo e noite formam ilha.)
Adeus, camisa de Vênus,
adeus, camisa de Xanto!
Já gozamos. Já morremos.

Já na composição “A loja feminina”, Vênus surge como a divindade capaz de humanizar até estátuas, dotando-as de atributos femininos aliciantes que despertam o desejo erótico:

Cinco estátuas recamadas de verde
na loja, pela manhã, aguardam o acontecimento.
É próprio de estátuas aguardar sem prazo e cansaço
que os fados se cumpram ou deixem de cumprir-se.
Nenhuma ruga no imobilismo
de figurinos talhados para o eterno,
que é, afinal, novelo de circunstâncias.

Iguais as cinco, em postura vertical,
um pé à frente do outro quase suspenso
na hipótese de voo, que não se consumará,
em direção da porta sonora
a ser aberta para alguém desconhecido
— Vênus certamente, face múltipla —
assomar em tom de pesquisa,
apontando o estofo, o brinco, o imponderável
que as estátuas ocultam em sigilo de espelhos.

[...]

Sabem que Vênus, cedo ou tarde,
provavelmente tarde e sem pintura,
chegará.
Chega, e o simples vulto
aciona as esculturas.

Ao cintilar de vitrinas e escaninhos,
objetos deixam de ser inanimados.
Antes de chegar à pele rósea,
a pulseira cinge no ar o braço imaginário.

O enfeite ocioso ganha majestade
própria de divinos atributos.
Tudo que a nudez torna mais bela
acende faíscas no desejo.
As estátuas sabem disto e propiciam
a cada centímetro de carne
uma satisfação de luxo erótico.

Esse poder de atração assume o seu expoente máximo no poema “Vênus”. De facto, nessa composição o mito é aproveitado ao máximo e assume não apenas essa vertente erótica, mas uma face multifacetada, tão característica do poeta itabirano.

De facto, nesse poema, Vênus surge como metáfora do amor nas diversas formas que esse consegue assumir. É, assim, um poema onde o sujeito poético explora variadas e diferentes faces do amor, indo muito além do erotismo que o mito afrodisíaco, por norma, evoca.

Eis o poema:

Vênus de calça comprida é
Vênus calcianadiomênica
Vênus calcispúmica
Vênus calcitrite

Vênus de calça comprida
é Vênus calcirízica
Vênus calcigênitrix
Vênus calcimílica

De calça comprida Vênus é Vênus
Calcicranachiana
Calciarlesiana
Calcicapitulina

Calcibelvedérica
é Vênus de calça comprida
calcieleusiana
calcitriptolêmica

Vênus calcipersefônica
Vênus calciproserpínica

De calça comprida
Vênus calcicarôntica

Calcifarnésica Vênus
Vênus calcilaomedôntica
Vênus calcionfálica
Vênus é de calça comprida

Calcimegárica
Vênus calciedípica
Vênus calciateneica
– de calça comprida – calcidedálica

Vênus calcimeleágrica
Vênus calciargonáutica
Vênus calcibelerofôntica
de calça comprida Vênus

Vênus calcidanáidica
Vênus calcihemofroidítica
Vênus calcicomprida
e sempre, nua, Vênus.

Salta à vista, em primeiro lugar, que o poema gira todo em torno da criação de inúmeros epítetos, trazendo à memória, segundo Barbas, a composição poética de Jorge de Sena “Quatro sonetos a Afrodite Anadiómena”, em que o poeta brinca também com os epítetos da deusa do amor, recriando igualmente a língua de forma a permitir o “jogo com as sonoridades da linguagem que exibem sentidos além dos directamente significados”,³⁰ como observamos, por exemplo, no seguinte trecho:³¹

Timbórica, morfia, ó persefessa,
meláina, andrófona, repitimbídia,
ó basilissa, ó scótia, masturlídia,
amata cíprea, calipígea, tressa

de jardinatas nigras, pasifessa,
luni-rosácea lambidando erídia,
erínea, erítia, erótia, erânia, egídia,
eurínoma, ambológera, donlessa.

Nesse poema de Jorge de Sena, é “a própria matéria linguística, ao nível da linearidade fónica e grafemática do significante, que sofre um processo de transformação”,³² e o mesmo acontece em “Vênus”, em que Drummond de Andrade, tal como acontece nos poemas de Sena, elabora um texto poético criando neologismos a partir de contributos lexicais de diferentes idiomas.³³

No caso da composição do poeta itabirano, os epítetos criados relacionam-se, na sua totalidade, com uma característica primordial atribuída a Vénus: o vestir de calças compridas.

A calça comprida, em nosso entender, transporta-nos para o presente – a deusa, como é óbvio, nunca é representada de calças, já que, na Cultura Clássica, essa peça de roupa não era usada. Mas hoje, muitas mulheres usam calças – e aqui parece que, por sinédoque, Vénus surge, para o sujeito poético, e na atualidade, como o ideal feminino, a representação da mulher, de ontem como de hoje, que atrai o homem.

Partindo dessa ideia, interessa explorar os diversos epítetos, que mais não são do que neologismos criados a partir do nome ‘calça’ a que se juntam nomes ou adjetivos sobretudo de caráter mitológico, formando um novo adjetivo. Tendo isso em consideração, o que pretende transmitir o sujeito poético com esse panegírico à deusa? E, por extensão, à mulher?

De notar, em primeiro lugar, que surgem na composição poética três epítetos que demonstram as origens de Vénus e também a sua capacidade de ser força geradora de vida: “calcianadiomênica”, “cacispúmica” e “calcitrite”.

Esses epítetos remetem para um mito de origem. De facto, o adjetivo “Anadiómena” (relacionado com o verbo grego Ἀναδύομαι, elevar-se) é um dos epítetos de Vénus/Afrodite e remete para o seu nascimento das águas, tema que prevalece até aos dias de hoje na pintura, escultura ou literatura.

Essa referência é reforçada pelo epíteto seguinte, ‘calcispúmica’, formado a partir dos nomes “calça” e “espuma”. Esse último remete diretamente para a espuma do mar em que, segundo o mito, Vénus foi gerada. De notar que o próprio nome

“Afrodite” evoca esse acontecimento, já que ἄφρος significa precisamente “espuma”.

Já o terceiro epíteto dessa quadra não remete para as origens de Vénus, mas sim para aquilo a que ela dá origem. Tritê, em grego, significa “terceiro” (como sucede em latim) e, nesse caso, parece-me que o epíteto remete para a nota musical *trite synemmenon* (na atualidade, si bemol) cuja origem, na doutrina pitagórica da harmonia das esferas celestes,³⁴ foi associada a Vénus.³⁵

Assim se mostra a origem de Vénus e se percebe que ela própria é fonte de vida, ideia que se mantém na segunda estrofe, em que se evoca, pela primeira vez, o amor parental, num neologismo em que, ao vocábulo “calças”, se une uma palavra provinda diretamente do latim: Vénus é *genitrix*, mãe geradora de vida.

Vénus de calça comprida
é Vénus calcirízica
Vénus calcigênitrix
Vénus calcimílca

De calça comprida Vénus é Vénus
Calcicranachiana
Calciarlesiana
Calcicapitulina

Nesse ponto, tem início um outro eixo do poema, em que se demonstra que a deusa é ela própria gerada, uma e outra vez, pela mão de artistas que espalharam o seu culto por todo o Império romano.

Surgem assim no poema variadas alusões a imagens – esculturas e pinturas – de Vénus, cujos epítetos criados pelo sujeito poético não o são apenas a partir de palavras das línguas clássicas, mas também de outras que o não são: Vénus é apresentada como ‘calcirízica’, neologismo formado a partir do verbo grego σπιρίζω (proceder como um sírio), remetendo-nos para a imagem da *Dea Siria*, ou Atargatis, com quem Vénus foi frequentemente

associada.³⁶ Para além disso, a deusa é caracterizada como “calcimílica”, em alusão à Vénus de Milo.³⁷

A estrofe seguinte segue o mesmo padrão: ela é Vénus calcicranachiana, numa referência à imagem de Vénus pintada por Lucas Cranach;³⁸ é calciarlesiana, lembrando-se assim a escultura da Vénus de Arles;³⁹ e calcicapitulina, numa alusão (com corruptela do nome latino) a Vénus Capitolina.⁴⁰

Note-se que, nas obras de arte aludidas, a nudez está sempre presente (o que é relevante para o fim do poema, como veremos), símbolo não apenas das origens dos seres (todos nascemos nus), mas também da naturalidade que o amor pode assumir, na sua versão sexual, ainda que haja espaço para a pudicícia, dado que, em algumas das imagens aludidas, a deusa surge a tapar o corpo.

Mais tarde, no início da quarta e sexta estrofes, o sujeito poético retoma essa rememoração, afirmando que Vénus é ainda calcibelvédérica, numa clara menção à escultura de Vénus de Belvedere,⁴¹ e calcifarnésica, trazendo para o poema a imagem de Vénus Calipígia, da Coleção Farnese.⁴² Em meu entender, é a forma encontrada para não deixar o leitor esquecer esse lado nu, cru, físico do amor, que começa a ser apresentado, após as duas primeiras estrofes, de outra forma.

De facto, após a alusão às origens e proliferação das imagens de Vénus e da nudez que lhe é tão associada, o sujeito poético dedica-se a construir uma série de novos epítetos, recorrendo de novo à utilização do vocábulo “calças”, a que agora vai associar sobretudo nomes de personagens mitológicas, cuja escolha, ainda que aparentemente aleatória, revela um trabalho criterioso.

De facto, há epítetos que remetem para o amor entre pais e filhos. É o que sucede na quarta estrofe, em que os epítetos “calcieleusiana” e “calcitriptolémica” nos transportam para o amor paternal de Elêusis. Filho de Hermes, numa das versões do mito, e figura epónima da cidade de Elêusis, esse herói teve um filho denominado Triptólemo. Um dia, Deméter, ao tentar tornar

Triptólemo imortal, mergulhou-o no fogo, e isso suscitou a ira de Elêusis, que gritou, acabando por ser morto pela deusa.⁴³

Elêusis é também, por excelência, o local de culto de Deméter, cujo amor maternal é lembrado na quinta estrofe, nos epítetos “calcipersefônica”, “calciproserpínica” e “calcicarônica”, que remetem para o rapto de Perséfone/Prosérpina (filha de Deméter) e conseqüente descida aos Infernos (onde se encontra Caronte), que despoletam o desgosto materno.

Vênus é, assim, conotada não apenas com o amor sexual, mas também como a deusa que preside ao amor parental e filial, que volta a ser mencionado na sétima estrofe, nos epítetos “calciedípica” e “calcidedálica” e na nona estrofe, através do epíteto “calcidanáidica”.

De facto, o epíteto “calciedípica” remete para o mito do amor incestuoso de Édipo, que culmina com o suicídio materno e o exílio do herói.⁴⁴ Já “calcidedálica” traz à memória a figura de Dédalo, símbolo do inventor e do artista universal, que procura salvar-se e salvar o filho do labirinto em que ambos tinham sido encarcerados através da invenção das asas. Não consegue, porém, todos os seus intentos, já que, como Deméter ou Elêusis, o seu amor sofre um enorme revés (nesse caso, Ícaro morre).⁴⁵

Por fim, o amor paternal (ou a falta dele) e o maternal também estão presentes no epíteto “calcidanáidica”, que alude a Dánae, antepassada de Hércules. Filha do rei de Argos, Acrísio dá à luz Perseu, fruto da sua união com Zeus e é abandonada à sua sorte por seu pai, que temia morrer às mãos do neto (o que vem, de facto, a acontecer). Perseu, já adulto, mata a Medusa, decapitando-a,⁴⁶ e do sangue que jorra nasce Pégaso, o cavalo alado, que acaba por ajudar Belerofonte a matar a Quimera. Esse mesmo cavalo é usado por Estenebeia, mulher do rei de Tirinte, para tentar fugir da vingança de Belerofonte. De facto, ela apaixonara-se por Belerofonte quando esse chegara a Tirinte, mas fora rejeitada e tentara vingar-se do herói, acusando-o de violação. Foi esse episódio que conduziu ao afastamento de Belerofonte de Tirinte e à luta contra a Quimera.⁴⁷

Esse episódio de Belerofonte, marcado pelo amor adúltero e lascivo, remete-nos para o epíteto de Vénus mencionado na estrofe oitava, “calcibelerofônica”. Esse tipo de amor, contudo, já fora referido anteriormente, na sexta estrofe, através do epíteto “calcionfálica”, com o qual se introduzem no poema variados epítetos que remetem para a história de Hércules, dando-se aqui relevo às suas aventuras e desventuras amorosas e à paixão a elas associada.

Nesse âmbito, o amor é, então, adúltero: ao denominar Vénus “calcionfálica”, o sujeito poético evoca o mito de Ônfale, rainha da Lídia, que assume uma relação com Hércules, na altura casado com Dejanira.⁴⁸ No entanto, no mito, há também lugar para o amor puro: Vénus é “calcimegárica” (sétima estrofe), numa alusão a Mégara, filha do rei de Tebas e primeira mulher de Hércules, cuja união com o herói termina de modo trágico, quando esse mata os filhos de ambos num acesso de loucura provocado por Hera⁴⁹ (e de novo se retoma o *tópos* do amor parental).

O mesmo tipo de alusão ocorre perante o epíteto “calcimeleágrica” (oitava estrofe), em que se evoca o amor de Meleagro por Atalante. Nesse episódio, o herói, casado com Cleópatra, mas apaixonado por Atalante, depois de matar um monstruoso javali enviado por Ártemis, oferece os despojos à sua amada, enfurecendo os companheiros. Irritado com a reação, Meleagro mata os tios e é depois morto pela mãe.⁵⁰ Voltamos então a estar perante vários tipos de amor: puro, adúltero, filial (em relação aos tios), parental.

Note-se que Meleagro, numa versão do mito de Jasão e o Velo de Ouro, faz parte do conjunto de argonautas, aqui recordados pelo epíteto “calciargonáutica”, cuja nau atraca na ilha de Lemnos para que se unam às habitantes, todas mulheres, dando-lhes filhos, num processo que parece associado ao amor fugaz, lascivo e sexual. É esse grupo de heróis, em que se encontrava Hércules numa das versões do mito, explorada por Diodoro Sículo,⁵¹ que Laomendonte (rememorado no epíteto “calcilaomedônica”) procura matar, de modo a evitar o cumprimento de uma promessa feita a Hércules: a oferta dos seus

cavalos divinos em troca da destruição de um monstro marinho enviado por Posídon para castigar os troianos. Nesse âmbito, a figura de Hércules é também convocada para evocar o amor fraternal (ou a falta dele) *lato sensu*, isto é, entre companheiros ou amigos.⁵²

O mesmo tipo de amor fraternal parece ser evocado através do epíteto “calciateneica”, na sétima estrofe, em que a figura de Atena é associada a Vénus. Nesse âmbito, considero que o sujeito poético não rememora aqui a deusa que influencia as artes e toda a atividade inteligente, mas sim a que protege aqueles de quem gosta, entre os quais Hércules, durante a Guerra de Troia (cujo início – o amor adúltero de Páris e Helena – é assim aqui evocado de forma quase subliminar).⁵³

Um último epíteto, na última estrofe, parece resumir todo esse *tópos* do amor: o epíteto “calcihemofroidítica”, reminiscência de Hermafrodito, filho de Hermes e Afrodite, ser uno e duplo, em simultâneo, que não assume apenas uma faceta,⁵⁴ leva-nos a pensar que o amor é, ele próprio, um sentimento com diversas facetas, como se explora ao longo do poema.

CONCLUSÃO

Perante tudo isso, é possível concluir que os neologismos criados remetem para diversas realidades associadas a Vénus, metáfora do Amor, convocando-se todas as faces dele. Nesse âmbito, a riqueza da mitologia da Antiguidade clássica, aliada ao jogo linguístico observado – em que, a uma base comum, se unem não apenas vocábulos em língua portuguesa, mas também em latim e não apenas formas adjetivas, mas nomes que passam a dar origem a adjetivos – em toda a composição poética, permite o desenvolvimento de uma imagética metafórica muito produtiva, dando origem a uma panóplia de sentidos, todos relacionados com o *tópos* do amor.

De facto, nesse poema, não é apenas o amor lascivo e sexual que se apresenta: há também amor filial, amor parental,

amor puro, amor adúltero, amor efémero, amor duradouro, amor incestuoso, amor fraternal.

O sujeito lírico expõe, assim, as diversas facetas amorosas, para concluir, na última estrofe, que não é importante a face que o amor toma – daí o epíteto ‘calcihemofroidítica’ –, nem se estamos perante uma mulher amada da Antiguidade (“danáidica”) ou da atualidade (“calcicomprida”).

O que importa ao sujeito lírico, afinal, e depois da exposição cuidada dos diversos tipos de amor, é a Mulher na sua essência, no seu estado mais natural.

Retoma-se, assim, na última estrofe, ideias já exploradas na primeira: a Mulher é sempre Vénus, fonte de desejo, hoje, de calça comprida, como outrora, e é na sua nudez (com a qual nascemos, como se vê na primeira estrofe), metáfora da inocência original do Ser, que o poeta a busca, já que é essa nudez do amor que se quer “natural”, como evoca uma das obras de Drummond de Andrade,⁵⁵ que permite a união entre corpos e almas, trazendo paz, como ele próprio confessa:

Mulher andando nua pela casa
envolve a gente de tamanha paz.⁵⁶

ABSTRACT

This article aims to analyze how language and classical myths are used in the poem “Venus” by Carlos Drummond de Andrade to explore various facets of love. In fact, in Drummond de Andrade's work, the semantic axes of love and classical culture are presented in various ways. In this poetic composition, the two unite and, by using classical languages in the creation of neologisms, he elaborates a word game that allows him to reveal what he thinks and feels about the different faces of love.

KEYWORDS

Drummond de Andrade; Venus; Love poetry; Love.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova reunião**: 19 livros de poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- _____. **José**. São Paulo: Companhia das letras, 2012b.
- _____. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a.
- _____. **O amor natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. **A paixão medida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- APEL, Willi. Harmony of the Spheres, In: RANDEL, Don Michael. **The Harvard Dictionary of Music**. Cambridge: Harvard University Press, 2003. p. 382.
- BARBAS, Helena. **A procura da poesia**: Carlos Drummond de Andrade. Olhares luso-brasileiros sobre literatura. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2002.
- BARBOSA, Rita de Cássia. **Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade**. São Paulo: Ática, 1987.
- BLACKBURN, Bonnie J. The Lascivious Career of B-Flat. In: BLACKBURN, Bonnie J.; STRAS, Laurie. **Eroticism in Early Modern Music**. London; New York: Routledge, 2016. p. 19-42.
- BUENO, Danilo Rodrigues. **A função poético-crítica em Jorge de Sena**: problemáticas do poeta moderno. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- CARLOS, Luís Adriano. **Fenomenologia do discurso poético**. Porto: Campo das Letras, 1999.
- CASTANHEIRA, Carolina Parizzi. **De institutione musica de Boécio – livro 1**: tradução e comentários. 2009. 153 páginas. Dissertação de Mestrado em Letras (Estudos Literários). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- CURTIS, Gregory. **Disarmed**: The Story of the Venus de Milo. New York: Alfred A. Knopf, 2003.
- GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana**. Lisboa: Difel, 1992.
- GRUMMOND, Nancy Thomson (ed.). **Encyclopedia of the History of Classical Archaeology**. London; New York: Routledge, 1996.
- HASKELL, Francis; PENNY, Nicholas. **Taste and the Antique**: the Lure of Classical Sculpture, 1500-1900. [S.l.]: Yale University Press, 1981.
- KLEINER, Fred S. Gallia Graeca, Gallia Romana and the Introduction of Classical Sculpture in Gaul. **American Journal of Archaeology**, v. 77.4, p. 379-390, 1973.

KROPP, Andreas J.M. Jupiter, Venus and Mercury of Heliopolis (Baalbek). **Syria**, v. 87, p. 229-264, 2010.

LIMA, Francesco Jordani Rodrigues. Amor: a palavra essencial da poesia erótica de Drummond. **Diadorim**, v. 1, p. 96-106, 2006.

NESSERLATH, Arnold. The Venus Belvedere: an Episode in Restoration. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 50, p. 205-214, 1987.

OLIVEIRA, Andreia. O amor é a memória/ que o tempo não mata: algumas definições de amor em Carlos Drummond de Andrade. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 6.1, p. 27-37, 2014.

PICKUP, Sadie. Venus in the Mirror: Roman Matrons in the Guise of a Goddess. **Visual Past**, v. 2.1, p. 137-154, 2015.

RIDGWAY, Brunilde Sismondo. The Aphrodite of Arles. **American Journal of Archaeology**, v. 80.2, p. 147-154, 1976.

SANTA-CRUZ, Maria. A oitava face do poeta: o amor natural – erotismo tardio ou alquimia do amor? **Scripta**, Belo Horizonte, v. 6.12, p. 82-99, 2003.

VITELLOZZI, Paolo. La voce dell'uomo e la voce del cosmo: percezione della dimensione sonora nella magia ellenistico-romana. **Medea**, v. I.1, p. 2-21, 2015.

WERNER, Elke Anna. The Veil of Venus: a Metaphor of Seeing in Lucas Cranach the Elder. In: BRINKMANN, Bodo. **Cranach**. Great Britain: Royal Academy of Arts, 2007. p. 99-109.

¹ Trabalho realizado no CLUNI, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa, Portugal, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - DL 57/2016/CP1453/CT0036.

² OLIVEIRA, 2014, p. 28.

³ BARBOSA, 1987, p. 9.

⁴ Amor é um “sentimento de afeto, de carinho, de desejo, de emoção ardente que queima e dói, mas esse facto não invalida que encontremos o amor pelo outro como ser humano, aquele por quem se sente compaixão [...]. Estamos, portanto, por um lado, a falar de um amor com uma dimensão de desejo do outro, do seu corpo, da sua correspondência e, por outro, de amor fraterno e solidário” (OLIVEIRA, 2014, p. 29).

⁵ Lima, 2006, p. 96.

⁶ SANTA-CRUZ, 2003, p. 83.

⁷ Idem, ibidem, p. 83

⁸ Idem, 1985, p. 28.

⁹ Idem, 2012a, p. 48.

¹⁰ Idem, 1985, p. 303.

¹¹ Idem, ibidem, p. 320.

¹² Idem, ibidem, p. 402.

¹³ ANDRADE, 2013, p. 11.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 38.

¹⁵ Idem, ibidem, 2013, p. 30.

¹⁶ Idem, 1985, p. 632.

¹⁷ Idem, 2012b, p. 9.

¹⁸ Idem, 1985, p. 402.

¹⁹ Idem, ibidem, 1985, p. 241.

²⁰ Idem, 2014, p. 15

²¹ Idem, ibidem, 2014, p. 16

²² Idem, 1985, p. 585.

²³ Idem, ibidem, 1985, p. 167.

²⁴ Idem, ibidem, p. 583.

²⁵ Idem, ibidem, 1985, p. 934.

²⁶ GRIMAL, s.u. ‘Vénus’.

²⁷ BUENO, 2009, p. 78.

²⁸ ANDRADE, 2013, p. 48.

²⁹ Idem, ibidem, p. 21.

³⁰ BARBAS, 2002, p. 10.

³¹ Veja-se uma explicação dos epítetos de Sena neste trecho em BUENO, 2009, p. 89-90.

³² CARLOS, 1999, p. 56.

³³ BUENO, 2009, p. 73.

³⁴ “[I] neopitagorico Nicomaco di Gerasa, [...] nel suo Manuale d’Armonia riportò in auge in epoca imperiale l’antica dottrina Pitagorica dell’armonia musicale delle sfere celesti. Pitagora, che nel VI secolo a.C. aveva scoperto l’ordine armonico della scala musicale, aveva elevato quell’ordine alle sfere celesti dalle quali secondo lui esso derivava. Come le sette note dell’Ottava, i sette pianeti si sarebbero mossi in progressione armonica generando una melodia che secondo la tradizione Pitagora avrebbe più volte udito. Per Nicomaco, che mette esplicitamente in relazione i suoni vocalici, i numeri, e i pianeti, le vocali sono il suono di questa melodia mistica: esse sono ‘elementi sonori’ (phoneēnta stoichēia), e ciascuna vocale esprime il suono primordiale espresso una determinata sfera celeste” (VITELLOZZI, 2015, p. 18). Mais tarde, Boécio, na sua obra *De Institutione Musica*, que se revelou importantíssima para o estudo da música no Ocidente (CASTANHEIRA, 2009, p. 8-9), retoma esta teoria, afirmando que a harmonia que rege a música é a mesma que rege as leis do universo e é responsável pela órbita dos planetas (CASTANHEIRA, 2009, p. 17, 135-137). Vide também APEL, 2003, p. 382.

³⁵ “Before the twelfth century and even during it, [...] B-flat [...] was characterized by some music theorists as soft and fickle, negative qualities associated with the female sex. [...] Perhaps not surprisingly (though it comes about indirectly), the association of B-flat with the feminine goes back to antiquity, to the Goddess Venus herself. Boethius matched the planet Venus in

the heavenly spheres to the note trite synemmenon, identified in the Western scale with the note b-flat” (BLACKBURN, 2016, p. 20).

³⁶ KROPP, 2010, p. 230, 235.

³⁷ Veja-se CURTIS, 2003, p. 3-9, sobre a descoberta desta estátua no séc. XIX nas ruínas da ilha grega de Milos e a sua descrição minuciosa.

³⁸ Veja-se WERNER, 2007.

³⁹ Veja-se KLEINER, 1973, p. 387 e RIDGWAY, 1976 sobre a descoberta desta escultura na cidade francesa de Arles no séc. XVII e uma descrição minuciosa da mesma.

⁴⁰ Descoberta em Roma no séc. XVII. Veja-se, para uma descrição mais pormenorizada, GRUMMOND, 1996, s.u. ‘Capitoline Venus’ e PICKUP, 2015.

⁴¹ NESSELRATH, 1987.

⁴² HASKELL, 1981, p. 316-318.

⁴³ GRIMAL, 1992, s.u. ‘Elêusis’.

⁴⁴ Idem, ibidem, s.u. ‘Édipo’.

⁴⁵ Idem, ibidem, s.u. ‘Dédalo’.

⁴⁶ Idem, ibidem, s.u. ‘Dánae’.

⁴⁷ Idem, ibidem, s.u. ‘Belerofonte’, ‘Estenebeia’.

⁴⁸ Idem, ibidem, s.u. ‘Ônfale’, ‘Héracles - V’.

⁴⁹ Idem, ibidem, s.u. ‘Mégara’, ‘Héracles - I’.

⁵⁰ Idem, ibidem, s.u. ‘Meleagro’.

⁵¹ Idem, ibidem, s.u. ‘Héracles - IV.14’.

⁵² Idem, ibidem, s.u. ‘Héracles - III’, ‘Laomedonte’.

⁵³ Idem, ibidem, s.u. ‘Atena’.

⁵⁴ Idem, ibidem, s.u. ‘Hermafrodito’.

⁵⁵ ANDRADE, 2013.

⁵⁶ Idem, ibidem, p. 34.

Comparando representações: o *Agésilau*¹ de Xenofonte e o de Plutarco

Luis Filipe Bantim de Assumpção

RESUMO

Agésilau II foi um dos agentes políticos mais influentes na passagem do séc. IV A.E.C. A sua proeminência se tornou emblemática em virtude da sua participação em interações político-militares de Esparta, da Lacedemônia, do Peloponeso e da Hélade como um todo. Entretanto, as suas relações políticas obtiveram resultados que, em muitas ocasiões, desenvolveram tensões e conflitos entre esparciatas, helenos e persas. Nesse sentido, muitas foram as representações elaboradas sobre esse *basileús* e, dentre elas, as que mais se destacaram foram a de Xenofonte e a de Plutarco. Partindo da metodologia comparativa de Marcel Detienne em *Comparar o incomparável*, selecionamos textos comparáveis para tentarmos perceber as motivações desses autores clássicos para representar Agésilau em conformidade com seus próprios interesses e ao lugar social em que estavam inseridos em suas respectivas sociedades e períodos.

PALAVRAS-CHAVE

Agésilau; Esparta; Período Clássico; Estudos comparativos.

SUBMISSÃO 03.01.2020 | APROVAÇÃO 17.02.2020 | PUBLICAÇÃO 03.04.2020

DOI <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.31400>



singularidade político-cultural de Esparta fez com que os seus valores e costumes integrassem um dos temas recorrentes da cultura popular contemporânea quando o assunto lida com a Antiguidade helênica. Nesse contexto, destacamos a diarquia lacedemônia como um elemento específico da cultura política de Esparta entre os períodos Arcaico e Helenístico.

Em uma Hélade marcada pela emergência da democracia ateniense, a existência de uma dupla realza chamou a atenção de pensadores antigos e modernos no Ocidente, cujo caso mais emblemático foi o da bela e heroica morte de Leônidas I na batalha das Termópilas (480 A.E.C.). Embora esse *basileús* tenha se tornado reconhecido na tradição ocidental, o nosso enfoque recairá sobre Agesilau II e a maneira como esse foi representado na documentação literária da Antiguidade.

Ainda que menos conhecido, Agesilau reinou na dinastia Euripôntida em um momento emblemático para a *pólis* de Esparta, afinal, a sua autoridade político-militar abarcou o desenvolvimento da supremacia espartana entre os helenos com o final da Guerra do Peloponeso (404 A.E.C.), assim como a sua desestruturação na batalha de Leuctra (371 A.E.C.). Autores da historiografia – como Charles Hamilton, Paul Cartledge e John Buckler² – chegaram a afirmar que a postura política de Agesilau foi a responsável pelo esfacelamento dos valores tradicionais de sua *pólis*, outro indício da sua relevância para a história de Esparta.

Embora não compartilhemos dessa perspectiva historiográfica, não podemos negar que Agesilau foi um dos homens mais proeminentes de sua sociedade, o que influenciou o modo como os seus contemporâneos observaram e julgaram as suas atitudes. Imersos nessa perspectiva, temos como objetivo analisar as representações de Agesilau desenvolvidas pelo ateniense Xenofonte (na obra *Agesilau*) e o beócio Plutarco (na *Vida de Agesilau*), mas também como ambos caracterizaram a trajetória política, social e militar do *basileús* lacedemônio. Interessa-nos problematizar as possíveis motivações de Xenofonte e Plutarco as

quais levaram esses autores a representarem Agesilau II em uma parcela de seus escritos. Portanto, discorreremos sobre a trajetória desses autores para tentarmos identificar a intencionalidade de suas representações do *basileús* Agesilau II.

Visando corresponder aos nossos objetivos, selecionamos o arcabouço teórico proposto pelo antropólogo Marcel Detienne. Em sua obra *Comparar o incomparável*, a sua concepção de um “comparativismo construtivo”,³ realizado através da comparação entre representações de sociedades distintas do passado, adequa-se à temporalidade dos autores de nossos documentos, sendo esse o nosso “campo de experimentação”. Afinal, mesmo que Xenofonte tenha falado de Agesilau e Esparta no séc. IV A.E.C., Plutarco realizou esse mesmo feito em conformidade ao contexto histórico do séc. II E.C. Logo, o fato de terem sido um ateniense e um beócio a representarem a *pólis* espartana e o *basileús* Euripôntida já ressalta a diferença entre sociedades e períodos históricos.

Ao delimitarmos o nosso objeto de investigação, cabe-nos determinar os “comparáveis” dessa análise. Detienne os definiu como “[...] mecanismos de pensamento observáveis nas articulações dos elementos arranjados conforme [uma] entrada”.⁴ Mediante o apresentado e imersos no discurso que Xenofonte e Plutarco desenvolveram sobre Agesilau II tomamos como “comparáveis”: 1) a sua interação com os “bárbaros” e 2) a sua política pan-helênica.

Antes de discorrermos sobre a comparação de nossos “comparáveis”, devemos considerar certos pormenores quanto às figuras de Xenofonte e Plutarco. O primeiro foi um ateniense considerado um “homem de ação”, nas palavras de Pierre Pontier, devido a sua trajetória como escritor e guerreiro.⁵ Com premissas aproximadas a Pontier, John Lee destacou que Xenofonte teria nascido por volta de 430 A.E.C. e presenciado toda a transformação pela qual Atenas perpassou em virtude da Guerra do Peloponeso. Lee considerou que poucos tiveram a envergadura literária e a experiência de vida de Xenofonte, o qual conviveu com Sócrates, foi mercenário dos persas, atuou junto a Esparta, viveu anos no exílio e ainda teve a sua cidadania restabelecida no final da vida.⁶

Nesse sentido, devemos considerar os escritos de Xenofonte em conformidade com suas experiências de vida, que influenciaram diretamente na maneira como este concebeu a sua relação político-social com o mundo que o circundava.

Direcionando-nos para o *Agesilau* de Xenofonte, Rosie Harman⁷ afirmou que essa obra detém uma intensa carga política, com a qual o autor almejava que o seu leitor se identificasse com o *basileús* homônimo ao elogio. Retomando os argumentos de John Lee,⁸ no *Agesilau*, Xenofonte idealizou a conduta do Euripôntida e de sua *pólis* no período em que exerceram a supremacia sobre os helenos. John Dillery pontuou que Xenofonte, ao exaltar os feitos e tecer elogios a Agesilau, pretendia que os seus leitores se identificassem com a conduta do Euripôntida e notassem os benefícios de uma vida exemplar.⁹ Em uma análise mais ousada, Édouard Delebecque¹⁰ defendeu que o *Agesilau* edificou uma representação do *basileús* lacedemônio que coincidissem com o ideal pan-helênico de Atenas na década de 350 A.E.C. Delebecque sugeriu que o *Agesilau* estaria propondo uma reflexão social sobre a realidade ateniense no início da segunda metade do séc. IV A.E.C.

Nesse sentido, Marie-Pierre Noël¹¹ parece corroborar todas as ideias levantadas pela a historiografia acima. Segundo a autora, o *Agesilau* de Xenofonte tinha o objetivo de servir como paradigma para as ações de um governante ideal, cuja sabedoria e experiência eram suficientes para punir os seus inimigos e beneficiar os seus amigos. Conjeturando as palavras de Noël, em virtude dos enfrentamentos da primeira metade do séc. IV A.E.C. e dos desgastes sociais, econômicos, políticos e materiais inerentes a esse cenário, Agesilau foi representado como um herói cuja conduta poderia reverter esse cenário. Logo, verificamos que o contato direto que Xenofonte manteve com Esparta e Agesilau influiu na sua descrição dos feitos do *basileús* lacedemônio. Imerso nessa via, o comportamento político-militar de Agesilau – mesmo quando excessivo – era digno de elogio por ter se mantido focado no bem comum dos helenos diante da ameaça maior que era o Império Aquemênida.

Plutarco, por sua vez, foi considerado pela modernidade europeia um dos maiores autores helênicos da Antiguidade. Do mesmo modo, o beócio transitou de forma bem-sucedida entre a cultura da Hélade e a de Roma, como se comprovou pelas *Vidas paralelas* e pela comparação de tradições e elementos culturais de ambas.¹² Nas palavras de Mark Beck,¹³ Plutarco não vivenciou o “auge” da cultura e da literatura helênicas, mas presenciou a emergência da Segunda Sofística. Esse movimento cultural forneceu novo fôlego à literatura e as tradições da Hélade durante o período imperial romano.¹⁴ Em seu projeto mais ambicioso – as *Vidas paralelas* – Plutarco promoveu a comparação (*synkrisis*) dos aspectos constitutivos da grandeza política e guerreira dos biografados, sendo esses dois campos fundamentais para se comprovar as virtudes masculinas (*aretê*) na Antiguidade Clássica.¹⁵

Philip Stadter complementa Mark Beck, ao afirmar que a ideia de traçar como os governantes agiram e como deveriam ter agido seria uma inclinação platônica herdada por Plutarco.¹⁶ Para o beócio, o treinamento pessoal – tanto por meio do esforço individual quanto pela a educação – era a “chave” para se controlarem as paixões, em vista de um objetivo maior, sendo essa característica inerente à “verdade da natureza humana”. Desse modo, as *Vidas paralelas* pressupunham que os leitores partilhassem da lógica moral dos biografados.¹⁷

Assim como Xenofonte, Plutarco se utilizou da figura dos “bárbaros” para potencializar as atitudes de Agesilau interessadas com o bem-estar de sua sociedade e da Hélade. Todavia, os “bárbaros” apresentados por Xenofonte não eram uma ameaça para a sociedade de Plutarco, isto é, Roma (séc. I e II E.C.). Portanto, o objetivo fundamental de Plutarco era de se utilizar da representação existente do *basileús* Euripôntida e dos seus esforços pan-helênicos para transmitir aos seus interlocutores um exemplo de conduta política e militar.

Devemos recordar que o fim da dinastia júlio-claudiana trouxe certa instabilidade para a sociedade romana, com o sangrento evento do Ano dos Quatro Imperadores (68-69 E.C.), sendo sucedido pela dinastia flaviana. Assim, apesar de Plutarco

escrever no período de Trajano (membro da dinastia Antonina), notamos que ele tentou demonstrar para a elite romana como as ações desmedidas poderiam se tornar a desgraça de um governante, como Nero e Domiciano.¹⁸ Esse teria sido um apelo do pensador beócio para que Trajano não cometesse os mesmos erros de muitos que o precederam. Portanto, se considerarmos os objetivos fundamentais das *Vidas paralelas*, mas, em particular os da *Vida de Agesilau*, Plutarco estaria interessado em fornecer exemplos de conduta para que Trajano pudesse superá-los em qualidade e virtude, para tornar-se um baluarte do poder imperial romano.

O elemento ético inerente ao argumento de Xenofonte e Plutarco nos leva a considerar um tópico fundamental em nossa investigação. Embora o ateniense tenha redigido um *encômio* a Agesilau destacando as suas virtudes morais como homem e governante, o pensador de Queroneia não deixou de exaltar e criticar inúmeras atitudes do *basileús* lacedemônio. Essa aparente similitude estaria associada ao fato de que Xenofonte foi instruído no pensamento e na filosofia socrática, e que Plutarco é considerado um dos precursores da Segunda Sofística. Interessamos pensar que Platão e Xenofonte, ao manifestarem as suas inclinações socráticas, redigiram e propuseram teorias pautadas na capacidade do sujeito em aprimorar a sua conduta, por meio do exemplo que obtiveram com outros homens. Com isso, nos Período Clássico da Hélade, Platão e Xenofonte edificaram um modelo de conduta ética e virtuosa que se fundamentou na figura de Sócrates. Dessa maneira, sugerimos que essa tendência tenha se feito presente em Plutarco, em virtude de toda a tradição literária e filosófica que se aprimorou/recuperou com a Segunda Sofística.

Apesar de não podermos atribuir a figura de Plutarco a alcunha de “socrático”, também não estaríamos de todo equivocados se considerássemos que o mesmo tomou parte de seus estudos na Academia de Platão.¹⁹ Desse modo, o filósofo de Queroneia esteve imerso na lógica platônica, possivelmente herdada de Sócrates e na qual Xenofonte fora educado. Posto isso, ambos os autores selecionados nesta análise partilharam de ideais semelhantes devido a formação que tiveram, muito embora a

discrepância cronológica de um pensador para o outro tenha influenciado o estilo literário de cada um dos mesmos.

Como esclarecemos, tanto Xenofonte quanto Plutarco tiveram o objetivo fundamental de apresentarem as virtudes éticas de Agesilau, embora cada qual manifestasse interesses diversos com as suas respectivas obras. No início de sua caracterização de Agesilau, Xenofonte (*Agesilau*, 1.3) assegurou que o *basileús* Euripôntida era digno de elogios pelo fato de vir da *pólis* mais importante da Hélade e por sua família ser a mais honrada em Esparta, além de descender de Hércules. Devemos recordar que o autor ateniense tinha motivos especiais para tecer este tipo de louvor à Lacedemônia e a Agesilau por todo o auxílio que recebera após ser exilado de Atenas.

Plutarco (*Vida de Agesilau*, 1.1-3), por sua vez, apresenta a linhagem de Agesilau a partir de seu avô, passando por seu pai e irmão – os dois últimos chegaram a reinar na dinastia Euripôntida –, e a maneira como foi educado para destacar a sua proeminência como governante. Plutarco salientou que, para além da boa estirpe, fora a tradição de Esparta que garantiu a Agesilau o preparo necessário para ser um bom governante. Aqui, notamos que o biógrafo beócio pontuou o quão relevante seria para um líder obedecer às leis de sua sociedade, ideia essa que garantiria a manutenção dos valores ancestrais e o ordenamento de sua *pólis*. Quase que por uma perspectiva de causa e efeito, ambos os escritos destacam que a origem de Agesilau seria uma justificativa plausível para a sua grandiosidade como sujeito e governante.

No que tange aos nossos *comparáveis*, Xenofonte (*Agesilau*, 1.6-7) afirmou que, pouco depois de assumir o trono, Agesilau propôs ao governo de Esparta uma expedição à Ásia Menor – domínio do Império Aquemênida – para evitar que os rumores de que uma grande frota estava sendo construída para confrontar os helenos se tornasse realidade. As palavras do ateniense ilustram que a postura do Euripôntida, diante das ameaças persas, mesclava-se a sua tentativa de preservar a autonomia da Hélade. Em Xenofonte, a iniciativa de enfrentar o “Grande Rei” em seus domínios partiu do próprio Agesilau, sendo essa um indício da sua

virtude, do seu caráter superior e do preparo que detinha para comandar.

O discurso de Plutarco (*Vida de Agesilau*, 6.1) se assemelha àquele que Xenofonte desenvolveu na *Helênica* (III, 4.2), afinal, Agesilau teria se prontificado a partir para a Jônia devido à persuasão do *esparciata* Lisandro.²⁰ Nos dizeres de Plutarco, fora o navarco *esparciata* quem levou Agesilau a guerrear contra os “bárbaros” em nome da Hélade. Em um primeiro momento, Plutarco fornece a impressão de que Agesilau aceitou a proposta de Lisandro de viajar para a Ásia Menor, o que difere de Xenofonte acerca da sua iniciativa. Entretanto, o discurso do beócio (*Vida de Agesilau*, 6.4-5) se modifica pouco depois, quando garantiu que o *basileús* teve um sonho no qual era impelido a agir tal como Agamemnon, ou seja, liderar os helenos em uma guerra contra os “bárbaros”. Uma vez que Agesilau perpassou pelo processo de formação espartano, seria de se esperar que respeitasse o sagrado e a tradição políade acima de qualquer coisa, portanto, o seu sonho foi concebido como uma mensagem divina e deveria ser obedecido. Nesse momento, Agesilau assume o interesse e a responsabilidade de realizar feitos semelhantes ou superiores aos do lendário “comandante dos aqueus”.

Ainda que dotados de motivações distintas, Xenofonte e Plutarco culminaram em um ponto semelhante, onde a necessidade de se combater os bárbaros – independentemente dos motivos – remetia ao ideal pan-helênico. Tal perspectiva se tornou fundamental nesses pensadores pela necessidade de se demonstrar uma motivação comum para que os helenos deixassem de lado as suas contendas pessoais e voltassem a atuar em conjunto pelo bem da Hélade.

É justamente nesse viés que se insere a edificação de uma imagem pejorativa dos “bárbaros” como “inimigos” das *póleis*. No entanto, não podemos generalizar essas representações, sobretudo, no que concerne a Xenofonte. Isso porque alguns “bárbaros” proeminentes foram elogiados em seu *Agesilau*, tais como Otis e Farnábazo. Por outro lado, coube a Tissafernes o modelo de conduta “bárbara” a ser combatido em toda e qualquer situação,

por aqueles dotados de virtude. No *Agesilau* (1.10-11), o *káranos*²¹ das *satrapias* da Ásia Menor, Tissafernes, foi ao encontro do lacedemônio para propor uma trégua, com a qual esperava conseguir a independência da Jônia junto ao “Grande Rei”. Esse posicionamento logo se mostrou enganoso, pois, Tissafernes solicitou guerreiros para enfrentar Agesilau e os seus homens. Mesmo o persa agindo dessa maneira, o *basileús* lacedemônio manteve a trégua sem dolo. O discurso de Xenofonte estaria conjecturando aspectos da índole do *basileús* lacedemônio e do comandante persa. Enquanto Agesilau era virtuoso, piedoso e dotado de honra, Tissafernes era ímpio e sem palavra – característica possivelmente comum à maioria dos “bárbaros”. Plutarco (*Vida de Agesilau*, 9.1-2, 10.3) narrou esses eventos de forma semelhante a Xenofonte, concluindo com a assertiva de que Tissafernes era o homem mais abominável e odiado pela raça dos helenos.

Tanto Xenofonte (*Agesilau*, 1.28) quanto Plutarco (*Vida de Agesilau*, 9.5) complementaram a diferença moral entre “bárbaros” e helenos através da aparência física, afinal, o excesso de luxo dos persas tornava os seus corpos flácidos. Já os homens da Hélade tinham o preparo necessário para serem os melhores, seja em relação aos seus corpos seja no que dizia respeito à sua conduta. Em seus respectivos escritos, os autores afirmaram que Agesilau fez questão de despir os “bárbaros” aprisionados e apresentá-los aos seus guerreiros. Afinal, a palidez e a flacidez dos seus corpos fariam com que os helenos considerassem estar combatendo com mulheres.

Por fim, em seu percurso de volta à Hélade, após dois anos saqueando as *satrapias* da Ásia Menor, Agesilau recebeu a notícia de que muitos helenos haviam morrido na batalha de Nemeia (394 A.E.C.), e lamentou: “Ai de ti, ó Hélade! Aqueles que agora estão mortos seriam suficientes para vencermos todos os bárbaros em combate, caso estivessem vivos” (XENOFONTE, *Agesilau*, 7.5). Plutarco (*Vida de Agesilau*, 16.4) apresenta uma exclamação semelhante e dotada do mesmo sentido. Embora todos os trechos analisados perpassassem pelos nossos *comparáveis*, esse último

excerto insere Agesilau em uma ótica diferenciada de atuação. Após analisarmos o discurso de ambos os autores, esses nos chamam a atenção sobre a lógica do dever a ser cumprido em conformidade à preservação de sua *pólis*. Caso contrário, Agesilau preferia combater todos os “bárbaros” ao invés de sacrificar um único heleno.

Mediante a análise proposta, concluímos que o elogio de Xenofonte a Agesilau pretendia edificar uma representação pan-helênica de um governante que lutou em inúmeras circunstâncias a favor das *pólis* do Egeu. O *Agesilau* de Xenofonte também seria uma advertência aos helenos da década de 350 A.E.C. sobre a maneira como deveriam agir – em benefício da Hélade e contra os “bárbaros” – ao invés de digladiarem entre si. Já Plutarco teria objetivado demonstrar aos seus interlocutores – helenos e/ou romanos – que na Hélade houve exemplos concretos e tentativas de se unificarem os interesses de suas sociedades. Entretanto, as lutas intestinas foram mais fortes e levaram as *pólis* a sua destruturação. Portanto, caberia aos romanos seguirem os exemplos morais de homens como Agesilau, bem como evitarem os seus excessos, para que Roma não tivesse o mesmo destino da Hélade. A representação do pan-helenismo de Agesilau estaria associada à necessidade de moderação de um líder, pois, embora as tensões entre os helenos fossem inevitáveis, a sua experiência guiá-los-ia contra os verdadeiros inimigos da Hélade. Tal premissa se associa ao viés da obra de Xenofonte, porém, se pensarmos as tensões oriundas do período de Plutarco, a figura de seu Agesilau manifesta a necessidade de o governante ser guerreiro e sábio para conduzir os seus homens e a sua sociedade à vitória sobre os seus inimigos. Logo, ao compararmos as representações de Agesilau, verificamos que os pressupostos éticos se tornaram fundamentais para que os autores, cada qual em sua época, transmitissem os seus respectivos objetivos políticos às suas respectivas audiências.

ABSTRACT

Agesilaos II was one of the most influential political agents during IVth century BC. His prominence has become emblematic because his participation in political-military interactions of Sparta, Lacedaemonia, Peloponnese and in Hellas as a whole. However, his political relationship has obtained results that, on many occasions, developed tensions and conflicts between Spartiates, Hellenes and Persians. In this context, the most prominent representation of Agesilaos were those of Xenophon and Plutarch. Through the theoretical perspective of Marcel Detienne in *Comparing the Incomparable*, we select comparables to understand the authors' motivations to represent Agesilaos in their respective societies and periods.

KEYWORDS

Agesilaos; Sparta; Classical Period; Comparative Studies.

DOCUMENTAÇÃO

PLUTARCH. **Lives v:** Agesilaus and Pompey; Pelopidas and Marcellus. London: William Heinemann, 1917.

XENOPHON. **Hellenica:** books I-V. Trans.: C.L. Brownson. London: William Heinemann, 1918.

_____. **Scripta Minora.** Trans.: E.C. Marchant; G.W. Bowersock. Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press, 1968.

REFERÊNCIAS

ASSUMPTÃO, Luis Filipe Bantim de. **As redes e as conexões políticas de Esparta e Agesilau II no século IV:** um exercício de história cruzada. Tese de doutorado, UFRJ, Instituto de História, PPGHC, 2019.

BECK, Mark. Introduction: Plutarch in Greece. In: _____. (Ed.). **A Companion to Plutarch.** West Sussex; Oxford; Malden: Blackwell Publishing, 2014.

DELEBECQUE, Édouard. **Essai sur la vie de Xénophon.** Paris: Librairie C.Klincksieck, 1957.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável.** Trad.: Ivo Storniolo. São Paulo: Idéias e Letras, 2004.

DILLERY, John. Xenophon: the Small Works. In: FLOWER, Michael (Ed.). **The Cambridge Companion to Xenophon.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

HARMAN, Rosie. A Spectable of Greekness: Panhellenism and the Visual in Xenophon's Agesilaus. In: HOBDEN, Fiona; TUPLIN, Christopher (Ed.). **Xenophon: Ethical Principles and Historical Enquiry.** Leiden; Boston: Brill, 2012.

LEE, John W.I. Xenophon and his Times. In: FLOWER, Michael (Ed.). **The Cambridge Companion to Xenophon.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

NOËL, Marie-Pierre. Έγκώμιον ου έπαινος? Définitions et usages de l'éloge dans l'Évagoras d'Isocrate et l'Agésilas de Xénophon. In: PONTIER, Pierre (Dir.). **Xénophon et la Rhétorique.** Paris: PUPS, 2014.

PINHEIRO, Joaquim. **Tempo e espaço da paideia nas Vidas de Plutarco.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

PONTIER, Pierre. L'Agésilas de Xénophon: comment on réécrit l'histoire. **Cahiers des Études Anciennes** (CEA), 47, 2010, p. 359-383.

SCHMITZ, Thomas. Plutarch and the Second Sophistic. In: BECK, Mark. (Ed.). **A Companion to Plutarch**. West Sussex; Oxford; Malden: Blackwell Publishing, 2014.

SHAPOUR SHAHBAZI, A. The Achaemenid Persian Empire (550-330 BCE). In: DARYAEE, Touraj (Ed.). **The Oxford Handbook of Iranian History**. New York: Oxford University Press, 2012.

STADTER, Philip. Plutarch and Rome. In: BECK, Mark. (Ed.). **A Companion to Plutarch**. West Sussex; Oxford; Malden: Blackwell Publishing, 2014.

¹ Todas as vezes em que o nome de Agesilau vier em itálico, estaremos nos referindo à obra de Xenofonte e/ou de Plutarco.

² Respectivamente em *Agesilaos and the Failure of Spartan Hegemony* (1991), *Agesilaos and the Crisis of Sparta* (1987) e *Aegean Greece in the Fourth Century BC.* (2003). Como havíamos verificado, estas obras precisam ser consideradas em virtude do lugar de fala de seus respectivos autores. No que concerne as duas primeiras, os estudos de Hamilton e Cartledge foram dois dos primeiros elaborados acerca de Esparta em países anglófonos após a Segunda Guerra Mundial, afinal, grande parte dos valores político-culturais espartanos foram associados ao ideário nazista. Nesse sentido, a obra de ambos atribuiu os excessos de Esparta ao navarco Lisandro e a Agesilau. Esse posicionamento pretendia minimizar a imagem negativa que ainda havia sobre os espartanos, uma vez que a sua *pólis* não seria completamente responsável pela a ambição desmedida de seus homens. Já Buckler parece estar lutando para promover o seu objeto de pesquisa, isto é, a Beócia e a *pólis* de Tebas. Ainda que os estudos sobre Esparta sejam diminutos se comparados às análises sobre Atenas, as pesquisas sobre Tebas e a Beócia conseguem ser menores que aquelas sobre os espartanos. Dessa maneira, Buckler demonstra o seu interesse por enaltecer os feitos tebanos em detrimento a Esparta para endossar a importância de se desenvolverem estudos sobre Tebas e a Beócia (ASSUMPCÃO, 2019, p. 37-38).

³ DETIENNE, 2004, p. 47.

⁴ Idem, ibidem, p. 57.

⁵ PONTIER, 2010, p. 359-360.

⁶ LEE, 2017, p. 15-16.

⁷ HARMAN, 2012, p. 427.

⁸ LEE, 2017, p. 15.

⁹ DILLERY, 2017, p. 196.

¹⁰ DELEBECQUE, 1957, p. 461.

¹¹ NÔEL, 2014, p. 267.

¹² STADTER, 2014, p. 13.

¹³ BECK, 2014, p. 1.

¹⁴ SCHMITZ, 2014, p. 32.

¹⁵ BECK, 2014, p. 1

¹⁶ Mark Beck e Philip Stadter expuseram que Plutarco estudou na Academia de Platão em Atenas. No período do autor beócio a Academia ainda funcionava como um centro de conhecimento e estava sobre os cuidados do filósofo egípcio Amônio (BECK, 2014, p. 2; STADTER, 2014, p. 14).

¹⁷ STADTER, 2014, p. 21

¹⁸ PINHEIRO, 2010, p. 29

¹⁹ BECK, 2014, p. 2; STADTER, 2014, p. 14

²⁰ Lisandro foi um *esparciata* proeminente na passagem do séc. V para o IV A.E.C. A sua importância se materializou por ter sido o responsável pela a estratégia naval que pôs um fim a Guerra do Peloponeso. No entanto, a tradição documental – representada por Xenofonte, o historiador de Oxirrinco, Diodoro da Sicília e Plutarco – também manifestou que Lisandro foi *erast* de Agesilau, durante a juventude deste (ASSUMPCÃO, 2019, p. 102-103). Portanto, a figura de Lisandro é de suma importância para pensarmos a trajetória política de Agesilau, haja vista a maneira como o navarco influenciou, diretamente, o início da carreira do Euripôntida como líder militar.

²¹ Segundo Alireza Shapour Shahbazi, seria o equivalente a um “líder supremo” das *satrápias* ocidentais, fazendo com que todos os *sátrapas* da região estivessem sob a sua autoridade (SHAPOUR SHAHBAZI, 2012, p. 130).

Levantamentos de dados para um estudo histórico e filológico da obra *Sobre a poética*, de Aristóteles: um percurso da Antiguidade à Idade Média
Pedro da Silva Barbosa | Ricardo de Souza Nogueira

RESUMO

O presente artigo investiga alguns fatores históricos e filológicos que possibilitaram a manutenção de parte dos *corpora* aristotélicos, sobretudo a obra *Sobre a poética*, desde a Antiguidade, Idade Média, até o que se tem hoje. Por meio de um recorte preciso em toda essa extensa linha temporal, destacam-se os dados que permitiram, após os desaparecimentos ocorridos na Grécia, época romana e Idade Média, a sobrevivência e os ressurgimentos das obras aristotélicas do mundo ocidental à dominação árabe do séc. VIII e ao período da Reconquista, no séc. XII. No final do trabalho, é possível encontrar, ainda, algumas informações acerca da obra *Sobre a poética*, no tocante aos seus manuscritos primários e a questões de transmissão do texto.

PALAVRAS-CHAVE

Parisinus 1741; Aristóteles; *Poética*; Renascimento medieval.

SUBMISSÃO 12.02.2020 | APROVAÇÃO 27.02.2020 | PUBLICAÇÃO 24.03.2020

DOI <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.32235>

C

om este estudo, objetiva-se fazer uma investigação que leva em conta alguns fatores históricos e filológicos que permitiram a manutenção de parte dos *corpora* aristotélicos para a posteridade, incluindo-se nesse conjunto a transmissão da obra *Sobre a poética*, que, na parte final deste trabalho, é estudada externamente, quanto à preservação de suas fontes iniciais para a posteridade. Nesse sentido, o estudo se detém em informações históricas voltadas para a Antiguidade e para a Idade Média e, no interior desse extenso recorte, se direciona para determinados dados que permitiram os vários surgimentos da obra aristotélica até a sua definitiva permanência para o mundo ocidental. Pretende-se construir uma linha temporal lógica e didática que vai, mais precisamente, do período em que Aristóteles viveu, no séc. IV a.C., até o chamado Renascimento Medieval do séc. XII, período esse de extrema riqueza cultural, mas que muitas vezes é ignorado diante do que se convencionou chamar de Renascimento do séc. XV. Trevor-Roper é categórico em afirmar que a ideia de um único Renascimento dominou o séc. XIX, minimizando a permanência dessa concepção no séc. XX:

Os historiadores do séc. XIX reconheceram apenas um Renascimento, o do séc. XV, o Renascimento descoberto e introduzido por Michelet e Burckhart.¹ Os historiadores do séc. XX acabaram com isso. A revivificação das letras clássicas, argumentam eles, não foi isolada ou súbita: a Europa cristã absorveu a Antiguidade, não num trago, mas em várias deglutições, interrompidas por ligeiros períodos de silenciosa digestão.²

O estudioso, com seu enunciado metafórico oriundo da fisiologia própria da alimentação humana, pretende enfatizar que não há um repentino lapso de tempo em que, subitamente, renasce o saber legado pela Antiguidade, mas sim um ganho gradual desse conhecimento que vai crescendo de tempos e tempos graças a determinados fatores que lhe concedem uma explicação lógica. A ciência histórica do séc. XX, opondo-se aos exageros românticos do

séc. XIX, mostrou maior critério e autoridade para explicar como se deu o fenômeno de ressurgimento da Antiguidade Clássica para o mundo ocidental, e, dessa maneira, focou na existência de um Renascimento do séc. XII, em plena Idade Média, que, além de outras realizações, foi de fundamental importância para o entendimento da conservação e influência dos *corpora* aristotélicos para o homem do ocidente. Assim, uma série de eventos históricos proporcionou a redescoberta dessas obras remanescente da Antiguidade, legado esse fundamental para as ciências humanas e que, antes, eram conhecidas apenas pelas culturas orientais.

Não se pretende apresentar aqui um estudo sobre o conteúdo interno de *Sobre a poética*, mas apresentar informações históricas que sirvam para compreender a manutenção para a posteridade dessa obra, que versa sobre gêneros literários oriundos da Grécia antiga. Por isso, somente em um segundo momento, esse estudo deter-se-á, mais especificamente, nas questões referentes a *Sobre a poética*, focando, mais precisamente, nas evidências externas que justificaram a existência da obra para o homem moderno, fato que se deu após o estabelecimento de seu texto. Em primeiro lugar, o presente artigo deter-se-á, então, em uma investigação plural que toma os *corpora* aristotélicos como um todo.

A obra de Aristóteles, da maneira como chegou para a posteridade, inclui o que Rossetti menciona como *pragmateíai*. Esse filólogo apresenta uma definição bem objetiva do termo:

[...] estudos especializados exclusivamente dedicados a uma exposição a mais completa possível de uma certa disciplina científica particular [a ética, a retórica, a física, a astronomia, o movimento dos animais, a modalidade de reprodução das várias espécies etc.].³

Por meio de seu longo parênteses que cita várias disciplinas, o autor deixa claro a relação entre o termo *pragmateíai* e as várias ciências que são englobadas por esse mesmo conceito. Na perspectiva de uma definição que leva em conta a etimologia da palavra, o termo *pragmateía* é formado pelo radical da palavra

neutra *prágma*, *-atos*, que significa, entre outros sentidos, ação realizada, ato, acontecimento, situação, conjuntura, fato,⁴ campo semântico esse que exemplifica bem o teor do conceito de *pragmateía*, que, com o sufixo *-eia*, que forma substantivos que indicam qualidade, comporta as qualidades (os atributos) inerentes aos atos que formam determinada ciência ou disciplina. É importante dizer que o termo *prágma*, *-atos*, por si só, também subdivide-se no radical *pratt*-⁵ do verbo *práttō* e no sufixo *-ma(t)*, que forma substantivos neutros que indicam o produto ou o resultado da ação, o que concede à palavra uma ideia de um acabamento que se liga à ciência finalizada construída como tal e preparada para ser ensinada como disciplina, além de se comportar como benefício e conhecimento para a humanidade. Nesse sentido, tais elementos formadores (o radical de um verbo e dois sufixos) têm a capacidade de construir a ideia que a posteridade viria a possuir sobre o próprio filósofo Aristóteles, ou seja, a de um verdadeiro cientista que, empiricamente, se dedicou a várias disciplinas ligadas a determinados acontecimentos observáveis e tomados como úteis. Contudo, é importante resaltar que o *corpus* aristotélico apresentava no passado uma maior ramificação, com a existência de ao menos mais um grande grupo de escritos. O conjunto denominado *pragmateía* diz respeito às obras denominadas esotéricas, que também ainda são chamadas de acroamáticas ou acroáticas. Contudo, é preciso salientar que, no tempo da origem dos textos e ainda durante alguns séculos depois, havia ainda, nos *corpora* aristotélicos, as obras exotéricas. Como tudo isso se organiza?

As obras esotéricas, aquelas que, de fato, sobreviveram ao tempo em grande quantidade, diziam respeito aos escritos que Aristóteles produzia para ficarem arquivados no Liceu para fins didáticos. Eles tinham a forma de apontamentos de aula, verdadeiros rascunhos que foram preservados na biblioteca do filósofo, bastando lembrar aqui que Aristóteles foi um dos primeiros estudiosos a possuir uma biblioteca particular. Tais escritos, sem dúvida, não foram preparados para a publicação, e sim para servirem de apoio ao momento em que o filósofo-

professor peripatético impostava a sua voz para se fazer ouvir pelos seus alunos. Esse é o sentido dos adjetivos acroamático e acroático, que indicam algo que tem relação com a ação expressa pelo verbo grego *akroáomai* (escutar, ser o discípulo). Por tais escritos serem um produto voltado para o interior do Liceu, é também bem empregado o adjetivo esotérico, que possui, em sua etimologia remota, o prefixo preposicional grego *eis* ou *es*, em sua formação, que indica movimento para onde com interioridade.

O segundo grupo extenso de escritos era formado por obras estéticas compostas especialmente para a publicação, ou seja, eram voltadas para o exterior do Liceu, e daí o emprego do adjetivo exotérico, que, em sua etimologia remota, possui o prefixo preposicional grego *ek-*, que indica movimento de dentro para fora. Tais escritos eram muito mais bem acabados que os esotéricos, pois tinham como receptor o público geral, que precisava ser seduzido literariamente pelos complexos conteúdos que emanavam do Liceu. Entre essas obras, havia diálogos filosóficos, gênero literário muito admirado e conhecido pelos atenienses, e uma *História da retórica*. Infelizmente, entre as duas categorias de escritos, apenas as obras esotéricas sobreviveram ao tempo, havendo apenas fragmentos escassos dos textos exotéricos. Portanto, como já afirmado, são as obras esotéricas que formam as *pragmateíai*, ou seja, as ciências observadas na obra aristotélica remanescente. O grande orador e político romano Cícero, que viveu entre os anos 106 e 43 a.C., chegou a conhecer os diálogos de Aristóteles, elogiando-os quanto à eloquência. A obra exotérica de Aristóteles desapareceu algum tempo depois da morte de Cícero, no início da era cristã.⁶

A esses dois grupos de obras aristotélicas, pode-se acrescentar um terceiro, formado por notas de uso pessoal de Aristóteles, em que se encontravam extratos de diálogos de Platão e escritos sobre vários filósofos e sobre o pitagorismo, além de dados sobre 158 cidades helênicas e bárbaras, que formavam uma série denominada *Instituições (Politeíai)*. Emile Boutroux (1845-1921), um dos mais eminentes estudiosos da obra aristotélica, chama tais escritos de hipomnemáticos.⁷ Essa denominação se

deve ao fato de eles servirem de base para o auxílio da memória, e daí a presença, na etimologia remota do adjetivo, do prefixo preposicional grego *hypó* (sob) associado ao radical *mnemat-*, proveniente do substantivo neutro *mnêma*, *-atos* (produto da lembrança, monumento). Nesse sentido, tais obras apresentavam muito mais coletas de dados do que propriamente alguma divagação teórica sobre determinado tema. Por muito tempo, havia apenas fragmentos desses textos, mas, em 1891, estudiosos do Museu Britânico de Londres encontraram quatro rolos de papiro, provenientes do Egito, que continham uma cópia de *A constituição de Atenas* (*Athenaíon politeía*), fazendo ressurgir para os tempos modernos mais uma obra de Aristóteles. De fato, obras de tal natureza não constituem uma ciência específica, sendo, na verdade, uma coleta de dados, e daí o motivo da inserção do grupo de constituições entre as obras hipomnemáticas.

Durante o período alexandrino, que começa após a morte de Alexandre o Grande, em 323 a.C., e pode-se dizer após as mortes do próprio Aristóteles e de Demóstenes, em 322 a.C., os últimos autores clássicos gregos, os *corpora* aristotélicos tiveram curiosa permanência, de altos e baixos. Sobre o início dessa história, é possível formar uma narrativa curiosa, por meio do que é narrado pelo historiador grego Estrabão (63 a.C. a 24 d.C.)⁸ e do que é complementado pelo biógrafo grego Plutarco (45 d.C. a 125 d.C.)⁹ que, ao que parece, se baseou na mesma narrativa descrita por Estrabão, acrescentando, contudo, a informação sobre Andrônico de Rodes. O todo narrativo é muito bem amarrado por Rubenstein, que, por seu turno, acrescenta mais alguns dados históricos de interesse:

Quando o filósofo morreu, diz a história,¹⁰ deixou todos os seus escritos para seu melhor amigo e discípulo mais brilhante, Teofrasto, que o sucedera como diretor do Liceu. Passados 25 anos, depois de uma carreira ilustre como administrador, professor e escritor, Teofrasto faleceu, legando sua biblioteca pessoal, que incluía os manuscritos de Aristóteles, a seu sobrinho Neleu, que morava em Scepsis, uma colônia grega na Ásia Menor. Como os governantes militares que haviam dividido entre si o império de Alexandre

tinham o hábito de confiscar livros e qualquer outra coisa de valor em que pudessem pôr as mãos, Neleu escondeu os manuscritos numa adega. Ali eles passaram mais de dois séculos, enquanto, do outro lado do mar Egeu, Atenas era atacada por “bárbaros” celtas, a fama do Liceu entrava em declínio e a estrela de Aristóteles se apagava. Por volta de 70 a.C., entretanto as centenas de pergaminhos esfarrapados, escondidos na adega de Neleu, foram redescobertas por acaso. A coleção inteira foi levada para Atenas, onde alguns filósofos peripatéticos ainda lecionavam, embora para plateias extremamente diminuídas. Eles entregaram os manuscritos a Andrônico de Rodes, um ilustre colega que exercia suas atividades em Roma, o novo centro do saber e do poder.¹¹

Se as narrativas de Estrabão e Plutarco são verdadeiras, pode-se dizer que nesse tempo se deu o primeiro desaparecimento da obra aristotélica. Contudo, opõe-se a essa narrativa o fato de que o ensino no Liceu continuou a existir de maneira linear, sem interrupções, até algum ponto do séc. III d.C., o que permite inferir que os escritos e a filosofia de Aristóteles não estiveram na obscuridade nos séculos seguintes à morte do filósofo.¹²

O filósofo Andrônico de Rodes (séc. I a.C.) foi o primeiro a editar os escritos aristotélicos. Ele organizou os *corpora* e os remendou, classificando e cotejando. Ele é o famoso estudioso que colocou determinados escritos após os escritos que, segundo ele, precediam os estudos da *physiká* (física), ou seja, os estudos que tem relação com a natureza em desenvolvimento. Ele nomeou esse conjunto de escritos de *tá metà tà physiká*, e, assim, ao estabelecer a ordem *Lógica, Física, Metafísica, Moral, Política, Retórica e Poética*, deu-se uma feliz coincidência: os escritos que Andrônico de Rodes considerou como posteriores à *Física* tratavam de temas investigativos relacionados ao ser enquanto ser, a substância, a Deus e a substância suprassensível.¹³ O termo *metaphysiká* não existia no período clássico. Platão e Aristóteles nunca o utilizaram. A sua criação aconteceu por esse interessante acaso. Graças a Andrônico de Rodes, Aristóteles e mesmo outros filósofos, como Platão e Parmênides, ganharam um novo termo para ser empregado anacronicamente para pensar suas filosofias.¹⁴ No caso

de Aristóteles, a metafísica é entendida como a ciência dos princípios e das causas do ser, um saber que é denominado pelo próprio filósofo de *Filosofia Primeira* (*Protê philosophía*), sendo ainda denominada também de *Teologia*, a metafísica aristotélica propriamente dita, pois, se o termo *metafisiká* não aparece em Aristóteles, o mesmo não pode ser dito dos termos *theologéîn*, *theología* e *theologikós*, que são muito constantes em sua filosofia.

A metafísica aristotélica só pode ser compreendida no âmbito da ciência que ele criou, a *theología*, em um sentido completamente diverso da ideia de teologia dos tempos atuais. A teologia aristotélica, conforme atesta Spinelli¹⁵ é um domínio, o *tò théion*, o *divino*, que não pode ser estudado satisfatoriamente de maneira empírica, ou seja, que só pode ser estudado de maneira lógica de modo tênue, por causa do pouco conhecimento que os homens possuem sobre os temas que lhe dizem respeito. Na filosofia aristotélica, os assuntos divinos, teológicos e, por isso, metafísicos, são aqueles nos quais os homens não podem penetrar senão de maneira tênue, mas que, por isso mesmo, carregam a possibilidade do sentimento do maravilhoso na simples tentativa de entendê-los. O *tháuma*, *espanto de admiração*, surge quando, de alguma maneira, a conjectura humana permite alguma tese. Pode-se dizer que séculos e séculos antes de Shakespeare, Aristóteles já havia pensado de maneira semelhante ao personagem Hamlet: “Há muita coisa mais no céu e na terra, Horácio, do que sonha a nossa pobre filosofia”.¹⁶ Para Aristóteles, estudar a lua seria um estudo teológico, pela distância que há entre o objeto observável e a capacidade de investigação do filósofo, mas, mesmo que o objeto negue uma pesquisa empírica, estudos dessa natureza são aqueles que mais geram fascinação aos filósofos, porque o ato de filosofar seria um modo de vida direcionado para a busca do conhecimento.¹⁷

Aceitando-se, pelo menos em parte, as narrativas de Estrabão e Plutarco, o fato é que, no tempo de Andrônico de Rodes, e mesmo por causa desse estudioso, os escritos aristotélicos passaram a ter uma maior divulgação, em meio à cultura helênica e ao mundo romano que cada vez mais se avolumava. Os

desaparecimentos e ressurgimentos seguintes da obra aristotélica são bem sintetizados por Rubenstein:

Há alguma coisa nesses textos, ou em sua associação com certos momentos da história humana, que os fazem parecerem quase indestrutíveis. Vez por outra, eles desaparecem de vista numa dada civilização e vêm a ressurgir em outra, séculos depois, quase sempre com o mais extraordinário impacto. “Perdidos” na Grécia, foram posteriormente “achados” em Roma. Desprezados pelos cristãos bizantinos, inspiraram uma grande explosão de criatividade filosófica no mundo islâmico. Não lidos durante séculos no Ocidente latino, sua redescoberta, na Espanha medieval, desencadeou uma revolução intelectual na Europa.¹⁸

O estudioso menciona três desaparecimentos da obra de Aristóteles. Desse modo, a partir de agora, tentar-se-á apresentar genericamente algumas informações históricas que, de alguma maneira, se relacionam com o destino dos escritos aristotélicos através do tempo. Do primeiro desaparecimento (Grécia), já se falou um pouco, e, por isso, o foco de estudo se direcionará, a partir de agora, para os desaparecimentos no decorrer da época romana e na Idade Média. A investigação começa com um assunto espinhoso, mas importante para as questões desenvolvidas neste trabalho, que é buscar entender os fenômenos que ocasionaram a queda do Império Romano e, conseqüentemente, o fim da Antiguidade.

É extremamente problemático estabelecer uma data específica para marcar o fim da Antiguidade, com a queda definitiva do Império Romano, dada a complexidade política, econômica e social do mundo então conhecido, em meio a esse processo de transição. Trevor-Roper¹⁹ traça argumentos que evidenciam o quanto seria possível estabelecer épocas diferentes para marcar essa queda com séculos e séculos de distância, dependendo do foco ao qual o investigador da história lança o seu olhar investigativo. Ao evocar a tese do historiador europeu Henri Pirenne,²⁰ Trevor-Roper comenta que a data convencional para o fim da Antiguidade é 476 d.C., data essa que corresponde ao ano

em que o último imperador ocidental, Rômulo Augústulo, perdeu seu poder para o rei germânico Odoacro. De fato, tem-se, nesse momento, a queda do Império Romano do Ocidente. Contudo, Pirenne afirma peremptoriamente que a perda do poder de Rômulo Augústulo nada mais foi do que um evento político, o que faria inferir que não teriam ocorrido mudanças essenciais no mundo que permitissem perceber a chegada de um novo período na história da humanidade. Questionando igualmente a data de 476 d.C., Trevor-Roper menciona que os reis bárbaros dos séc. VI e VII possuíam métodos e títulos romanos, sendo que a única diferença residia no fato de não existir um imperador no Ocidente, uma vez que o trono do poder passa a estar unicamente na cidade de Constantinopla, no Oriente.²¹ Tomando por base essas asserções, o estudioso constrói uma síntese da tese de Pirenne sobre a queda do Império Romano, que merece ser citada:

Em que ponto, portanto, se deu a autêntica queda? Pirenne argumentava que ela ocorrera, muito mais tarde, mais de cem anos após a morte de Justiniano, no séc. VIII. E ilustrava o seu ponto de vista, procurando mudanças econômicas significativas. Em particular, examinou certos artigos de luxo que circularam no Império Romano: ouro, sedas, papiros e especiarias. O ouro fora extraído da Europa romana e exportado para o Oriente, em troca de faustos asiáticos, especialmente sedas chinesas e especiarias indonésias. Os papiros vinham do Egito. E todas essas exóticas mercadorias eram transportadas, através da Europa, por negociantes sírios. Nem os sírios nem o comércio desapareceram, quando os reinos bárbaros substituíram o Império do Ocidente. Depois de 476, os sírios ainda apareceram nas costas da Bélgica, da França e da Espanha. Não surgem apenas como mercadores. São sacerdotes sírios. Haverá um arcebispo sírio em Cantuária. O ouro e a seda são utilizados nas cortes bárbaras. As especiarias e o papiro continuam o seu caminho até aos mosteiros do norte da Europa. Mas, cerca de 700, tudo isto acaba. O ouro desaparece da circulação europeia; os luxos orientais e os mercadores sírios, da Europa dos bárbaros. Apresenta-se-nos, então, uma nova sociedade europeia. É uma sociedade baseada na autossuficiência rural; autossuficiência que

encontrará, depois, a sua expressão nas várias formas do feudalismo.

Pirenne argumentava que a causa desta queda, no séc. VIII, se devera, numa palavra, a Maomé. Por altura de sua morte, em 632, o profeta do Islão tinha já conquistado a Arábia; e os seus sucessores imediatos partiram, depois, à conquista do resto do Oriente. Estas conquistas muçulmanas, primeiro da Síria e do Egito, depois do Norte da África e da Espanha, separaram a Europa do Mediterrâneo e assim, finalmente, se quebrou o cordão umbilical, pelo qual, mesmo depois da queda do Império Romano do Ocidente, a sociedade romanizada da Europa estivera ligada ao nutridor Oriente. A Europa dobrou-se, assim, sobre si mesma, e a sociedade foi-se sistematizando, gradualmente, em novas bases.²²

Pelos argumentos arrolados por Pirenne e Trevor-Roper, a deposição de Rômulo Augústulo e a conseqüente queda do Império Romano do Ocidente não foram suficientes para uma mudança econômica e social que permitisse perceber o surgimento de um novo período histórico, uma vez que os laços entre o Oriente e o Ocidente foram mantidos pela permanência de características que sustentavam a identidade do Império Romano. Apenas bem posteriormente ao início das invasões²³ germânicas no séc. IV, ocorre uma conquista árabe, mais precisamente, em princípios do séc. VIII, fenômeno esse também conhecido como expansão muçulmana (mais detalhes sobre esse acontecimento serão apresentados à frente), e esse evento sim, segundo os historiadores em pauta, determinaria a cisão entre o Ocidente e o Oriente, e, assim, o fim da Antiguidade e o início da Idade Média.²⁴ Nesse sentido, seriam as mudanças sócio-econômicas dessa época, precursoras do sistema feudal, regime de ordem política, social e econômica da Europa característico da Idade Média (o feudalismo, na verdade, se estabeleceria apenas a partir do séc. X), que determinaria o fim da Antiguidade e o início da Idade Média e não algo entendido como um evento político. Seria, então, somente a partir dessa mencionada separação política e social entre o Ocidente e o Oriente que se poderia dizer que muito do saber da Antiguidade perdeu-se para a cultura ocidental, o que permitiria

inferir que a obra aristotélica fazia parte desse conjunto, e, por isso, a maior parte do legado do estagirita ficou, por séculos, nas mãos dos árabes muçulmanos e vendada aos olhos do Ocidente até o período da reconquista, no séc. XII.²⁵ Contudo, isso é somente a parte final do processo, uma vez que o desaparecimento de Aristóteles aos olhos do Ocidente se insere em um trajeto por deveras um tanto mais complexo.

É importante conhecer a tese de Pirenne tanto para levantar questões históricas importantes sobre o processo de desintegração do Império Romano quanto para perceber como a questão do fim da Antiguidade é problemática. Obviamente, tal tese é por demais controversa, pois pode parecer um exagero afirmar que a Idade Média começaria apenas no início do séc. VIII, com o advento da conquista árabe, apesar dos argumentos muito convincentes desse historiador. De fato, se um pesquisador lança o olhar para o processo apontado por Pirenne e Trevor-Roper (e deve-se dizer que esse último também enfatiza o caráter controverso da tese do primeiro) dificilmente não deixaria de concordar com os argumentos arrolados, mas, se o olhar do historiador for lançado para outros processos, não só históricos e sociais, mas também filosóficos e religiosos, é possível ficar a par de dados que permitem vislumbrar o estabelecimento da Idade Média em período transitório que vai do séc. III ao séc. IV, pela percepção, sobretudo, de três fatores que são predominantes para dar conta dessa transformação: o processo de desintegração da unidade imperial, como já apontado, a invasão (ou migração) de bárbaros germânicos (tanto o enfraquecimento do Império quanto a entrada dos germânicos começaram bem antes de 476 a.C., ano da deposição de Rômulo Augústulo)²⁶ e a crescente influência do cristianismo, que, de maneira gradual, vai banindo da Europa o paganismo oriundo da cultura greco-romana. Tem-se, assim, um distanciamento gradual da Antiguidade ou uma camuflagem bem feita, como, por exemplo, ocorre no platonismo de Santo Agostinho.

A queda do Império Romano e o fim da Antiguidade se dão, na verdade, gradualmente, sendo que também é gradual o

processo de afastamento da Europa, não só do mundo oriental, mas também de muito daquilo que outrora possuía da Antiguidade greco-romana e que foi perdido, por questões, políticas, sociais e religiosas. Focalizando mais precisamente o legado de Aristóteles, pode-se dizer que a maior parte de sua obra se insere nesse legado desaparecido para o mundo ocidental. Deve-se dizer, contudo, que essa perda é apenas sacramentada pelas invasões árabes do séc. VIII, pois bem antes dessas invasões a filosofia grega (sobretudo, a filosofia aristotélica) e a cultura greco-romana já sofriam ataques que obscureciam a sua permanência no mundo latino cristão.²⁷

Outra tese interessante merece ser citada aqui para se compreender, mais precisamente, o desaparecimento gradual da obra aristotélica no âmbito de um Império em transformação. Essa tese, proposta por Rubenstein,²⁸ não tenta explicar o advento da Idade Média, como a proposta por Pirenne, mas sim o porquê de a filosofia aristotélica não se mostrar apta a responder os anseios de uma sociedade que via o seu mundo se desmoronar aos poucos, pelo próprio processo de enfraquecimento do Império Romano e, conseqüentemente, pelas sucessivas invasões de bárbaros germânicos. O tipo de filosofia mais apto a trazer respostas às inquietações do momento era a pertencente a Platão. Para um mundo em crise, repleto de desordem e sofrimento, o sistema de mundo ideal desse filósofo poderia fornecer alento ao ser humano, ao fazê-lo pensar que o que estava acontecendo nos territórios romanos não fazia parte do real. O mundo verdadeiro, em sua essência, estava por trás da aparente violência e desordem que se apresentava a todo o momento. O mundo romano, na época em que viveu Santo Agostinho e nos séculos seguintes, lançava-se, portanto, mais à filosofia de Platão do que à de Aristóteles, uma vez que, para esse último, simplesmente não existia um mundo metafísico além das aparências, e, dessa maneira, a filosofia só poderia ser direcionada para o mundo físico em voga, o único existente, sendo que visaria a organizá-lo e a entendê-lo por meio de um sistema de saber. Rubenstein, assim, quer evidenciar em sua tese que, dependendo das características do momento histórico, há todo um sentido em se ter preferência pela visão de mundo

platônica ou aristotélica. Em momentos de decadência e sofrimento, Platão faria mais sentido, uma vez que permitiria ao homem uma fuga para um mundo superior àquele que se encontrava à sua frente e que lhe gerava um contumaz sofrimento, perceptível pelos sentidos. Já, em momentos históricos de apogeu, crescimento, humanismo e racionalismo, Aristóteles se colocaria à frente, uma vez que sua filosofia física e empírica poderia explorar a profundidade do mundo em seu grau máximo.

Tal tese explicaria assim, no seio da sociedade mais culta, o gradual desaparecimento da filosofia aristotélica durante as várias invasões sofridas por Roma, seja na cidade propriamente dita, ou em seu território, e uma preferência por Platão, mesmo que apenas camuflada no platonismo cristão fornecido por Santo Agostinho, que, em sua condição de figura genial, conseguiu como poucos filósofos retratar, em seus escritos, o mundo de seu tempo e do porvir. Coube a ele transpor a filosofia clássica platônica para o interior do cristianismo, para pensar a salvação do homem em um mundo divino celestial e ideal, terminantemente fora da desordem, da violência e da loucura criada paradoxalmente por esse mesmo homem. No ano de sua morte em 430 d.C., Santo Agostinho presenciou a invasão dos vândalos à sua cidade, Hípona Régia, e foi também um homem que viveu na época do saque a Roma pelos visigodos, em 410 d.C., evento muito conhecido e traumático para os cidadãos romanos.

Ainda no período em que os germânicos assolavam o solo romano, os árabes, em processo de grande expansão territorial e já tendo dominado o norte da África, invadiram a Península ibérica em 711 d.C., e, sob o comando do general Tárik, derrotaram o rei visigodo Roderico, colocando fim ao domínio visigodo na região.²⁹ Ao ampliar a sua dominação sobre outros territórios ocidentais e orientais, os árabes formaram um grande império nos séculos seguintes e resguardaram para si a maior parte da obra de Aristóteles e da filosofia grega em geral.

Hoje, se sabe que a Idade Média não foi o Período de Trevas do qual comumente se falava há algum tempo atrás. Entrementes, é fato que a nova civilização que nasce por volta do

ano 1.000³⁰ e a qual recebeu, posteriormente, o nome de civilização ocidental não tinha acesso a maior parte do legado oriundo da Antiguidade, pois esse legado se encontrava nas mãos dos árabes. Contudo, conforme se frisou no início deste estudo, é ainda no interior do período compreendido pela Idade Média que se dá a redescoberta de Aristóteles para o mundo ocidental, mais precisamente, no chamado Renascimento Medieval do qual já se falou.

Após o episódio que ficou conhecido como a Reconquista, processo que se deu a partir dos séc. X e XI, em que os cavaleiros cristãos se lançaram à reconquista dos territórios antes ocupados pelos árabes, o legado da Antiguidade que estava nas mãos dos árabes se apresenta mais uma vez para o mundo ocidental e, mais precisamente, para a nova civilização que se formava. No ano de 1.085, a cidade de Toledo foi retomada pelo rei Afonso VI de Castela, e esse seria o principal ponto de partida para o início da influência aristotélica no mundo europeu cristão, conforme atesta Marcondes.³¹

Nesse sentido, na Espanha, o *corpus* aristotélico foi trazido mais uma vez à luz, depois de envolto na obscuridade para a civilização ocidental por mais de mil anos. Isso se deu, mais precisamente, no séc. XII, no período, agora reconhecido pelos estudiosos, como o Renascimento do séc. XII. Nesse momento, o homem ocidental vai ser introduzido de maneira mais consistente nas civilizações grega e romana da Antiguidade. No caso mais especificamente dos *corpora* aristotélicos, foram descobertas 3.000 páginas de material novo, que abarcava várias ciências, como a biologia, a física, a ética e a ciência política. A princípio, esses livros não foram descobertos em grego, mas sim em árabe e abrigados em bibliotecas das universidades de Bagdá, Cairo, Toledo e Córdoba. Na verdade, a civilização ocidental entra em contato não só com a Antiguidade clássica, mas também com a cultura árabe, herdando um denso legado cultural, pois os estudiosos árabes que se debruçavam sobre os textos do legado greco-romano eram notáveis e faziam anotações e comentários, com o objetivo de copiar e editar os textos.

No percurso de manutenção dos escritos aristotélicos para a civilização ocidental, foi possível observar que a obra do filósofo errou em meio a várias civilizações. Os escritos nascem obviamente na Grécia pelo punho do próprio filósofo, depois ressurgem em Roma e, posteriormente, ficam nas mãos dos árabes. Três idiomas se apresentam nesse trajeto: o grego, o latim e o árabe. Tal constatação é um dado muito importante, uma vez que os manuscritos primários (os primeiros testemunhos) remanescentes de *Sobre a poética*, de Aristóteles, ilustram perfeitamente esse trajeto, uma vez que chegaram para a posteridade exatamente nos referidos idiomas. Mesmo que, logicamente, tais manuscritos, em um total de quatro, tenham se formado muito posteriormente à Antiguidade greco-romana, a existência deles, em idiomas que remontam a história do destino desses escritos, evidencia o quanto estiveram inseridos nas civilizações que lhes permitiram a existência.

Sobre a relação do idioma com a cultura que ele circunscreve e com o legado que transmite, é preciso mencionar que esse termo é proveniente do grego *idioma*, que, em sua formação, possui o radical *idi-*, do adjetivo *ídios* (próprio, particular) associado ao sufixo *-ma*, que forma substantivos neutros que indicam o produto ou o resultado da ação. Nesse sentido, o termo *idioma* pode ser definido etimologicamente como o produto particular de um povo, ou seja, o produto pelo qual um homem pensa, fala, constrói raciocínios, interage com outros homens de mesma cultura e, em suma, vive. Saber que os manuscritos primários de *Sobre a poética* sobreviveram nos idiomas grego, latim e árabe significa mais do que constatar o modo como essa obra da Antiguidade helênica sobreviveu para a posteridade, significa, outrossim, perceber que a maneira de pensar dos povos a que pertencem essas línguas se insere nos textos remanescentes, trazendo a possibilidade de se tentar encontrar, na medida do possível, as ideias originárias construídas por Aristóteles, por meio daquilo que está escrito em cada manuscrito primário.³² Com a intenção de fazer uma apresentação dos manuscritos primários de *Sobre a poética*, é o momento, portanto, de afunilar os *corpora*

aristotélicos para se deter mais detalhadamente na permanência dessa obra de suma importância para a cultura ocidental. A partir de agora, os dados a serem apresentados sobre os manuscritos de *Sobre a poética* se baseiam principalmente nas informações extraídas de Tarán,³³ helenista e filólogo, que, juntamente com Gutas (editor da tradução siríaco-árabe), empreendeu a mais moderna e completa edição do texto grego de *Sobre a poética* até o momento.

A definição de fonte primária de Tarán, em nota presente na sua edição de *Sobre a poética*, deixa evidente a independência material desses manuscritos entre si: “[U]ma fonte primária é um extenso manuscrito ou tradução que não depende de nenhum outro extenso manuscrito ou tradução”.³⁴ No caso da obra *Sobre a poética*, restaram quatro manuscritos com essa característica, que são, de fato, completamente independentes entre si, apesar de alguns estudiosos mais antigos que editaram e traduziram a *Poética* considerarem erroneamente que três derivaram de um, que seria o mais importante: o *Parisinus Graecus 1741*.³⁵

Os quatro primeiros testemunhos do texto de *Sobre a poética* são, portanto, como já dito, manuscritos que se apresentam em três línguas diferentes. O *Codex Parisinus Graecus 1741*, já mencionado, é designado normalmente por A, nas edições ou traduções. Ele data de meados ou da segunda metade do séc. X e é considerado muitas vezes o manuscrito mais importante de *Sobre a poética* por dois motivos basilares: primeiro, porque está em grego e segundo, porque está completo.³⁶ O *Codex Riccardianus 46*, mencionado como B nas edições, também está em grego, mas está incompleto (falta, sobretudo, a parte inicial do texto). Tarán,³⁷ informando que o manuscrito é normalmente datado como sendo do séc. XIII ou XIV, menciona que seria mais antigo do que esses séculos, provavelmente da primeira metade do séc. XII. Há ainda a tradução latina medieval, designada pela sigla LAT., ao que Tarán informa ter sido feita a primeira edição desse texto latino em 1953 por William de Moerbeke. Por fim, há ainda como fonte primária a tradução siríaco-árabe, representada pela sigla SYR. ou AR. nas edições, que, ao que parece, foi baseada em um texto grego perdido com data mais antiga do que a do *Parisinus Graecus 1741*,

fato que torna essa tradução de extrema importância para tentar captar nuances originais da filosofia de Aristóteles.

Sobre os dois manuscritos que são traduções de *Sobre a poética*, Tarán³⁸ enfatiza que não foram feitas tomando por base um único manuscrito equivalente do texto grego. A tradução latina remonta a um manuscrito grego que é denominado pela consoante Φ nas edições. Já a tradução siríaco-árabe foi baseada em outro manuscrito grego, no qual foi atribuída a letra Σ. Em vista de toda essa complexidade que ainda traz a possibilidade da existência de outro manuscrito hipotético, ao qual Tarán denomina Ψ, observa-se que, para um eficiente comentário e tradução da obra *Sobre a poética*, são necessários vários cotejamentos entre o que existe em cada manuscrito, pensando-se até mesmo em fontes hipotéticas não existentes materialmente, mas importantes para estabelecer pontes que permitem o início de uma ligação entre o que chegou para a posteridade e o que teria sido pensado ou composto por Aristóteles nos primórdios do séc. IV a.C. Enfrentar esses problemas textuais é uma tarefa muito difícil, mas estimulante e prazerosa, na medida em que significados intrínsecos à filosofia aristotélica forem aflorando, por meio do estudo de texto a ser compreendido.

O trabalho ainda em elaboração apresentado neste artigo tem por finalidade um futuro estudo filológico aprofundado sobre o texto de *Sobre a poética* de Aristóteles. Para tanto, foi necessário, em um primeiro momento, o conhecimento sistematizado e de base de alguns fenômenos históricos, filosóficos e mesmo filológicos, no sentido de uma preparação voltada para o conhecimento dos manuscritos primários e outras fontes que permitiram a construção das edições do texto de *Sobre a poética*. Considera-se que esse objetivo inicial foi cumprido, nas partes relativas ao trabalho em pauta, que, primeiramente, se deteve na história dos *corpora* aristotélicos, no próprio tempo do filósofo e no decorrer do Período Helenístico, Romano e na Idade Média, para, em um segundo momento, apresentar alguns dados históricos sobre o percurso desses *corpora* até a sua manutenção para a civilização ocidental nos séculos finais da Idade Média. Por fim, foi

possível direcionar para um texto específico dos *corpora*, exatamente para a obra *Sobre a poética*, que passou a ser investigada brevemente em suas fontes primárias. A constatação de que os manuscritos primários de *Sobre a poética* sobreviveram para a posteridade em idiomas que, de certa maneira, se inserem na própria história de recepção do texto clássico foi, especialmente, um dado significativo, pois permitiu comprovar a importância de todas essas fontes materiais para a realização de um estudo sério direcionado para a obra.

ABSTRACT

This article investigates some historical and philological factors that made possible the maintenance of part of the Aristotelian corpora, especially the work *On poetics*, from Antiquity, Middle Ages, to what we have today. Through a precise cut across this extensive timeline, we highlight the data that allowed, after the disappearances that occurred in Greece, Roman times and the Middle Ages, the survival and the various resurgences of Aristotelian works from the Western world to the Arab domination of the 8th century and the Reconquest period, in the 12th century. At the end of the work, it is also possible to find some information about the work *On poetics*, regarding its primary manuscripts and issues of text transmission.

KEYWORDS

Parisinus 1741; Aristotle; Poetic; Middle Ages Renaissance.

REFERÊNCIAS

ARISTOTLE. **Poetics**. Editio maior of the Greek text with historical introductions and philological commentaries by Leonardo Tarán (Greek and Latin, and edition of the Greek text) and Dimitri Gutas (Arabic and Syriac). Leiden; Boston: Brill, 2012.

ARISTOTLE. **Poetics**. Translated and with critical notes by S. H. Butcher, with complete Greek text on facing pages. Mineola; New York: Dover Publications, Inc., 2018.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. São Paulo: Edições Loyola, 2005; 2013; 2017. 3 v.

ARISTÓTELES. **A Constituição de Atenas**. Tradução e comentários de Francisco Murari Pires em edição bilingue grego-português. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BOUTROUX, Emile. **Aristóteles**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

BROOKE, Christopher. **O Renascimento do século XII**. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

CORDERO, Néstor Luis. **A invenção da filosofia**. São Paulo: Odysseus Editora, 2011.

FREIRE, Antonio. **A catarse em Aristóteles**. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, 1982.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HORTA, Guida. N.B. Parreiras. **Os gregos e seu idioma**. Rio de Janeiro: J. Di Giorgio, 1978; 1983. 2 v.

MALHADAS, Daisi. **Tragedia grega: o mito em cena**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (coord.). **Dicionário grego-português**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010. 5 v.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

- MOSSÉ, Claude. **Dicionário da civilização grega**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- OLIVEIRA, Valter Ferreira. Os escritos de Aristóteles. **Synesis**, UCP, Petrópolis, v. 5, nº 1, p. 77-87, jan.-jul., 2013.
- REINER, Hans. O surgimento e o significado original do nome metafísica. In: ZINGANO, Marco (org.). **Sobre a Metafísica de Aristóteles**: textos selecionados. São Paulo: Odysseus Editora, 2005. pp. 93-122.
- REALE, Giovanni. **Introdução a Aristóteles**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- ROSSETTI, Livio. **Introdução à filosofia antiga**: premissas filológicas e outras “ferramentas de trabalho”. São Paulo: Paulus, 2006.
- RUBENSTEIN, Richard E. **Herdeiros de Aristóteles**: como cristãos, muçulmanos e judeus redescobriram o saber da Antiguidade e iluminaram a Idade Média. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- SAVELLE, Max (coord.). **História da civilização mundial**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1968. 4v.
- SHAKESPEARE. Hamleto. In: _____. **Tragédias; Hamleto; Romeu e Julieta; Macbeth; Otelo**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.
- SPINELLI, Miguel. **Questões fundamentais da filosofia grega**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- TOYNBEE, Arnold J. **Helenismo**: história de uma civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1969.
- STIRN, François. **Compreender Aristóteles**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- TREVOR-ROPER, Hugh. **A formação da Europa cristã**. Lisboa: Editorial Verbo, 1966.
- VRYONIS, Speros. **Bizâncio e Europa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1967.

- ¹ Jules Michelet (1798-1874) e Jacob Christoph Burckhardt (1818-1897) foram, respectivamente, um filósofo francês e um historiador suíço que deixaram obras que estabeleceram o conceito de um Renascimento do séc. XV, que seria posterior a um período de atraso e retrocesso envolto pelas trevas medievais. Um estudo focado na Idade Média pode mostrar que tal percepção não procede.
- ² TREVOR-ROPER, 1966, p. 138.
- ³ ROSSETTI, 2006, p. 163-164.
- ⁴ Os significados foram extraídos do dicionário grego-português organizado por Malhadas, Dezotti e Neves.
- ⁵ Verbos temáticos consonânticos em duplo *tau* ou *sigma* seguem a conjugação em gutural. Por isso, também o radical representado no termo *pragmateia* possui a gutural *gama*. Isso se dá, porque verbos desse tipo são provenientes de um primitivo radical em gutural modificado pelo sufixo iode. Cf. HORTA, 1978, p. 204.
- ⁶ As informações sobre Cícero foram retiradas de Rubenstein (2005, p. 43).
- ⁷ BOUTROUX, 2000, p. 39.
- ⁸ *Geografia*, XIII, 1, 54.
- ⁹ É mais precisamente na biografia de Sila, constante em *Vidas paralelas*, que se encontra a narrativa sobre os textos aristotélicos.
- ¹⁰ Rubenstein está se referindo à narrativa deixada por Estrabão.
- ¹¹ RUBENSTEIN, 2005, p. 45.
- ¹² Mesmo que seja um tanto questionável, a narrativa é utilizada por Rubenstein para evidenciar a tendência que os escritos de Aristóteles possuem de desaparecerem e de ressurgirem, depois de certo tempo.
- ¹³ A relação das indagações é proposta por Reale (2012, p. 52).
- ¹⁴ Spinelli (2006, p. 34), em sentido inverso ao que comumente é dito, explica que o termo *metaphysiká* pode ter surgido por questões de simplificação, no cotidiano das escolas acadêmicas de Roma. No meio acadêmico, houve a junção, portanto, do prefixo *metá* com o termo *physiká*. Um estudo que discorda do puro acaso editorial imposto por Andrônico de Rodes é empreendido por Reiner (2005), que defende que o termo poderia ser empregado para fazer referência à filosofia primeira, uma vez que essa já era entendida como uma investigação que deveria ser feita posteriormente à *physiká*, e que era “primeira” apenas por conta de seu valor e não por conta de sua ordem de estudo.
- ¹⁵ SPINELLI, 2006, p. 288.
- ¹⁶ *Hamlet*, ato I, cena IV. A tradução do texto shakespeariano é de Carlos Alberto Nunes (1969).
- ¹⁷ Um estudo pormenorizado sobre a filosofia antiga como sendo compreendida como um modo de vida encontra-se em Hadot, que deixa claro qual é a tese de seu livro quando começa o capítulo sobre Aristóteles (2008, p. 119). Nas páginas seguintes, o estudioso evidencia que o prazer gerado pelo ato de conhecer é maior exatamente sobre aqueles assuntos mais difíceis de penetrar. Por esse ponto de vista, é possível afirmar que os assuntos teológicos aristotélicos geram mais prazer de estudo do que outros, que seriam mais simples.
- ¹⁸ RUBENSTEIN, 2005, p. 46.
- ¹⁹ TREVOR-ROPER, 1966, p. 75 e seg.
- ²⁰ Nas notas bibliográficas do livro de Trevor-Roper (1966, p. 202), há a menção ao trabalho de Henri Pirenne no livro *Mahomet et Charlemagne* (1939) e a informação de que as grandes polêmicas advindas desse estudo foram reunidas em um volume da série *Problems in European History* (Boston, 1958) denominado *The Pirenne Controversy*.
- ²¹ Esse acontecimento traz a valorização por completo da cidade de Constantinopla e do chamado Império Bizantino. Harvey (1998, p. 200) menciona que o Período Bizantino teria início com o fechamento das escolas filosóficas de Atenas por Justiniano em 529 d.C., mas aventa também a possibilidade de considerar a data de 330 d.C., ano da fundação de Constantinopla, como marcando o início desse período, que em sua longevidade vai até 1453, ano da queda de Constantinopla. Como o próprio nome indica, foi Constantino quem fundou a cidade, exatamente para ser a nova capital do Império Romano. A data de 479 d.C. transita, portanto, em meio ao ano da fundação de Constantinopla e a data comumente proposta para o início da época bizantina.

²² TREVOR-ROPER, 1966, p. 75-76.

²³ Os estudiosos que compuseram o conteúdo do livro *História da civilização mundial*, coordenado por Savelle (1968), preferem utilizar o termo migração, ao invés de invasão, argumentando que a entrada dos germânicos no território romano não foi feita por guerreiros armados, mas por homens que levavam consigo suas mulheres e filhos (cf. p. 122). Tal fato evidencia o quanto o Império Romano se encontrava em colapso no período, uma vez que não conseguia mais defender as suas fronteiras.

²⁴ A expansão muçulmana começou bem antes da entrada dos árabes no mundo da Europa cristã, graças ao profeta Maomé, que funda a religião islâmica e dá início a várias conquistas. Após sua morte em 632 d.C., seus seguidores expandiram o islamismo, conquistando a Síria, a Palestina, a Mesopotâmia, a Pérsia, o Egito e o norte da África. A invasão, posteriormente, da península ibérica, em princípios do séc. VIII, vai marcar, segundo Pirenne, o início da Idade Média. É nesse momento que a maior parte do legado da Antiguidade vai para as mãos dos árabes.

²⁵ Rubenstein (p. 76-77) faz um interessante exercício, convidando o leitor a se imaginar como um erudito cristão ainda desconhecedor dos tesouros aristotélicos que estavam nas mãos dos árabes. Esse erudito conheceria a *Bíblia* e seu missal, a obra de Santo Agostinho e os livros de Boécio, Cassiodoro e São Gerônimo. Conheceria também os seis tratados de lógica de Aristóteles traduzidos por Boécio para o latim e o diálogo *Timeu*, de Platão.

²⁶ As invasões ou migrações de tribos germânicas começaram no séc. IV e continuaram nos séc. V e VI. Em Savelle (1968, p. 124-128), é possível ainda obter-se informações sobre essas tribos invasoras. Citar-se-á aqui apenas as duas primeiras invasões, pois a complexidade do processo exigiria um texto mais extenso que desviaria o foco do estudo aristotélico em pauta. Em 410 d.C., os visigodos, um dos ramos étnicos em que se dividiam os godos (o outro ramo era composto pelo estrogodos), invadiram e saquearam Roma sob o comando do chefe germânico Alarico, estabelecendo-se, posteriormente, um reino na Gália meridional e no norte da Espanha, que foi o primeiro reino germânico em território romano. Depois, foi a vez da tribo germânica dos vândalos entrar em solo romano, ao atravessarem o estreito de Gilbratar para estabelecerem mais um reino germânico. Em 455 d.C., essa tribo também saqueou Roma, sendo essa a segunda pilhagem sofrida pela capital do Império. Na sequência, há acontecimentos históricos que dizem respeito aos ostrogodos (o rei Odroaco se insere aqui) e até aos hunos, que não faziam parte das tribos germânicas, mas também invadiram o território romano. Observa-se, portanto, que o Império Romano passava por uma crise sem precedentes.

²⁷ Dois acontecimentos bem distantes no tempo, mas que, de certa maneira, emolduram o processo de desaparecimento da obra aristotélica e muito do legado grego da Antiguidade, podem ser apresentados a guisa de exemplos. Por volta do ano 200 d.C., o autor cristão Tertuliano emite, em sua obra, uma série de ataques à filosofia pagã e, sobretudo, à filosofia de Aristóteles, a quem ele chegava a detestar (cf. Rubenstein, p. 55-56). E, séculos e séculos depois, mais precisamente em 529 d.C., o imperador Justiniano emite decreto determinado o fechamento de todas as escolas pagãs de filosofia do Império Bizantino. Em meio a esse lapso de tempo, o assassinato da filósofa Hipátia, em 415 d.C., na cidade de Alexandria, evidencia o quanto esses séculos foram difíceis para a filosofia, que não foi definitivamente banida graças aos esforços de filósofos como Boécio e Santo Agostinho.

²⁸ RUBENSTEIN, 2005, p. 55 e seg.

²⁹ As informações sobre a dominação árabe e a reconquista são extraídas resumidamente de Marcondes (1997, p. 121-122), que enriquece o seu livro com um curto capítulo sobre esses acontecimentos tão importantes para a história da filosofia.

³⁰ Em Savelle (1968, p. 107), a marca que permite afirmar o surgimento da Civilização Ocidental, por volta do ano 1000, se insere nas mudanças sócio-econômicas pelas quais essa nova civilização passaria. As fases citadas são feudal-agrária, comercial e industrial. O feudalismo, assim, evidenciaria o início da civilização ocidental, na Europa.

³¹ MARCONDES, 1997, p. 122.

³² O fato de dois desses manuscritos primários estarem no idioma grego, a língua original em que *Sobre a poética* foi escrita no séc. IV a.C., não significa que

eles sejam os mais fidedignos às ideias contidas no texto originário do que os outros dois manuscritos, que sobreviveram nas línguas latina e árabe. Uma questão que vale a pena ser explorada, posteriormente, quando os autores do presente estudo se detiverem mais especificamente nos textos e conteúdos de *Sobre a poética*, é investigar, por meio do cotejamento entre os manuscritos, a validade ou não do emprego do termo *kátharsis*, na definição aristotélica de tragédia (49b, 24-27). Existe a possibilidade de esse termo ter sido acrescentado posteriormente, sem nunca ter sido utilizado por Aristóteles, em *Sobre a poética*. Um estudo pormenorizado, com uma série de argumentos a favor da tese da não responsabilidade de Aristóteles sobre o uso de *kátharsis* pode ser consultado em Freire (1982).

³³ TARÁN, 2012.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 4.

³⁵ Butcher (2018), que editou e traduziu o texto de *Sobre a poética* em 1894, de fato, comenta, ao falar sobre os manuscritos (p. 4), que o *Parisinus 1741* é supostamente o arquétipo de onde todos os outros manuscritos extensos derivariam. Na verdade, o arquétipo, que se define como o texto que teria dado origem a todos os outros, se perdeu. O comentário errôneo do estudioso, de forma alguma, não torna inócuo o seu excelente trabalho de edição, tradução e estudo do texto, mas apenas deixa evidente que, no tocante a um estudo filológico de *Sobre a poética*, muitas ações ainda seriam feitas no decorrer do séc. XX. Na verdade, Butcher não empreendeu uma edição crítica do texto de *Sobre a poética*, pois, para tanto, seria necessário o cotejamento entre os quatro manuscritos primários remanescentes. Segundo Tarán (2012, p. 4), a primeira edição realmente crítica do texto aristotélico foi empreendida apenas em 1965 por Rudolph Kassel.

³⁶ Obviamente, quando se diz completo aqui, menciona-se apenas aquilo que restou para a posteridade e que foi recopiado posteriormente, pois, em sua essência, o texto remanescente de *Sobre a poética* é por si só incompleto, uma vez que trata quase que exclusivamente sobre a tragédia, sendo que as partes sobre a comédia e outros gêneros poéticos não sobreviveram ao tempo. O termo grego *poietiké* do título, com o sufixo *-ikos*, que indica relação, diz respeito a todos os gêneros literários levantados por Aristóteles e não apenas à tragédia, mas o restante se perdeu, restando um texto esotérico que é, em suma, uma verdadeira aula que Aristóteles preparou para instruir os seus alunos na arte de construir uma tragédia grega estruturalmente.

³⁷ TARÁN, 2012, p. 4.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 5.

A justa medida em *Olimpica 13* Gloria Braga Onelley

RESUMO

Com base no princípio de que a narrativa mítica, nos epinícios de Píndaro, constitui um *exemplum* ora positivo ora negativo para o herói-atleta laureado, propomo-nos, no presente artigo, discutir o *tópos* da justa medida na tessitura de *Olimpica 13*, ode consagrada a Xenofonte de Corinto por sua dupla vitória (corrida a pé e pentatlo) alcançada na 79^a Olimpíada (464 a.C.), por meio da relação de contraste entre o herói mítico e o herói vencedor.

PALAVRAS-CHAVE

Píndaro; epinício; herói; *metron*.

SUBMISSÃO 29.06.2019 | APROVAÇÃO 03.11.2019 | PUBLICAÇÃO 23.03.2020

DOI <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.26564>

Sendo da lavra de Píndaro (c. 518-438 a.C.), principal representante da poesia lírica da Antiguidade, a maior parte de cantos laudatórios consagrados a atletas vencedores dos Jogos Pan-helênicos (*Olímpicos, Píticos, Ístmicos e Nemeus*),¹ é legítimo destacar a importância do poeta na heroicização do atleta vencedor, haja vista facultarem seus versos um caráter duradouro à efemeridade da vitória, permanecendo o atleta e sua conquista na memória coletiva.

Com efeito, no contexto da Grécia arcaica, esses *agônes* atléticos eram importantes não somente na esfera desportiva e no âmbito das relações religiosas e políticas. Sem dúvida, o caráter sagrado de que se revestiam os Jogos Pan-helênicos justifica-se não só por celebrarem divindades do panteão grego e serem realizadas no recinto consagrado ao deus patrocinador das competições, mas também por serem sagrados os dias destinados a esses eventos desportivos, o triunfo obtido – considerado resultante da benevolência divina aliada às habilidades inatas do atleta –, bem como o simbólico prêmio recebido, uma simples coroa de diferentes folhagens da árvore consagrada à divindade ou aos heróis celebrados nos Jogos Pan-helênicos.²

Por outro lado, a participação de atletas em competições pan-helênicas propiciava-lhes visibilidade e reconhecimento público diante de toda a comunidade grega e constituía, no caso de os atletas serem líderes políticos, não só um meio de manifestar sua excelência e destreza, mas também uma das estratégias de exaltação e legitimação de seus valores e ideais políticos e sociais.³ Além de propiciar fama ao vencedor, o triunfo atlético facultava maior prestígio à família e à cidade do homenageado, conferindo-lhes projeção nacional. Destarte, o atleta era elevado à categoria de herói pan-helênico cuja excelência se materializava no epinício, que, argumentou Gregory Nagy,⁴ representava o estágio final de um programa ritual iniciado na participação do atleta nos quatro grandes Jogos Pan-helênicos. Converte-se, pois, em coroa de imortalidade o próprio canto triunfal cujo elemento mais importante é a narrativa mítica, que tem como personagens deuses

ou heróis míticos, paradigmas para o homenageado e, por extensão, para toda a audiência.

Todavia, para a heroicização do vencedor, não bastava narrar ou evocar o mito ou fazer um elogio puro e simples. Era necessário associar o mito com a vitória atlética, considerada um acontecimento histórico para a cidade e para os cidadãos, pois, ao ser celebrado, o laureado, suscitando-lhes sentimentos de amor próprio e orgulho da raça, convertia-se em modelo a ser seguido pelos ouvintes do canto, razão por que, antes da narração mítica, se mencionavam particularidades do evento atlético, essenciais à sua caracterização, como a divindade cultuada nos jogos, a natureza da competição, por vezes o local em que a ode ao vitorioso fora executada, assim como informações acerca do vencedor – seu nome, vitórias passadas, também as de seus ancestrais, suas virtudes ou qualquer outro aspecto que o aproximasse (ou aproximasse sua estirpe, sua cidade) do personagem mítico, por semelhança ou por dessemelhança, relação que vincula o presente atlético ao passado mítico. Mesmo que o exemplo mítico seja negativo, mantém ele com o laureado uma relação de contraste, de dessemelhança.

Algumas dessas particularidades estão presentes em *Olimpica 13*, consagrada ao atleta Xenofonte de Corinto por sua dupla vitória olímpica – a corrida a pé (c. de 200 m) e o pentatlo –,⁵ em 464 a.C., durante a 79ª Olimpíada, conquista atestada também por Pausânias IV, 24, 5: “[...] κατὰ τὴν ἐνάτην Ὀλυμπιάδα καὶ ἑβδομηκοστήν, ἣν Κορίνθιος ἐνίκη Ἰενοφῶν, Ἀρχιμήδους Ἀθήνησιν ἀρχοντος” ([...] durante a 79ª Olimpíada, a qual Xenofonte de Corinto foi vencedor, quando Arquimedes era arconte em Atenas [...]).⁶ Esse atleta era membro de uma ilustre e tradicional família de vencedores desportistas da cidade de Corinto, os Oligétidas (v. 97), que integravam, com outras famílias aristocráticas, uma espécie de oligarquia moderada.⁷

A ode *Olimpica 13* contém 115 versos, dispostos em cinco tríades⁸ – compostas de um sistema rítmico formado de estrofe, antístrofe e epodo –, nas quais está presente o tema central da ode, a justa medida, o *métron*, um dos conceitos fundamentais da

axiologia pindárica, que, na estrutura do poema, se opõe à ideia de desmedida, excesso, *hybris*.

Inicia-se a primeira tríade (v. 1-23) com a louvação a três vitórias alcançadas nos Jogos Olímpicos: duas do atleta homenageado e uma de seu pai Tessalo (v. 35), razão por que é a família designada, logo no v. 1, pelo *bápaξ Trisolympionikan*, “três vezes vencedora em Olímpia”, fato que a torna digna de ser celebrada e inserida no contexto das grandes conquistas logradas pelo povo de Corinto.

Além do elogio ao atleta e à sua família, constituem um lugar-comum, nas odes pindáricas, referências encomiásticas à cidade do homenageado, seja por meio de evocações míticas, seja por referências diretas. Em *Olímpica* 13, essa celebração da cidade natal de Xenofonte apresenta-se de forma extensa já que ocupa quase toda a primeira tríade do epinício, compreendida entre os v. 4 e 23. Convém notar que Corinto tem como marca distintiva a prosperidade material e imaterial, caracterizada na ode pelo epíteto *olbían*, “rica, próspera”. Com efeito, essa cidade, por estar situada no istmo,⁹ apresenta uma posição geograficamente privilegiada pois liga a península do Peloponeso com o resto da parte continental da Grécia. Essa sua posição incrementava sobremaneira o comércio terrestre e marítimo, propiciando-lhe um grande desenvolvimento econômico,¹⁰ o que conferiu a essa cidade o epíteto *aphneión* “opulenta”, como atesta também Tucídides (1.13.5).¹¹

Deve-se ressaltar, no entanto, que a prosperidade de Corinto não procede apenas da riqueza material, mas deriva, sobretudo, da aplicação de princípios norteadores da vida em sociedade, representados por *Eunomia*, “Boa Ordem”, “Boa Lei” (v. 6), que, de acordo com Musti,¹² simboliza “a palavra de ordem de uma oligarquia conservadora no momento de sua estabilidade”, por *Dikē*, “Justiça”, que representa o castigo inexorável para aqueles que, dominados pela *hybris*, “insolência”, se esquecem de sua simples condição humana, e por *Eiréne*, “Paz” (v. 7), deificadas as três, numa sequência harmônica e lógica, como filhas de *Thémis*, a deusa que preside à ordem natural de todas as coisas e representa

a justiça divina. Desse modo, a prosperidade material e imaterial de Corinto resulta da ação conjunta dessas divindades cuja função consiste em reprimir a *hybris*, isto é, o excesso, a desmedida que ultrapassa os limites humanos e provoca a injustiça e, por conseguinte, a ofensa a essas deusas, defensoras da ordem social. Note-se que, com a alusão à narrativa mítica das filhas de *Thêmis*, cuja função em *Teogonia* (v. 903) consiste em proteger as ações dos homens, já começa a delinear-se o tema central do epinício que se fundamenta, como já se referiu, na oposição *métron*, “moderação”, “medida” *versus hybris*, “excesso”, “desmedida”.

Convém notar, ainda, serem essas divindades indicadas como patrocinadoras tanto das conquistas atléticas e bélicas, quanto de invenções várias, tais como a arte poética – por exemplo, o ditirambo –, a criação de um tipo de freio para os cavalos e de um frontão arquitetônico, em forma de asa de águia, usado para decorar as fachadas dos templos dos deuses. Com efeito, por serem essas deusas as responsáveis pelas realizações dos Coríntios, observa-se estar implícita, nessas diferentes invenções, a ideia de ordenação e de medida, não no sentido moral de comedimento, mas no sentido de medição concreta, haja vista estar a poesia submetida a diferentes padrões métricos, ser o freio, denominado *métra* (v. 20), a peça presa aos arreios para controlar e dominar a velocidade e a força da cavalgadura e estarem alicerçados em medidas concretas os frontões arquitetônicos dos templos.

Quanto à segunda tríade (v. 24-46), enumeram-se, por meio de um catálogo, as conquistas de Xenofonte nos *Jogos Olímpicos*, *Ístmicos* e *Nemeus* (v. 29-34), as de seu pai Tessalo, nos *Olímpicos* e nos *Píticos* e em competições locais, como em Atenas e em Corinto (v. 35-40), e, por fim, também em certames pan-helênicos (*Ístmicos*, *Píticos* e *Nemeus*), os triunfos de seus parentes mais próximos (v. 41-46). Essa tríade se encerra com uma imagem marítima que aponta também para a ideia de comedimento, de *métron*, já que nela se expressa a impossibilidade de a *persona loquens* cantar a infinidade de vitórias conquistadas pela família do vencedor, comparáveis aos grãos de areia do mar. Essa analogia

entre os triunfos atléticos e a inviabilidade de contarem-se os grãos de areia do mar inserem-se no tema do *adynaton*, que, segundo Dutoit (1936, p. 1-13), consiste em “considerar como possível o que se opõe às leis naturais”.

Desse modo, com essa imagem marítima, salienta a *persona loquens* a necessidade de moderação no exercício de seu mister, tendo em vista que enumerar a quantidade de conquistas atléticas dos Oligétidas seria despertar a inveja dos deuses e, por conseguinte, incorrer em *hybris*. Essa atitude comedida é ratificada na terceira tríade (v. 47-69), que se inicia com uma sentença gnômica – “Em tudo convém / a devida medida: é melhor conhecer o momento oportuno” (v. 47-48) –, formada de dois conceitos indissociáveis já que a ideia de *métron* pressupõe a de oportunidade, de momento conveniente para a realização da ação, *kairós*. Com efeito, a ligação entre o final da segunda tríade e a parte central da ode, voltada para a narração do mito de Belerofonte e Pégaso, é feita por meio dessa *gnómē*, a máxima que é ilustrada pelo mito e se expressa ao longo da ode.

Convém salientar que, com essa *gnome*, se retoma o elogio à cidade do vencedor, com a evocação de figuras do passado mítico de Corinto, apenas lembradas por seus atributos positivos, como Sísifo¹³ e Medeia,¹⁴ invocados por sua astúcia e sagacidade (*metin*, v. 50), e Glauco¹⁵ da Lícia, lembrado não só por sua habilidade guerreira em Troia, mas também por ser o ancestral do herói coríntio Belerofonte.¹⁶ Na verdade, a simples referência ao nome de Glauco introduz o principal mito da ode, o de Belerofonte e Pégaso.

O mito de Belerofonte com a domesticação do cavalo Pégaso constitui, pois, o centro da ode e ocupa o epodo da terceira tríade – em que se evocam a epifania onírica de Palas Atena a Belerofonte e o freio que a deusa lhe dera para encilhar o cavalo Pégaso – e toda a quarta tríade (v. 70-85), na qual se alude às conquistas do herói, graças à domesticação do cavalo Pégaso, quais sejam, o extermínio das Amazonas, da Quimera e dos Sólimos.¹⁷ Essa quarta tríade, de modo análogo ao final da segunda, é encerrada com a declaração ponderada da *persona loquens* sobre o

seu silêncio em relação à trágica morte de Belerofonte, motivada, segundo se lê em *Istmica* 7, v. 44-47, pela soberba do herói que, desejando chegar com o cavalo alado ao Olimpo e, em consequência, ultrapassar os limites de sua natureza mortal, foi arrojado à terra pelo cavalo, tendo um fim humilhante e sem glória.

Convém assinalar que essa simples alusão à morte do herói, sem indicações das circunstâncias trágicas em que ocorrera, processo denominado por Kirkwood¹⁸ “técnica da ênfase por supressão”, harmoniza-se com a concepção pindárica segundo a qual não se deve macular a imagem de um herói (ou de uma divindade), atribuindo-lhe ações negativas. Assim, na ode em pauta, o mito de Belerofonte é empregado como um *exemplum* moral por meio do qual a voz do poema adverte o atleta homenageado e, por extensão, toda a audiência da dimensão do castigo divino a qualquer um que se deixa levar pela desmedida, pelo excesso, sanção não aplicável ao povo coríntio, que, comprometido com a *Ennomía*, foi o berço de cidadãos proeminentes, entre os quais os Oligétidas, a estirpe à que pertencia o atleta homenageado Xenofonte de Corinto.

Nesse sentido, é lícito afirmar que se estabelece uma relação de dessemelhança entre o atleta vencedor, Xenofonte, alçado ao patamar dos heróis de Corinto, e o herói mítico Belerofonte, que se deixou dominar pela *hybris*. Por outro lado, há também uma relação de semelhança entre o herói mítico e o laureado, tendo em vista que ambos usaram a força alicerçada no *métron* para obter a vitória, seja no encilhamento do cavalo, seja nas atividades desportivas, trilhando, assim, o caminho que conduz ao heroísmo nas esferas mítica e real.

Na quinta e última tríade (v. 93-115), reiterando seu compromisso com a moderação e com a verdade, expressas pela preocupação comedida da *persona* em não se exceder nos elogios (“[...] disputo com muitos/sobre a quantidade de vitórias, pois certamente/ eu não saberia dizer claramente o número de grãos de areia do mar”, v. 44-46), em saber o que deve dizer (“não mentirei sobre Corinto”, v. 52) ou o que deve omitir (“eu ficarei em silêncio

sobre a morte de Belerofonte”, v. 91) e comparando seu ofício laudatório ao de um arqueiro que dispara calculada e mensuravelmente as flechas – versos da ode – para acertar o alvo – o atleta e sua família e a cidade de Corinto –, a voz poética volta às circunstâncias da festa com a louvação de outros triunfos atléticos alcançados, nos Jogos Pan-helênicos (*Ístmicos, Píticos* e Nemeus) e em outras competições locais (v. 107-112), pela família de Xenofonte de Corinto.

ANEXO: TRADUÇÃO DE OLÍMPICA 13¹⁹

Olímpica 13

a Xenofonte de Corinto, vencedor na corrida do estádio e no pentatlo (464 a.C.)

Estrofe 1

Louvando uma casa três vezes
vencedora em Olímpia, casa generosa para os cidadãos,
serviçal para os estrangeiros, reconhecerei
a próspera Corinto, portal do Ístmico
5 Posêidon, cidade de esplêndidos jovens;
na verdade, nela habitam a Boa Ordem e sua
irmã, alicerce seguro das cidades,
a Justiça, e com ela juntamente criada
a Paz, mestra da riqueza para os homens,
áureas filhas de Têmis de bons conselhos.

Antístrofe 1

Elas querem repelir
10 a Insolência, mãe de linguagem ousada da Cobiça.
Tenho coisas belas para dizer, e a coragem
honestamente incita minha língua a falar.
Impossível é esconder o caráter inato.
A vós, ó filhos de Aletes, muitas vezes
as Horas floridas vos outorgaram o vitorioso triunfo
15 quando, com as mais elevadas façanhas, vencestes
nos sagrados jogos,
e, muitas vezes, nos corações dos homens, lançaram

Epodo 1

elas as invenções de tempos antigos.
Todo o trabalho de arte tem seu criador.
De onde apareceram as canções de Dioniso
com o ditirambo condutor de bois?
20 Na verdade, quem colocou freios nos arreios dos cavalos,
ou colocou nos templos dos deuses a dupla rainha das aves?

Lá floresce a Musa de doce sopro,
lá floresce Ares nas lanças fatais de jovens varões.

Estrofe 2

Ó altíssimo, tu que tens o vasto domínio
25 de Olímpia, torna-te generoso com meus versos
todo o tempo, ó Zeus pai,
e tu, que guardas este povo livre de perigo,
conduze o vento favorável do destino de Xenofonte!
De suas coroas recebe o rito de vitória
que ele traz das planícies de Pisa,
30 já que venceu ao mesmo tempo no pentatlo
e na corrida de estádio; dessas (modalidades)
nenhum mortal participou antes.

Antístrofe 2

Duas grinaldas de aipo
o coroaram quando nos Jogos Ístmicos
ele apareceu. E Nemeia não se opõe a este fato.
35 A glória dos pés de seu pai Tessalo
encontra-se para seu mérito nas correntes do Alfeu,
e, em Delfos, ele detém a honra do estádio
e da corrida dupla num só dia, e, no mesmo mês
na rochosa Atenas, um dia de pés velozes
lhe colocou três belíssimos
prêmios em seus cabelos.

Epodo 2

40 Sete vezes nos Jogos Helócios; e, nos
festivais entre os mares de Posêidon,
cantos muito longos acompanharão seu pai Pteodoro,
Térpsias e Eritimo.
E quanto àquelas em que fostes vitoriosos em Delfos,
e nas pastagens do leão, disputo com muitos
45 sobre a quantidade de vitórias, pois certamente
eu não saberia dizer claramente o número de grãos de areia do mar.

Estrofe 3

Em tudo convém
a devida medida. E é melhor conhecer o momento oportuno.
E eu, em particular, tendo sido enviado em uma missão de interesse público
50 e proclamando o engenho
e a belicosidade de vossos ancestrais em heroicas façanhas,
não mentirei sobre Corinto, que Sísifo
foi, como um deus, sutilíssimo em seus expedientes
e ela, Medeia, em oposição ao pai,
tendo arrumado para si mesma o casamento,
foi salvadora da nau de Argos e de seus marinheiros.

Antístrofe 3

55 Então, outrora, durante uma luta,
diante das muralhas de Dárdano, pareceu
que eles (os Coríntios) decidiram o fim das batalhas de ambos os lados,
uns, com a amada progênie de Atreu,
tentando resgatar Helena, e outros, impedindo-os
60 totalmente; diante de Glauco vindo da Lícia
tremiam os Dânaos. E diante destes
ele se vangloriava de estarem situados,
na cidade de Pirene, o domínio,
a opulenta herança e o palácio de seu antepassado,

Epodo 3

que muito sofreu, certamente por desejar
um dia, junto da fonte, atrelar Pégaso,
o filho da Górgona coberta de serpentes,
65 até que a virgem Palas lhe trouxe
um freio de frontal de ouro, e, imediatamente do sonho
surgiu a realidade, e ela (a deusa) disse: 'Dormes, ó rei da estirpe de Éolo?
Vem, recebe este filtro hípico
e, sacrificando um touro branco, mostra-o a teu pai, o Domador de Cavalos.'

Estrofe 4

70 Pareceu-lhe que a virgem da escura égide
dissera, na escuridão da noite, tais coisas
a ele que dormia. E Belerofonte se levantou com o pé direito.
E ele, agarrando o objeto milagroso que estava a seu lado,
procurou, feliz, o adivinho local,
75 e mostrou ao filho de Cérano todo o
fim daquela aventura, e como no altar da deusa
dormira uma noite, de acordo com o
oráculo do adivinho, e como a própria
filha de Zeus, cuja lança é o raio, lhe dera

Antístrofe 4

o ouro que subjuga o espírito.
80 E ele (o adivinho) ordenou-lhe obedecer ao sonho o mais depressa
possível, e, depois que ao poderoso Sacudidor da Terra sacrificasse
uma vítima de fortes cascos,
estabelecesse depressa uma altar para Atena Hípia.
O poder dos deuses proporciona a criação fácil até aquela
que está além do juramento e da esperança.
E certamente o forte Belerofonte, esforçando-se,
capturou o cavalo alado,
85 estendendo o amuleto suave à volta da mandíbula.

Épodo 4

E depois de tê-lo montado, ele (Belerofonte),
armado de bronze, logo se divertia em combate.
E com ele, uma vez,
dos abismos gelados do ar deserto, (Belerofonte),
depois de atacar o feminino exército das Amazonas
90 matou a Químera que exalava fogo e os Sólimos.
Eu ficarei em silêncio sobre a morte de Belerofonte;
mas a Pégaso os antigos estábulos de Zeus no Olimpo acolheram.

Estrofe 5

Não convém que eu, enquanto faço um
arremesso correto de meus dardos, lance de minhas mãos
95 inúmeras setas para além do alvo.
Na verdade, vim de bom grado como ajudante das Musas de
tronos resplandecentes e dos Oligétidas.
Com uma breve palavra, tornarei claras, ao mesmo tempo,
suas vitórias no Istmo e em Nemeia: verdadeira e
sob juramento para mim será sessenta vezes, de ambos os lados,
100 a doce voz do nobre arauto.

Antístrofe 5

Suas vitórias em Olímpia
parecem já ter sido anteriormente contadas;
e as futuras eu poderia claramente celebrar depois.
Agora, disso tenho esperança, mas certamente o êxito está
105 nas mãos da divindade; porém, se a sorte desta família prosseguir,
confiaremos isto a Zeus e a Eniálio
para cumprir. E as vitórias sob o cume do Parnaso
são seis; e tão numerosas em Argos e em
Tebas; e aquelas que o altar soberano de Zeus Lício,
□ que reina entre os Árcades, testemunhará.

Epodo 5

Pelena, Sícion,
Mégara, o bem fortificado domínio dos Eácidas,
110 Elêusis, a resplandecente Maratona,
as ricas e belas cidades sob o cume elevado do Etna
e a Eubeia; e, se procurares, encontrarás
por toda a Hélade mais (vitórias) para ver.
Vai, nada com seus ágeis pés!
115 Ó Zeus que cumpres todas as coisas, concede (-lhes) o respeito e
[a doce fortuna dos prazeres!

ABSTRACT

Based on the principle that the mythical narrative, in the odes of Pindar, is an *exemplum* either positive either negative for the laureate hero-athlete, this article aims to discuss the *topos* of just measure in the context of the *Olympic* 13, ode consecrated to Xenophon of Corinth for his double victory (foot race and pentathlon) achieved in 79^a Olympiad (464 BC), through the contrast relation between the mythical hero and the winning athlete.

KEYWORDS

Pindar; Epinicion; Hero; *Metron*.

REFERÊNCIAS

- DUTOIT, Ernest. **Le thème de l'adynaton dans la poésie grecque**. Paris: Les Belles Lettres, 1936. p. 1-13.
- GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana**. 3. ed. Tradução de Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- HESIOD. **Theogony**. Edited with Prolegomena and commentary by M.L. West. Oxford: Oxford University Press, 1966.
- HIRATA, Elaine Farias Veloso. Monumentalidade e representações do poder tirânico no Ocidente grego. In: CORNELLI, Gabriele (org.). **Representações da cidade antiga: categorias históricas e discursos filosóficos**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos – Classica Digitalia Universitatis Conimbrigensis, 2010. p. 23-41.
- HOMERO. **Iliada**. Tradução de Frederico Lourenço. Lisboa: Cotovia, 2005.
- KIRKWOOD, Gordon. **Selections from Pindar**. Edited with an introduction and commentary. Chicago: Scholars Press, 1982.
- LEXICON TO PINDAR. Edited by William J. Slater. Berlin: Walter de Gruyter & CO, 1969.
- LOMENTO, Liana. Lode della città in Pindaro, Olimpica 13 per Senofonte corinzio. Corinto Luogo di Azione e Luogo di Racconto. **Quaderni Urbinati di Cultura Classica** 9, p. 89-105, 2013.
- MOSSÉ, Claude. **A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo**. Tradução de Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 95-146 [n. 37].
- NAGY, Gregory. The ordeal of the Athlete and the Burden of the Poet. In: _____. **Pindar's Homer**. The Lyric Possession of an Epic Past. London: The Johns Hopkins Press, 1994. p. 136-45.
- ONELLEY, Glória Braga; PEÇANHA, Shirley. **As odes Olímpicas de Píndaro: introdução, tradução e notas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.
- PAUSANIAS. **Description of Greece**. Translated by W.H.S. Jones. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1918/1935. [Vol. I: Books 1-2 (Attica and Corinth). Vol. IV: Books 8 -10].
- PINDARI CARMINA CVM FRAGMENTIS PARS I EPINICIA. Edited by Hervicus Maehler. Bruno Snell. B.S.B.G. Teubner Verlagsgesellschaft, 1971.
- PÍNDARO. **Odas y Fragmentos: Olímpicas; Píticas; Nemeas; Ístmicas; Fragmentos**. Introducciones, traducción y notas de Alfonso Ortega. Madrid: Gredos, 1984.

ROCHA PEREIRA, Maria Helena da. **Estudos de história de cultura clássica**. 10. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. [Vol. I – Cultura Grega].

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Tradução, apresentação e notas Ana Lia Amaral de Almeida Prado; texto grego estabelecido por Jacqueline de Romilly. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

VIRGOLINO, Mariana F. **Fertilidade e prosperidade na ásty de Corinto: o santuário de Deméter e Kóre nos períodos arcaico e clássico**. 2013. 251 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 41.

¹ De todos os subgêneros da poesia mélica cultivados por Píndaro, foram-nos legadas, por meio de manuscritos datados da Idade Média – procedentes talvez da compilação das odes triunfais realizada pelos eruditos alexandrinos –, como informa Ortega (PÍNDARO, 1984, p. 51), quatro coletâneas com 45 epínícios, cantos triunfais que celebram, de modo geral, os vencedores das principais competições pan-helênicas e são ordenados de acordo com a data de instituição dos jogos: primeiro, os *Olimpícos* (iniciados em 776 a.C., em Olímpia, em honra de Zeus, e celebrados de quatro em quatro anos), os *Píticos* (instituídos em 582 a.C., em Delfos, em honra de Apolo, e realizados de quatro em quatro anos, alternando de dois em dois anos com os *Olimpícos*), os *Ístmicos* (realizados em Corinto, desde 581 a.C., em honra de Posêidon, no mês de abril, de dois em dois anos, alternando-se com os *Olimpícos* e os *Píticos*) e os *Nemeus* (celebrados desde 573 a.C., em honra de Zeus, na planície de Nemeia, também de dois em dois anos, no mês de julho, coincidindo a partir deste ano com os *Ístmicos*).

² Nos grandes Jogos Pan-helênicos, a julgar pelo testemunho de Pausânias (VIII. 48.2), o prêmio concedido aos vencedores consistia numa coroa de diferentes folhagens: nos Olímpicos, uma coroa de oliveira – árvore simbólica de Hércules –, nos Píticos, uma coroa de loureiro – árvore consagrada a Apolo –, nos Ístmicos, de ramagem de pinheiro, e nos Nemeus, de aipo. Nos Ístmicos, no entanto, a coroa foi, de início, de aipo seco e, depois, de ramagem de pinheiro, anota Rocha Pereira (2006, p. 348).

³ Sobre as formas de legitimação do poder aristocrático, em especial dos tiranos sicilianos, cf. HIRATA, 2010, p. 23-41.

⁴ NAGY, 1994, p. 142-143.

⁵ O pentatlo reunia cinco modalidades atléticas: salto, corrida do estádio, lançamento de dardo, arremesso de disco e luta. Nos jogos pan-helênicos, a corrida e a luta eram também provas independentes, enquanto as três outras modalidades não constituíam competições autônomas, só integrando o pentatlo. Essa prática desportiva teve início na 18ª Olimpíada em 708 a.C.

⁶ Tradução nossa.

⁷ Sistema de governo vigente em que a participação do povo em um Conselho se limitava a assuntos discutidos preliminarmente por uma pequena parte de conselheiros, que, segundo Edouard Will (apud: VIRGOLINO, 2013, p. 41), foi implantada a partir de meados do séc. VI a.C. após a queda da tirania dos Cipsélidas (582 a.C.). De fato, a julgar pelo que diz Aristóteles em *Política*, 1299b, havia, num governo de oligarquia moderada, elementos próprios da constituição democrática, como um conselho, mas também a predominância de traços da constituição oligárquica, como um grupo de conselheiros que decidia anteriormente os assuntos a serem discutidos na assembleia.

⁸ Sete odes (*Olimpíca* 14, *Píticas* 6 e 12, *Nemeias* 2, 4, 9 e *Ístmica* 8) apresentam estrutura monostrófica, isto é, possuem apenas estrofes em que se repete, em todas as partes do poema, o mesmo esquema métrico.

⁹ O Istmo de Corinto – estreita faixa de terra que liga a península do Peloponeso com o resto da parte continental da Grécia – era consagrado a Posêidon, deus do mar (PAUSÂNIAS 2.1.6). Aí, se realizavam os *Jogos Ístmicos*, cuja divindade tutelar era Posêidon.

¹⁰ A julgar pelos comentários de Claude Mossé (1984, p. 165-168) acerca da economia de Corinto, a cerâmica encontra seu apogeu comercial já nos inícios da época arcaica, isto é, no período da oligarquia dos Baquíades (cujo governo é datado de meados do séc. VIII a.C. a meados do VII a.C.), embora a base econômica fosse predominantemente agrária. Porém, foi durante a tirania dos Cipsélidas, compreendida entre meados do séc. VII a.C. e inícios do VI (por volta de 660 a 582 a.C., data do fim da tirania da citada dinastia), que o comércio coríntio se intensificou, sobretudo com o crescimento da atividade naval, como se infere ainda de Tucídides, segundo o qual foram os coríntios os primeiros a construir trirremes (1.13.2). Assim, com base no historiador (1.13.1-6), podia

avaliar-se o poder marítimo de uma cidade pelo número de trirremes de sua frota, o que reitera a prosperidade de Corinto.

¹¹ “Os coríntios, habitantes de uma cidade localizada no istmo, mantinham desde sempre um centro comercial, pois outrora os helenos comunicavam-se mais por terra que por mar, tanto os do Peloponeso como os de fora, e o faziam através do território deles; tinham poderosos recursos, como se evidencia nos velhos poetas: à região deram o nome de opulenta. Como os helenos se dedicavam cada vez mais à navegação, adquiriram navios e puseram-se a eliminar a pirataria; dispondo de um centro comercial que era terrestre e marítimo, com a entrada de lucros chegaram a ter uma cidade poderosa” (TUCÍDIDES, 1, 13, 5).

¹² apud: LOMIENTO, 2013, p. 92.

¹³ Sísifo, filho de Éolo, foi o fundador mítico e primeiro rei de Éfira, antigo nome da cidade de Corinto. Foi também fundador dos Jogos Ístmicos. Era pai de Glauco – bisavô de Glauco da Lícia (v. 60) – e avô de Belerofonte.

¹⁴ Filha de Eetes, rei da Cólquida, Medeia ajudou Jasão, chefe da expedição marítima dos Argonautas, a conquistar, por determinação do tio do herói, Pélias, o velocino de ouro. Depois de ter ajudado Jasão, com suas habilidades mágicas, a vencer esta prova e a matar Pélias, em Iolco, Medeia fugiu para Corinto, terra natal de seu pai, onde viveu com Jasão, até que o rei local, Creonte, decidiu dar em casamento sua filha Creúsa ao herói dos Argonautas, fato que desencadeou a fúria e a vingança de Medeia, que, após matar a princesa e o pai, fugiu para Atenas num carro com cavalos alados. Informam os escólios (BCED) à passagem (74f) que Medeia procede de Corinto em virtude de seu pai Eetes ter recebido do pai, o deus Hélio, o domínio de Corinto. Em cumprimento a um oráculo, Eetes foi obrigado a deixar Corinto e a partir para Cólquida.

¹⁵ Glauco, filho do príncipe Hipóloco da Lícia e neto de Belerofonte, comandava o contingente lício como aliado dos Troianos.

¹⁶ Com o pronome relativo *bós*, cujo antecedente é o substantivo *patrós* (v. 61b), inicia-se a narração do mito de Belerofonte e Pégaso. A obra que atesta pela primeira vez os feitos de Belerofonte é a *Iliada* (VI, v. 153-211), precisamente no episódio em que Diomedes e Glauco – comandante dos Lícios e aliado dos Troianos – não travam combate por terem reconhecido os sagrados laços de hospitalidade que uniram seus ancestrais, respectivamente, Eneu e Belerofonte. Como é usual na técnica de composição da épica arcaica, introduz-se, a partir do v. 155 do canto VI de *Iliada*, uma digressão sobre a gesta de Belerofonte. Assim, de acordo com a narrativa homérica, é esse herói mítico filho de Glauco e neto de Sísifo (*Iliada* VI, v. 153-155), genealogia que difere da apresentada na versão pindárica, tendo em vista ter o herói como pai o deus Posêidon, Domador de Cavalos (*Olimpica* 13, v. 69); quanto ao antepassado mais distante por via paterna, cita-se o deus Éolo (*Iliada* VI, v. 154; *Ol.* 13, v. 67), pai de Sísifo. Logo, Belerofonte descende da casa real de Corinto, já que seu avô Sísifo fora fundador dessa cidade, anteriormente chamada Éfira.

¹⁷ Cf. também *Iliada* VI, v. 159-186.

¹⁸ Esse processo foi mencionado por Kirkwood (1982, p. 68) em referência à *Olimpica* 2, na qual também há somente alusões a passagens da saga de Édipo e não a narração integral de sua gesta, técnica amplamente empregada nos epínícios pindáricos.

¹⁹ ONELLEY; PEÇANHA, 2016, p. 144-156.

Os deuses estrangeiros e a disrupção da ordem natural: nota sobre o fragmento 581 de Aristófanes

Karen Amaral Sacconi

RESUMO

Um dos mais eloquentes fragmentos de Aristófanes, o fragm. 581, da comédia *Estações*, apresenta um diálogo, possivelmente entre duas divindades, no qual se discutem as vantagens e desvantagens do ciclo de estações para a *pólis*. Este artigo busca comentar o fragmento a partir da relação entre a disrupção da ordem natural e o culto de divindades estrangeiras em Atenas.

PALAVRAS-CHAVE

Fragmento; Aristófanes; deuses estrangeiros; *Estações*.

SUBMISSÃO 07.07.2019 | APROVAÇÃO 20.03.2020 | PUBLICAÇÃO 21.03.2020

DOI <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.26752>



Além das 11 comédias canônicas de Aristófanes que conhecemos, sabe-se que houve ao menos mais 33 poemas cômicos atribuídos ao comediógrafo, que nos chegaram em estado fragmentário. A grande maioria desses fragmentos consiste em breves citações oriundas de escólios, léxicos ou obras ligadas à tradição lexicográfica, cujos interesses residem mais no conteúdo linguístico e histórico do texto cômico do período clássico do que em seus aspectos poéticos, nos elementos do enredo ou outras questões relativas ao gênero cômico. Portanto, as informações sobre as comédias perdidas que se podem extrair dos excertos são em geral escassas e vagas. Uma das raras exceções é o frag. 581, atribuído à comédia *Estações* (Ἔρραι).

Produzida possivelmente em 410 a.C.,¹ *Estações* conta 13 fragmentos e um testemunho antigo (= Cícero, *Leis* 2.37). Esse último atesta que a comédia veiculava críticas ao culto de deuses estrangeiros e seus “ritos noturnos” – entre esses deuses, Sabázio, mencionado no fragm. 578.² Revela também que houvera um julgamento em decorrência do qual esses deuses foram expulsos da cidade.³

A esse brevíssimo comentário de Cícero acerca do enredo de *Estações*, o fragm. 581 acrescenta dados relevantes. Relativamente longo – 15 versos –, o excerto apresenta um diálogo no qual duas divindades discutem uma mudança de sistema quanto à alternância das estações.

A fonte desse fragmento é Ateneu, em *O banquete dos sábios*, ou *Deipnosophistai* (séc. III d.C.), obra que faz do simpósio o cenário de suas discussões filológicas, históricas e filosóficas, mas muito vinculada à tradição lexicográfica por comportar falas repletas de listagens e citações.

Na passagem de Ateneu que se segue, a lembrança das abóboras servidas no jantar evocam, por terem sido então colhidas fora de época, a citação do nosso excerto de Aristófanes, que trata da função das estações do ano:

Fragm. 581

[v. 1-15] **Ateneu 9.372 B** sendo as abóboras, certa vez, trazidas ao nosso redor na estação do inverno... mencionamos o que o divertido Aristófanes disse, elogiando a bela Atenas nesses versos (citação do fragmento). **Ateneu 1.1 Epítome (CE)** o divertido Aristófanes, elogiando Atenas, disse essas coisas [v. 1-10] (citação do v. 1-10), em seguida acrescenta que “honrando os deuses” (citação do v. 15) **Eustácio *Iliada* 955.2** <há> tal elogio da terra dos atenienses nessa passagem de Ateneu [v. 1. 2. 7] (citação do v.1-2; citação do v. 7), então diz que [v. 8. 9] (citação do v. 8) e alguém se opõe dizendo [v. 9. 10] **Ateneu 14.653 F** Aristófanes testemunha, em *Estações*, que em Atenas dá toda fruta continuamente

(A.) Verás pepinos no meio do inverno, cachos de uva, frutas, guirlandas de violetas. (B.) E também uma poeira de deixar cego, creio.

(A.) O mesmo homem vende tordos, peras, favos de mel, azeitonas, colostro, linguiças, andorinhas, cigarras,⁴ vitelas. E mesmo nevando poderás ver grandes cestos de figos junto com mirtilos. [5]

(B.) Depois semearão abóboras junto com nabos, de modo que ninguém saiba mais em que época do ano está.

(A.) E não será uma maravilha se em qualquer época do ano uma pessoa puder obter o que desejar? (B.) Seria, na verdade, um grande mal,

pois se algo não estivesse à disposição, não o desejariam nem gastariam seu dinheiro.

Mas eu, tendo lhes cedido essas coisas por um curto período, depois, levo-as embora. [10]

(A.) Também eu farei isso em relação às outras cidades, exceto Atenas.

Isso será permitido a eles, já que honram os deuses.

(B.) Eles tiraram proveito em honrar-te, como disseste. (A.) Por que dizes isso?

(B.) Fizeste da cidade deles o Egito ao invés de Atenas. [15]

O diálogo se dá entre duas divindades desconhecidas (v. 14) que discutem os efeitos, na colheita e no comércio, da ausência

de estações. Ambas as personagens parecem exercer algum controle sobre o ciclo sazonal (v. 11 e 12), no entanto, uma, mais conservadora, mostra-se defensora da manutenção do *status quo* (B), enquanto a outra se apresenta como entusiasta das inovações estruturais nos ciclos naturais (A), que trariam, na sua visão, benefícios aos cidadãos de Atenas (v. 12-15).

A proposta da nova divindade, provavelmente uma “divindade estrangeira”,⁵ consiste em eliminar as estações do ano – que constituem o coro da comédia – na cidade, medida que proporcionaria a constante abundância de alimentos em toda sua diversidade. Os problemas acarretados pela mudança são apontados por (B): a desorientação cronológica e o descontrole financeiro em virtude da oferta permanente.

A ruptura da ordem natural, *i.e.* a sucessão de estações, está vinculada ao culto da divindade estrangeira que se estabeleceu em Atenas (v. 13 e 14), e a divindade tradicional (B) evidencia essa relação ao dizer que agora Atenas se tornara o Egito (v. 15).

Equiparar Atenas ao Egito pode ser entendido como uma alusão à imperceptível mudança das estações naquele lugar, como quer Henderson,⁶ mas, segundo penso, não se limita a isso. Não se pode dizer que a menção ao Egito tenha relação direta com a identidade da divindade estrangeira, mas ela alude sobretudo à necessária conexão entre uma realidade ambiental diversa e um culto religioso diverso.

Segundo o testemunho de Cícero, outros transtornos foram motivados, na nossa comédia, pelo acolhimento de deuses estrangeiros. Ele cita, com certa ênfase, os “ritos noturnos” (*colendis nocturnas pervigilationes*) e inscreve Sabázio entre os deuses que teriam sido expulsos da cidade. No contexto dessa passagem de *Leis* (2.37), a menção à comédia de Aristófanes tem claramente a função de endossar o endurecimento da regulação de certas festas noturnas, os bacanais em Roma, que poriam em risco a reputação das mulheres. O próprio deus Sabázio, único nomeado por Cícero no comentário, é uma divindade frígia associada à Dioniso,⁷ que, por sua vez, está ligado ao deus romano Baco.⁸

Seria difícil mensurar, portanto, a relevância dos tais ritos noturnos na crítica de Aristófanes ao culto dos deuses estrangeiros em *Estações* só com base na passagem de Cícero. Por outro lado, o julgamento e expulsão dessas divindades, mencionados pelo orador romano, coadunam-se bem com o tipo de desfecho das comédias de Aristófanes que conhecemos, simplificando grosseiramente: o reestabelecimento da ordem, após alguma perturbação, com base em antigos valores.

Nesse sentido, é possível que o fragm. 581 tenha nos fornecido uma informação crucial sobre o enredo de *Estações*: essas entidades que dão nome à comédia, reguladoras do tempo, dos ciclos naturais, e que representariam, naquele universo cômico, a harmonia entre a ordem divina e a humana, teriam sido temporariamente extintas em Atenas por intervenção de deuses estrangeiros. E, dando um passo a mais na reconstrução do roteiro mínimo dessa comédia, não seria demasiado dizermos, baseando-nos num certo padrão das comédias sobreviventes, que é alta a probabilidade de que, após o banimento daqueles que consistiam no fator de desordem – as novas divindades –, as Estações teriam sido restituídas à cidade, assim como a Paz fora devolvida à *pólis* em *Paz*, assim como Ésquilo fora resgatado do Hades em *Rãs*.

ABSTRACT

One of the most eloquent fragments of Aristophanes, fr. 581, from the comedy *Seasons*, presents a dialogue, possibly between two gods, in which the advantages and disadvantages of the cycle of seasons for the polis are discussed. This paper aims to comment the fragment focused on the relation between the disruption of the natural order and the cult of foreign deities in Athens.

KEYWORDS

Fragments; Aristophanes; Foreign gods; *Seasons*.

REFERÊNCIAS

- ARISTOPHANES. **Fragments**. Edited and translated by Jeffrey Henderson. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007. [Loeb Classical Library 502. Aristophanes vol. V].
- _____. **Clouds; Wasps; Peace**. Edited and translated by Jeffrey Henderson. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998. [Loeb Classical Library 488. Aristophanes vol. II].
- _____. **Frogs; Assemblywomen; Wealth**. Edited and translated by Jeffrey Henderson. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998. [Loeb Classical Library 180. Aristophanes vol. IV].
- ATHENAEUS. **The Deipnosophists: Books VII-X**. With an English translation by C.B. Gulick. Cambridge, London: Harvard University Press, 1957. v. IV.
- CICERO. **On the Commonwealth and on the Laws**. Edited by James E.G. Zetzel. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- EURIPIDE. **Iphigenia among the Taurians; Baccae; Iphigenia at Aulis; Rhesus**. Translated with explanatory notes by James Morwood. Introduction by Edith Hall. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- KASSEL, R.; AUSTIN, C. **Poetae comici Graeci**. Berlim, Nova Iorque: De Gruyter, 1984. [Vol. III 2: Aristophanes – Testimonia et Fragmenta].
- OLSON, S.D. (ed.). **Broken Laughter: Select Fragments of Greek Comedy**. Nova York, Oxford: Oxford University Press, 2007.
- PARKER, R. **Athenian Religion: a History**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

¹ Cf. Henderson em ARISTOPHANES, 2007, p. 76.

² Fragm. 578: “o frígio, flautista, Sabázio”.

³ Cic. Leg. 2.37: “*novos vero deos et in his colendis nocturnas pervigilationes sic Aristophanes, facetissimus poeta veteris comoediae, vexat, ut apud eum Sabazius et quidam alii dei peregrini indicati e civitate eiciantur*”. Embora Cícero não mencione o título da comédia de Aristófanes à qual se refere, é bem aceito, entre os estudiosos, que a comédia em questão seja *Estações*. Cf. KASSEL; AUSTIN, 1984, p. 296.

⁴ Cf. fragm. 53: “pelos deuses, amo comer cigarra / e grilo caçado / com uma vareta fina”.

⁵ No livro *Athenian Religion: a History*, R. Parker (p. 188-198) discute a presença das ditas “divindades estrangeiras” em Atenas, detendo-se na análise das mais proeminentes entre elas: os frígios Mãe e Sabázio, a trácia Bêndis, o sírio Adônís – que dá nome a uma comédia de Platão cômico – e o egípcio Amôn – cf. *Aves*, v. 709-716. Dessas, a única divindade cujo culto foi formalmente aceito em Atenas é a deusa Bêndis, que acabou por se tornar um símbolo da comunidade trácia na cidade (p. 197). De modo geral, Parker contesta a ideia de que nos últimos 25 anos do séc. V a.C. tenha havido um florescimento do culto desses deuses em Atenas movido por especial interesse dos cidadãos. Antes, atribui essa suposição ao surgimento de evidências desses cultos apenas a partir de 425 a.C., com a ascensão da comédia entre os gêneros poéticos mais prestigiados na *pólis*. A primeira menção ao deus Sabázio em textos poéticos, por exemplo, é de 422 a.C., na comédia *Vespas* (v. 9). Entre os fragmentos, há também menção ao culto dos deuses estrangeiros: fragm. 381 *Provérbios* codicis Par. Suppl. 676 = *Suda* ω 125 “altares agora quentes”: <provérbio usado> para aqueles <deuses> que se encontram depois do tempo em que foram objeto de atenção. Aristófanes o menciona em *Lêmnias*, “ a poderosa divindade, cujo altar está agora quente”. Ele revela que alguns deuses estrangeiros eram sempre honrados pelos atenienses.

⁶ HENDERSON, 2007, p. 379.

⁷ Cf. *Vespas*, v. 9.

⁸ Que o próprio Dioniso pudesse ser visto como um deus estrangeiro é bem atestado em *Bacantes*, v. 13-20, 219, 233-234 etc. Essa tragédia de Eurípides, importante registro poético para os estudos sobre o dionisismo, talvez seja o texto mais difusor da associação entre o culto do deus e os chamados *ritos noturnos*, protagonizados por mulheres, aos quais Cícero se refere. De acordo com Parker (1996, p. 197-198), os únicos deuses ditos estrangeiros que poderiam ter reunido um séquito feminino em rituais orgiásticos são Adônís e Sabázio. Quanto a esse último, há poucas evidências de que seu culto tivesse tal natureza. Em relação ao primeiro, Adônís, o estudioso vê indícios de que o deus fosse popular entre as cortesãs e, possivelmente, entre as mulheres casadas também (p. 194). O rito em sua honra, porém, não teria propriamente caráter orgiástico, mas estaria mais ligado ao lamento fúnebre, tradicionalmente pertencente à esfera feminina.

Os autores

César Nardelli Cambraia

Graduação em Letras: Português-Alemão pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestrado em Estudos Linguísticos pela mesma instituição, Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutorado em Linguística Românica na Universitat de Barcelona e em Lexicologia e Terminologia na Universidade de Brasília. Professor titular de Filologia Românica na Faculdade de Letras da UFMG com experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Românica e Crítica Textual, atuando principalmente nos seguintes temas: estudo histórico e comparado de morfossintaxe de línguas românicas em uma perspectiva tipológico-funcional, lexicologia sócio-histórica e edição de textos românicos antigos.

Emerson Cerdas

Pós-doutorando na Universidade de São Paulo (USP), com bolsa FAPESP, em projeto de tradução das *Helênicas* de Xenofonte. Mestrado pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP-Araraquara). Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da mesma instituição e bolsista Fapesp. Com auxílio da CAPES (bolsa PSDE), fez estágio doutoral em Madrid na Universidade Autônoma de Madrid, sob a supervisão do prof. Emilio Crespo Güemes. Ministrou aulas de literatura grega, sobre comédia antiga, na UNESP como professor substituto. Autor dos

livros *A Ciropedia de Xenofonte: um romance de formação na Antiguidade* (editora da UNESP) e *A história segundo Xenofonte: historiografia e usos do passado* (pela mesma editora). É vinculado ao Grupo Linceu.

Glória Braga Onelley

Graduação em Letras: Português-Grego, Mestrado e Doutorado em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista da CAPES no doutorado sanduíche, na Universidade de Coimbra. Professora aposentada de língua e literatura gregas da UFRJ, mas atua como professora credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas (PPGLC) da UFRJ. Atualmente, é professora associada IV do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Participa do “Projeto de Execução de Periódicos Acadêmicos” do Instituto de Letras da UFF. Professora convidada a integrar a equipe de investigação do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra. Investigadora colaboradora da UI&D (Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos). Integrante dos grupos de pesquisa “Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade” (CEIA) e “Discurso na Antiguidade Grega: texto, contexto e memória”. Vice-líder do grupo de pesquisa LEC/UFF/CNPQ.

Karen Amaral Sacconi

Graduação em Letras: Português-Grego, Mestrado e Doutorado em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo (USP). Professora substituta de literatura grega e retórica na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP-Araraquara) e professora de grego antigo no Centro de Línguas da USP. Tradutora e pesquisadora na área de comédia antiga.

Luis Filipe Bantim de Assumpção

Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), onde desenvolveu pesquisa sobre a *pólis* de Esparta no Período Clássico, com ênfase em práticas rituais e alimentares, discurso, representações e

relações de poder. Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estágio supervisionado na École Française D'Athènes, no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, e visitação ao Centro Arqueológico de Sagunto (Espanha). Atua junto ao Laboratório de História Antiga (LHIA) e no Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade (ATRIVM), ambos pela UFRJ.

Mafalda Frade

Mestrado em Ciências da Linguagem, Linha Mudança e Variação pela Universidade Nova de Lisboa (CLUNL) e Doutorado em Literatura pela Universidade de Aveiro. Investigadora no Centro de Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da CLUNL e do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro (CLLC). Dedicar-se ao estudo da evolução histórica da língua portuguesa através da investigação das características linguísticas de traduções medievais portuguesas derivadas de textos latinos.

Pedro da Silva Barbosa

Graduação em Letras: Português-Grego pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Letras Clássicas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da UFRJ. Professor adjunto de língua e literatura gregas da UFRJ. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em línguas e literaturas clássicas.

Ricardo de Souza Nogueira

Graduação em Letras: Português-Grego, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Letras Clássicas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas (PPGLC) da mesma universidade. Professor adjunto de língua e literatura gregas pela UFRJ. Professor credenciado do PPGLC, membro dos grupos de pesquisa “Discurso na Antiguidade grega” (DAG) e “Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade”

(ATRIVM). É autor do livro *Persas de Ésquilo: estudo sobre as metáforas trágicas, tradução e notas* (Annablume).